

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA



Campus Universitário de Jequié/BA

Programa de Pós-Graduação

- Educação Científica e Formação de Professores -



PPG.ECFP

Programa de Pós-Graduação em
Educação Científica e Formação de Professores



**O ENSINO DE DESENHO E GEOMETRIA PARA A ESCOLA
PRIMÁRIA NA BAHIA (1835-1925)**

MÁRCIO OLIVEIRA D'ESQUIVEL

2015

MÁRCIO OLIVEIRA D'ESQUIVEL

**O ENSINO DE DESENHO E GEOMETRIA PARA A ESCOLA PRIMÁRIA
NA BAHIA (1835-1925)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia para obtenção do título de Mestre em Educação Científica e Formação de Professores.

Orientador: Prof. Dr. Claudinei de Camargo Sant'Ana

Jequié/BA - 2015

D1 D'Esquivel, Márcio Oliveira.

O ensino de Desenho e Geometria para a escola primária na Bahia (1835-1925) / Márcio Oliveira D'Esquivel - Jequié, 2015.

151p.

(Dissertação de Mestrado)

1.História da educação matemática 2.Ensino de Desenho e Geometria
3.Bahia I. Sant'Ana, Claudinei de Camargo

CDD – 510.7

Jandira de Souza Leal Rangel - CRB 5/1056. Bibliotecária – UESB – Jequié-Ba

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O ENSINO DE DESENHO E GEOMETRIA NA ESCOLA PRIMÁRIA DA BAHIA (1835-1925)

Autor: **Marcio Oliveira D'Esquivel**

Orientador: **PROF. DR. CLAUDINEI CAMARGO SANT'ANA**

Esse exemplar corresponde à redação final da
Dissertação defendida por **Marcio Oliveira
D'Esquivel** e aprovada pela Comissão Julgadora

Data: 20/03/2015

Assinatura

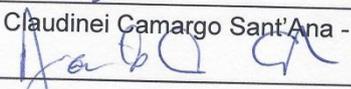


Prof. Dr. Claudinei Camargo Sant'Ana

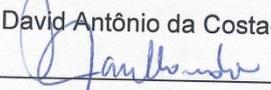
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Claudinei Camargo Sant'Ana - UESB



Prof. Dr. David Antônio da Costa - UFSC



Prof.ª Dr.ª Janice Cássia Lando - UESB

A minha família, meu porto seguro.

A minha esposa Patrícia Silva Couto D'Esquivel, poesia de todos os dias.

A Osvaldo Santos Ribeiro, fonte de inspiração.

Agradecimentos

À Universidade do Estado da Bahia (UNEB), instituição que me acolheu como profissional e cujo financiamento foi decisivo para a conclusão da qualificação.

Ao Departamento de Ciências humanas de Caetité (DCH VI), campus onde estou lotado e que não mediu esforços para que todos os trâmites legais fossem cumpridos para meu afastamento.

Aos colegas de trabalho do Colegiado de Matemática, pelo profissionalismo na condução das atividades acadêmicas durante minha ausência.

Ao Colegiado do Curso de Pós-graduação em Educação Científica e Formação de Professores, na pessoa da funcionária Leinad França, pela serenidade e prontidão no atendimento às solicitações.

Ao professor Claudinei de Camargo Sant'Ana, meu orientador, por ter me aberto o universo da pesquisa em História da Educação Matemática e despertado em mim o desejo pela investigação historiográfica.

A Irani Parolin Santana, pela paciência em conduzir-me pelo caminho sinuoso e fascinante da descoberta do valor dos relatos orais.

A Malu Rosa, companheira de jornada, pelo cuidado e amizade cultivados.

A Rosemeire Amaral, pelas horas de "solidão" nos arquivos da Biblioteca Pública do Estado.

A professora Elizabete Conceição Santana pelas indicações precisas de localização de fontes e valiosa rede de amigos que colocou-me a disposição.

Aos amigos do GEEM, pois este trabalho não seria o mesmo sem a preciosa contribuição de nossas discussões.

A Deus, tecelão de histórias, sem o qual todos esses encontros não seriam possíveis.

“Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem – os artefatos ou as máquinas – por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar [...] o bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde fareja carne humana, sabe que ali está sua caça.”

Marc Bloch

Resumo

O trabalho de pesquisa investigou o processo de escolarização dos conhecimentos de Desenho e de Geometria na Bahia, no período compreendido entre os anos 1835 e 1925. Interessou, em última instância, interrogar o processo histórico de surgimento, mudanças e permanências do Desenho e da Geometria como saberes para a escola de ensino primário na Bahia. Adotou-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos 1835 e 1925, cujos limites demarcam a instalação da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia e o consequente estabelecimento da primeira legislação educacional da província; e a Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925, que reforma a Instrução Pública do Estado sob a direção de Anísio Spínola Teixeira. Para realização da pesquisa, analisaram-se leis e decretos promulgados no período; documentos encontrados nos arquivos públicos do Estado e de municípios da Bahia; livros didáticos e manuais encontrados nas bibliotecas do estado e das antigas escolas normais; revistas pedagógicas e exames escolares. Os pressupostos teórico-metodológicos adotados para a condução das análises foram os da História Cultural, de Roger Chartier (1990), e os da História das Disciplinas Escolares, de André Chervel (1990). Para este, as disciplinas são criações singulares do espaço escolar e se instauram no campo das práticas pedagógicas. Depreende-se, por conseguinte, que o modelo disciplinar dos saberes de Desenho e Geometria constitui-se uma “invenção” da escola. Para aquele, o processo de significação da realidade se configura como uma construção coletiva. É possível, nessa perspectiva, compreender os sentidos atribuídos ao ensino de Desenho e Geometria como fruto de um contínuo processo de interpretação e apropriação dos discursos. Os resultados apontam para a constatação de que o processo de constituição do Desenho e da Geometria como saberes escolares, para o ensino primário na Bahia, se instaura entre avanços, permanências e retrocessos. O sentido atribuído ao ensino de Desenho e Geometria pela escola não está posto de uma vez por todas e continua em transformação. A Geometria, que se instaurou como ferramenta para o ensino de Desenho na escola primária nos tempos provinciais, paulatinamente foi ganhando autonomia como modelo disciplinar.

Palavras-Chave: História das disciplinas. Ensino de Desenho e Geometria. Bahia.

ABSTRACT

The present research investigates the process of education of the knowledge of the Drawing and Geometry in Bahia in the period between the years 1835 and 1925. Ultimately we are interested in questioning the historical process of emergence, change and permanence Drawing / Geometry as knowing to the primary school in Bahia. We adopt as time cutting the period between the years 1835 and 1925 which boundaries demarcate the installation of the Provincial Legislative Assembly of Bahia and the consequent establishment of the first educational provincial legislation; and Law No. 1846 of August 14, 1925 which reforms the Public Instruction of the State under the direction of Anísio Spínola Teixeira. To carry out the research those were analyzed: Laws and Decrees in the period; the documents found in public archives of the State and municipalities of Bahia; textbooks and manuals found in state libraries and the old Normal Schools; pedagogical magazines and school exams. The theoretical and methodological assumptions adopted for conducting the analysis are the Cultural History by Roger Chartier (1990) and History of School Subjects by André Chervel (1990). For the latter, the disciplines are unique creations of school space and are established in the field of pedagogical practices. It appeared therefore that the disciplinary model of the design and geometry of knowledge constitutes an "invention" of the school. For first one, the process of meaning of reality is configured as a collective construction. In this sense the Drawing and Geometry as a disciplinary model would be an "invention" of the school. The results point to the fact that the constitution process of Drawing and Geometry as school knowledge, for primary education in Bahia, is established among advance, permanence and setbacks. The meaning attributed to the teaching of Drawing and Geometry by the school is not set once and for all and continues processing. The Geometry which is established as a tool for teaching drawing for primary school in the provincial time will gradually gaining autonomy as a disciplinary model.

Keywords: History of disciplines, Drawing and Geometry Education. Bahia

Lista de Ilustrações

FIGURA 1 : Manual das Escolas elementares D'Ensino Mutuo	36
FIGURA 2: Ensino de ângulos por Álvaro Zózimo	62
FIGURA 3: Ensino de sólidos por Álvaro Zózimo	63
FIGURA 4: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913	70
FIGURA 5: Capítulo V - Dos triângulos	70
FIGURA 6: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913	71
FIGURA 7: Capítulo VII - Das figuras formadas por linhas curvas	71
FIGURA 8: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913	72
FIGURA 9: Das figuras formadas por linhas curvas	72
FIGURA 10: Ensino de Desenho e Trabalhos Manuais a partir dos centros de interesse.....	79
FIGURA 11: Ensino de Desenho e trabalhos manuais por dobraduras e recortes.	80
FIGURA 12: Capa do Livro Um passeio à geometria de Álvaro Zózimo	92
FIGURA 13: Ângulos quanto a sua abertura: Questionários e exercícios	94
Figura 14: Cone	95

QUADROS

QUADRO 1: Número de Cadeiras por população livre na Bahia 1881	29
QUADRO 2: Distribuição de conteúdos de Desenho Linear pelo Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo	37
QUADRO 3: Métodos para o ensino de Desenho Linear pelo Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo	39
QUADRO 4: Manuais para o ensino de Desenho Linear e Geometria catalogados	43
QUADRO 5: Plano gradual de Desenho pelos três níveis da Escola de Ensino Primário 1895.....	64
QUADRO 6: Plano gradual de Geometria pelos três níveis da Escola de Ensino Primário Complementa em 1895	66
QUADRO 7: Organização do ensino de desenho e trabalhos manuais.....	78

Lista de Abreviaturas e Siglas

APEB - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

APMC - ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ

BPEB - BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

EP - ESCOLA POLITÉCNICA

FPC - FUNDAÇÃO PEDRO CALMON

ICEIA - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ISAIAS ALVES

IEAT - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ANÍSIO TEIXEIRA

IP - INSTITUTO POLITÉCNICO

UESB - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA

UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

UNEB - UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Lista de anexos:

ANEXO A: Lei nº 37 de 13 de maio de 1836	112
ANEXO B: Plano gradual das matérias do ensino distribuídas pelos três cursos da escola primaria - acto de 7 de março de 1891	113
ANEXO C: Horário para as escolas primárias - ato 07 de março 1891	114
ANEXO D: Horário para escolas elementares de uma sessão - ato 4 de outubro de 1895.....	115
ANEXO E - Descrição de Atividades de desenho e trabalhos manuais.	116

Lista de apêndices:

APÊNDICE A - Sólidos geométricos pertencentes à Escola Normal de Caetité - BA.....	117
--	-----

SUMÁRIO

Introdução.....	12
CAPÍTULO 1: A trajetória do ensino de Desenho na província da Bahia (1835-1890).....	17
1.1 <i>O Ensino Mútuo e o Desenho Linear: invenções francesas que chegam à Bahia</i>	17
1.2 <i>O Desenho Linear como método: proposições do Ensino Mútuo e Simultâneo para a escola primária na Bahia</i>	27
CAPÍTULO 2: O Desenho Linear nos programas oficiais para a escola de ensino primário nas primeiras décadas da Bahia republicana.....	45
2.1 <i>O Desenho Linear na reforma educacional da Bahia republicana: currículos e tensões.</i>	45
2.2 <i>Desenho Linear e Geometria como proposta curricular para a escola primária na reforma educacional de 1895</i>	54
2.3 <i>Dilemas antigos para tempos novos: currículos e práticas para o ensino de Desenho Linear nas primeiras décadas do século XX</i>	68
CAPÍTULO 3: Reforma educacional baiana de 1925 e as propostas para o ensino de Desenho e Geometria	75
3.1 <i>A escola ativa e as proposições para o ensino dos saberes geométricos na reforma educacional de 1925</i>	75
3.2 <i>O Curso de Férias e as propostas para o ensino de Desenho e Geometria</i>	84
3.3 <i>O ensino de Desenho e Geometria na escola primária na Bahia na primeira metade do século XX: análise de um relato</i>	90
Considerações Finais.....	97
Bibliografia.....	102

Introdução¹

O século XIX no Brasil é marcado por tentativas de regularização e controle do Estado sobre as heterogêneas práticas educativas existentes. As medidas institucionais buscam tornar homogêneo e estatal o ensino, que, até então, se caracterizava pela diversidade de iniciativas, seja dos preceptores, mestres-escolas,² associações filantrópicas, seja da família. (NÓVOA, 2000).

Iniciadas desde o Brasil Colônia é no período imperial que as ações do Estado ganham força. Constitui consenso para as pesquisas em história da educação, conforme atestam Saviani (2009), Nunes (2008), Vidal e Faria Filho (2000), para citar apenas alguns, que a criação da Lei Geral de Ensino de 1827 e do Ato Adicional de 1834, durante o Primeiro Império, demarcam o princípio da organização da instrução pública nas províncias. Como consequência, começam a surgir, nas diversas províncias do império, ações de criação de cursos normais de formação de professores primários e tentativas de organização de sistemas de instrução pública provincial.

É preponderantemente pela via legislativa, com uma profícua produção de atos e decretos, que nas províncias se buscará a organização do ensino público. Como parâmetros, adotam-se modelos educacionais de outros países. Organização escolar, práticas pedagógicas, livros e manuais didáticos de inspiração, sobretudo, francesa, são disseminados pelo Brasil.

Nas décadas finais do século XIX, paulatinamente vai-se reforçando a representação social da escola como espaço por excelência de ensino,

¹ A pesquisa aqui apresentada é integrante do Projeto de Pesquisa “A constituição dos saberes elementares no curso primário da Bahia, 1940-1970”, patrocinado pelo CNPq, aprovado no edital de Chamada Universal 14/2013, processo no 479504/2013-0. Este por sua vez compõe o projeto nacional a “Constituição dos saberes elementares matemáticos: a aritmética, a geometria e o desenho no curso primário em perspectiva histórico-comparativa, 1890-1970. Tais pesquisas são desenvolvidas no âmbito do grupo de pesquisa intitulado “Grupo de Estudos em Educação Matemática”- GEEM. Criado em 2004, o GEEM desenvolve estudos relacionados com as diferentes linhas de pesquisa e áreas dentro do campo da Educação Matemática. Sobre os trabalhos de pesquisa desenvolvidos no GEEM consultar: SANT’ANA, Claudinei de Camargo et al. GEEM; na diversidade, também se constrói com qualidade. In: SANT’ANA, Claudinei de Camargo; NUNES, Célia, Barros; SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos Santos (orgs.). Educação Matemática na Bahia: panorama atual e perspectivas. Vitória da Conquista: Edições UESB; Itabuna: Via Litteratum Editora, 2012.

² Mestre-escola: professor de instrução primária. É um mestre de meninos ou de primeiras letras

diferentemente de outras estruturas sociais de formação e socialização, como a família e a Igreja. A concepção da especificidade do espaço escolar como espaço de formação implica em mudanças nas formas de organização e uso do tempo escolar e no desenvolvimento de métodos e materiais pedagógicos, os quais serão objeto de profícuas discussões nas primeiras décadas do século XX.

Já no Brasil republicano, o ideário de escola que se instala é o da escola monumento. Escolas como “templos do saber” (SOUZA, 1998), materializados no modelo “Grupo Escolar”: representação republicana de um novo tempo histórico de modernidade e progresso. (VIDAL;FARIA FILHO, 2000).

Contrariamente ao que as influências comuns podem sugerir, a implantação de escolas, cursos, currículos e disciplinas obedece em cada estado no Brasil a lógicas de organização próprias. São fatores culturais, políticos e econômicos locais que imprimem características peculiares às maneiras como são implantados os sistemas de instrução nos estados. Compreender a realidade por essa ótica implica considerar que esta é construção, e, para decifrá-la, importa considerar os interesses dos grupos que a forjam. (CHERVEL, 1990).

As disciplinas escolares, não diferentemente, vão se constituindo à medida que os sistemas de instrução pública se modificam. É na investigação dos fatores que concorrem para surgimento e transformação das disciplinas escolares que este trabalho encontra seu objeto, qual seja: Analisar o processo de escolarização dos conhecimentos de Desenho e de Geometria na Bahia, no período compreendido entre os anos 1835 e 1925. Interessa, em última instância, interrogar o processo histórico de surgimento, mudanças e permanências do Desenho e da Geometria como saberes para a escola de ensino primário na Bahia.

Adotou-se como recorte temporal o período compreendido entre os anos 1835 e 1925, cujos limites demarcam a instalação da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia e o conseqüente estabelecimento da primeira legislação educacional da província; e a Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925, que reforma a Instrução Pública do Estado sob a direção de Anísio Spínola Teixeira.

Como marcos teórico-metodológicos fundamentam a pesquisa os estudos de Roger Chartier (1990) sobre a história cultural. Importam desse

autor as análises produzidas sobre a relação entre conhecimento e cultura. Decorrem das ideias de Chartier algumas questões que norteiam a produção deste trabalho, entre elas as de que:

- A trajetória histórica de significação e de constituição do Desenho e da Geometria como saber para a escola de ensino primário na Bahia está ligada a determinações sociais, institucionais e culturais. E como tal é uma construção descontínua;
- Há múltiplas representações escolares para o ensino de Desenho e da Geometria, seja por estar em função do poder das instituições criar categorias de pensamento, seja porque, para a história cultural, ganham importância as narrativas locais.

Para analisar a criação, transformações e permanências do Desenho e da Geometria como saber escolar para o ensino primário na Bahia, também serviram de orientação os estudos de André Chervel (1990). Para este autor, a escola se constitui em um lugar de emergência de cultura, e, como tal, espaço de criação e transformação. Finalidades para o ensino do Desenho e da Geometria, introduzidas nas legislações e nos manuais didáticos não são, senão, idealizações de currículos; as práticas escolares é que, em última instância, definem como os ensinamentos acontecem, assim como é preponderante o papel do professor.

Para a realização da pesquisa, foram analisados leis e decretos promulgados no período; documentos encontrados nos arquivos públicos do estado e de municípios da Bahia; livros didáticos e manuais encontrados nas bibliotecas do estado e das antigas escolas normais; revistas pedagógicas e exames escolares além do relato autobiográfico do professor Álvaro Zózimo, autor de livro didático para o ensino de geometria para escola primária.

Os documentos coligidos constituíram-se em “vestígios” sobre os quais se pôde elaborar uma, entre as possíveis narrativas para compreender o processo de escolarização de Desenho e Geometria na Bahia.

Este trabalho está estruturado em três capítulos. O primeiro investiga os fatores que levaram o Desenho Linear – proposição do Método de Ensino Mútuo na França e representação escolar do Desenho e da Geometria para o

ensino primário – a figurar nos currículos da escola primária na Bahia. Analisa, ainda, o papel das escolas normais, da legislação e dos manuais didáticos na introdução e disseminação do Desenho Linear como saber escolar para o ensino primário baiano.

No segundo capítulo, analisam-se as proposições para o ensino de Desenho Linear no contexto educacional da Bahia no final do século XIX. Analisam-se, também, os fatores que provocaram divergências entre as intenções reformistas das primeiras legislações da Bahia republicana dos anos 1890 e 1895 e as práticas escolares vigentes para o ensino de Desenho Linear. Ainda neste capítulo, discute-se a relação entre práticas escolares, orientações oficiais e manuais didáticos. Para tanto, foram analisadas as provas de Desenho Linear de alunos da escola de ensino primário da Bahia datadas de 1913.

O terceiro e último capítulo trata da Reforma Educacional do ano de 1925, seus pressupostos e desdobramentos para os anos seguintes. O contexto educacional internacional é do movimento da “escola ativa” ou “escola nova”. Considerada inovadora, uma das características da legislação educacional de 1925 é a elaboração e distribuição, para as escolas de ensino primário, dos programas das disciplinas que compunham os currículos. A Geometria e o Desenho, e não mais o Desenho Linear, figuram como disciplinas distintas com programas específicos. Analisa-se neste capítulo as conferências sobre o ensino de Desenho e Geometria para escola primária, ministradas nos chamados “cursos de férias” de atualização de professores ocorridos no período. A análise das conferências revela como foram significados para o ensino de Geometria, os discursos oficiais de renovação da educação. Ainda neste capítulo, investiga-se o relato autobiográfico do professor Álvaro Zózimo e a sua obra “Um passeio à Geometria” destinada a alunos da escola de ensino primário. Sua descrição do cenário educacional da Bahia nos anos 1910, bem como, o relato de trajetória como professor, revela detalhes da cultura escolar do período e indicam influências cujas reinterpretações se revelam nas práticas.

Sabe-se, conforme adverte Bloch (2002),³ que “o passado é, por definição, um dado que nada mais modificará, porém o seu conhecimento é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e se aperfeiçoa”.⁴ É porque o Desenho e a Geometria compõem o conjunto do pensamento coletivo de determinado tempo histórico que “contar” sua história é importante. E é porque a escola se institui como espaço privilegiado para disseminação desses conhecimentos que analisar a trajetória de constituição escolar do seu ensino é relevante.

³ Obra originalmente publicada em 1997.

⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.p. 75

CAPÍTULO 1: A trajetória do ensino de Desenho na província da Bahia (1835-1890)

1.1 O Ensino Mútuo e o Desenho Linear: invenções francesas que chegam à Bahia

A primeira legislação educacional na província da Bahia data de 1835, ano em que o Ato Adicional à Constituição de 1824 atribui às Assembleias Legislativas Provinciais a função de legislar sobre o ensino primário.⁵ Mas é com a aprovação da Lei nº 37 de 14 abril de 1836, que institui a Escola Normal da Bahia, na cidade de Salvador e do “Regulamento para Escolas do Método Simultâneo e Mútuo-Simultâneo”⁶ em 20 de janeiro de 1842, que se dá a inclusão de Desenho Linear entre as disciplinas escolares para o ensino primário. É com a proposição do Método de Ensino Mútuo e Simultâneo de inspiração francesa que o ensino de Desenho Linear passará a compor os programas de ensino para a escola primária na Bahia. As obras francesas, preponderantemente referenciadas durante o século XIX, influenciariam

⁵ A referência ao ensino de Desenho na Bahia remonta às aulas régias de nível secundário, instaladas pelas Assembleias Legislativas Provinciais em 1834. A assembleia baiana estabelece (pela resolução nº 19, de 10 de junho), aulas de Desenho para que se estudasse Geometria e Mecânica aplicadas às artes, (NUNES, 2008)

⁶ O Ensino Mútuo ou Monitorial tem suas origens ligadas às práticas pedagógicas das escolas monásticas na Alta Idade Média e certas escolas de caridade no período anterior à Revolução Francesa. Sua sistematização, no entanto é atribuída A. Bell (1753-1832) e a J. Lancaster (1778 - 1838). Fundado no estabelecimento de rígida disciplina e na adoção de rotinas instrucionais precisas de ensino, o método mútuo busca aplicar à realidade escolar os ideais de controle e ordem social desejado pelo estado. “Agindo somente mediante uma ordem submete-se a um condicionamento destinado a torná-lo um cidadão dócil e obediente”. (BASTOS, 1997, p. 121). O princípio básico de sua organização está na máxima de que os alunos mais adiantados ensinam os alunos menos adiantados, e assim aqueles se constituem monitores destes. Os alunos são “promovidos” a monitores pelo bom desempenho nas atividades realizadas em sala de aula. Cabendo-lhes o papel de auxiliares das atividades de ensino destinadas ao professor. Para seus defensores, as vantagens do método mútuo sobre o método individual - aquele cuja função do ensino é atribuída unicamente a um professor - está justamente no fato de que o uso do método mútuo permitiria a instrução de um número expressivo de crianças de uma única vez. Na segunda metade do século XIX, o método mútuo começa a entrar em declínio na França. Em seu lugar o método simultâneo ganha espaço. Este embora preserve o rigor e a disciplina do método anterior permitia a organização de classes mais homogêneas e a organização dos conteúdos nos diversos níveis. (FARIA FILHO, 2011). Os dois métodos serão aplicados na escola de ensino primário na Bahia. Ora conjugados em ensino Mútuo-Simultâneo ora simplesmente Método Simultâneo.

decisivamente a elaboração de leis, livros e manuais didáticos para a escola primária na Bahia até as primeiras décadas do século XX.⁷

A primeira escola normal do país é fundada na cidade de Niterói (RJ) em 1835. Regulamentada pela Lei de 15 de outubro de 1827, seu currículo quase não se diferencia do currículo da escola de ensino primário, a não ser pelo fato de que aos futuros mestres exige-se o domínio do Método Mútuo ou Lancasteriano. (VILLELA, 2000).

O Método de Ensino Mútuo foi amplamente adotado pelas escolas normais no Brasil durante a segunda metade do século XIX, contribuindo para a instauração de uma cultura de valorização do espaço escolar. Dos marcos (materiais, espaciais, temporais) próprios da educação doméstica, a escola passa gradativamente a ganhar status social e a caracterizar-se como o lugar por excelência de formação e ensino (FARIA FILHO, 2011). Entre os fatores que contribuíram para o reconhecimento social dos ambientes escolares, pode-se destacar o progressivo empoderamento do Estado, pois “afastar a escola do recinto doméstico significava afastá-la das tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço organizava-se e dava-se a ver.”⁸; em segundo lugar, o crescente protagonismo que as teorias pedagógicas começaram a exercer sobre os processos instrucionais a partir da segunda metade do século XIX, “foram demonstrando a necessidade da construção de espaços próprios para a escola, como condição de realização de sua função social específica”⁹.

⁷ Um inventário sobre as influências pedagógicas presentes na legislação educacional na Bahia é realizado por Tavares (2001/2002). Para este autor, até 1860 vigora na Bahia o ensino através do Método Lancaster ou Método do Ensino Mútuo. Sucessivamente, apareceram: o Método Simultâneo bastante elogiado em relatórios de diretores da instrução; o Método Castilho e o Método Zaba, autêntico “milagre pedagógico”. A este último se atribui a capacidade de ensinar a história da humanidade em duas lições. Ao lado desses métodos, aos quais se acresce o “lições de coisas”, o modelo estrangeiro mais destacado foi o da França. A partir de 1870, passou-se a falar dos Estados Unidos, sobretudo a propósito das escolas mistas. Em 1880 fala-se da Prússia; de 1870 em diante fala-se muito em Froebel e Pestalozzi; e a uma pequena referência a Maria Montessori na primeira década do século XX. De 1927 para 1930, tiveram repercussão as doutrinas pedagógicas dos teóricos norte-americanos Dewey e Kilpatrick. (TAVARES, 2001/2002).

⁸ FARIA FILHO, Luciano. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive, 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica. 2000, p. 146

⁹ Ibid.,p.146

Na Bahia, a primeira escola normal é criada em 1836, mas só veio a funcionar de fato em 1842, com o retorno da França dos professores João Alves Portella e Manoel Correia Garcia, que haviam sido enviados em missão de estudos, onde “obtiveram atestados e traduziram o manual dos métodos mútuo e simultâneo após fazerem estudos na Escola Normal da capital francesa”.¹⁰

Retornando à Bahia, são nomeados, respectivamente, para a Cadeira de Ensino Mútuo e Simultâneo e para a Cadeira de Monitor de Ensino de Desenho Linear, Caligrafias e de Aritmética.¹¹

A escola normal na Bahia incluiu desde a sua fundação o ensino de Desenho Linear entre os conteúdos propostos para a formação dos professores primários. A Lei nº 37 de 14 de abril de 1836 previa, no Art. 2, duas Cadeiras:¹²

Uma cadeira de ensino mútuo, no qual se ensinará praticamente o método do Ensino Mútuo; e outra que se tratará da leitura, da Caligrafia, Aritmética, *Desenho Linear*, princípios de Religião Cristã, Gramática Filosófica, Língua Portuguesa, com exercícios de análise, e imitação dos nossos Clássicos. (Grifo nosso).¹³

Para dar cumprimento aos programas de Aritmética e Desenho previstos, adotaram-se os livros didáticos *Arithmética*, de Bezout¹⁴ e *Desenho Linear*, de Louis Benjamin de Francoeur.¹⁵ A indicação desta última obra para o ensino de Desenho na escola normal em 1842, ao que tudo indica, constitui-se

¹⁰FRANÇA, Alípio. **Memória histórica**: 1836 – 1936. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 12

¹¹ As regras ortográficas foram atualizadas para citações onde a atualização não implicou em riscos à interpretação.

¹² Era presidente da província, no ano de 1836, Francisco de Souza Paraizo.

¹³ FRANÇA, Alípio. **Memória histórica**: 1836 – 1936. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936. p. 7.

¹⁴ Etienne Bezout - autor francês que ministrava cursos de Matemática para oficiais navais e para os guarda-bandeiras da rainha francesa. A tradução de sua obra para Língua Portuguesa foi feita por Monteiro da Rocha no contexto da criação da Faculdade de Coimbra pelo Marquês de Pombal. A *Arithmética* de Bezout foi sua obra mais conhecida. Sua vinda para o Brasil se dá ainda no período colônia. (VALENTE, 1999).

¹⁵ O matemático francês Louis-Benjamin Francoeur viveu em Paris entre 1773 e 1849, seguiu carreira militar e acadêmica. Enquanto militar, serviu ao exército e participou de várias batalhas nas campanhas francesas sob o comando de Napoleão Bonaparte e, na carreira acadêmica, atuou como professor de Matemática na École Polytechnique e, em seguida, no Lycée Charlemagne. É autor de obras que versam sobre temas da matemática, entre elas *Le dessin linéaire d'après la méthode de l'enseignement mutuel* (1819), obra que será usada para aplicação ao ensino mútuo nas escolas francesas. (TRINCHÃO, 2008, p. 266)

na primeira referência à expressão “Desenho Linear” para designar o ensino escolar de Desenho na Bahia. ¹⁶ Para Trinchão (2008), o Método de Ensino Mútuo se constitui no principal veículo de propagação de Desenho Linear como conhecimento para o ensino primário no Brasil.¹⁷

Evidentemente, é para atuar nas escolas de ensino primário no estado que professores estavam sendo preparados pela escola normal, cuja missão era formar professores para o exercício profissional na escola de ensino primário, mas que estava longe de ser cumprida a contento. Um ano após sua fundação, o presidente da província Pinheiros Vasconcelos em seu relatório já afirmava que a “Escola Normal era mais dispendiosa que proveitosa”.¹⁸ Entre o surgimento nos anos 1830 e 1840 e o funcionamento durante a segunda metade do século XIX, as escolas normais fundadas no Brasil caminham entre extinções, reaberturas, mudanças curriculares, reformas, mudanças de prédio etc. De pouco valorizadas entre os anos 50 e 60 – período em que a instrução pública ainda não se constituía demanda social –, é a partir dos anos 70, com as mudanças políticas e com o advento dos discursos pedagógicos, que elas sofrem uma revalorização, mas a consolidação definitiva como espaço de formação se dará nas primeiras décadas do século XX. (VILLELA, 2000).

Na Bahia, antes mesmo da implantação da escola normal, já existiam Cadeiras para o ensino primário. Os professores que ocupavam essas Cadeiras, quase todos leigos, exerciam o ofício de professor à revelia das orientações do Estado. As contratações de professores nem sempre puderam fazer cumprir as prescrições oficiais de que, para apenas professores formados pela escola normal, era permitido assumir Cadeiras nas escolas de ensino primário. O contrato de professores leigos não tardará em ser oficializado. Já em 1850, o

¹⁶ Embora seja relevante o fato de que essa obra tenha sido introduzida na Escola Normal por ocasião do retorno dos professores baianos que foram em “missão” comissionada à França para o aprendizado do Método Mútuo, não nos é possível afirmar que seu uso na Bahia não seja anterior.

¹⁷ Na Bahia o documento “Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo” de tradução de João Alves Portella, por ocasião de sua ida à França em 1842, se constituiu em obra de referência para as escolas de ensino primário. As proposições para o ensino de Desenho Linear que constam dessa obra serão objeto de análise no tópico 1.2 deste trabalho.

¹⁸ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasiliiana Eletronica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/76>. Acesso em 23/09/2014.

Conselho de Instrução Pública da província prevê, em regulamento para a instrução pública, que “para o provimento interino de Cadeiras vagas julgando o governo vantajosas poderão ser admitidas pessoas que não tenham habilitações da lei em vigor, uma vez que não compareçam outras assim habilitadas no prazo”.¹⁹

A carência de professores diplomados para o exercício da docência no interior do estado representa desde sempre um desafio a mais para a ampliação do sistema de instrução pública de ensino primário. Sobre as dificuldades para contar com “uma professora primária diplomada” no interior do estado, escreve Silva (1997) que “persistia a grande desproporção entre população infantil, a ser atingida pela escola, o número de docentes anualmente diplomados e a rede de escolas”.²⁰ Distâncias, condições de trabalho e questões políticas são alguns dos fatores que podem ser evocados para compreender a necessária atuação de professores leigos para atendimento às demandas por instrução no interior.

Sobre as práticas pedagógicas dos professores das chamadas “primeiras letras” na Bahia, o Estado exerce pouco ou nenhum controle, embora os professores primários sejam conhecidos pelo sucesso dos seus alunos – quando considerados “prontos”, eram submetidos a provas para continuação dos estudos – nos exames prestados após o término do ensino primário. Esses professores exercem a profissão com uma ajuda de custo do governo e, muitas vezes, utilizam-se desse recurso para pagamento do aluguel do espaço onde ministram as aulas.

Para os pretendentes às Cadeiras de ensino primário para meninos, os exames de admissão dos professores candidatos exigem-lhes, no ano de 1850, conhecimentos de:

gramática nacional, nas quatro operações de aritmética prática de quebrados, decimais e proporções, *noções gerais de geometria*

¹⁹ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasileira Eletronica. Disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/84. Acesso em 23/09/2014.

²⁰ SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa. O ensino primário na Bahia: 1889-1930. 1997, 147 f. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA), Salvador, 1997, p. 84

prática, princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica proporcionados à compreensão dos alunos, e leitura e caligrafia (grifo nosso).²¹

Curiosamente no programa para exames das “candidatas mestras” às Cadeiras de ensino primário para meninas, o mesmo regulamento define que “serão examinadas nas mesmas matérias, *menos em noções de geometria*, e limitado o de aritmética às quatro operações”. (grifo nosso).²²As exigências para o exercício da profissão de professor primário no interior resumem-se tão somente à comprovação da habilidade do candidato com rudimentos das quatro operações e de leitura.²³

A nomeação de professores primários para atuar no interior do estado sempre foi um dos desafios postos à pretensão de controle dos processos instrucionais dos governos. É na fase republicana que, na Bahia, se intensificará a realização de concursos públicos para o provimento de vagas para professores primários. A Geometria, no entanto, nem sempre fará parte dos conhecimentos exigidos para os futuros professores.²⁴

É como tentativa de exercer controle sobre as ações dos professores das Cadeiras de primeiras letras espalhadas pela província que, em 1842, a presidência oficializa o “*Regulamento para as escolas pelos Métodos Simultâneo e*

²¹ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasiliana Eletronica. Disponível em: www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/84. Acesso em 23/09/2014.

²² Ibid., p.84

²³ Sobre o nível de escolarização dos professores de primeiras letras e sobre a forma de preenchimento de vagas nas escolas públicas, há um dado bastante interessante em Farias e Menezes (1937, apud CARNEIRO et al, 2011 p. 560) : “ logo que uma dellas se vagava, o Juiz de Fora punha-a, por edital, em concurso, ao que sucedia o exame do candidato , feito perante dois professores, que lhe apresentavam um livro com os “Elementos de Civilidade”, do qual aquelles liam alguns períodos. Em seguida, eram-lhes dictadas algumas phrases muitos communs, para serem escriptas, **eram-lhes dadas diversas contas de sommar, diminuir, multiplicar e dividir**, para serem feitas finalmente eram arguidos em grammatica portuguesa e doutrina christã. Prestado este exame, por tal forma, eram as provas enviadas ao arcebispo ou a quem suas vezes fizesse, para opinar acerca de qual dos candidatos ser o preferido, mandando então a Camara Municipal passar o título de nomeação.” (grifo nosso)

²⁴ Na Bahia republicana identificamos até o momento a realização de dois grandes concursos para professores primários cujo exigia-se a realização de provas escritas. O primeiro realizado no ano de 1926 e o outro em 1938. Do primeiro temos o diário oficial de convocação para as provas. A geometria não figurava entre os conhecimentos exigidos aos candidatos. Do segundo encontramos no acervo do arquivo público do estado atas de registro de aplicação das provas que constam que a geometria compunha a relação dos conteúdos para exame dos professores.

Mútuo-Simultâneo, da província da Bahia".²⁵ Esse regulamento define que o manual aprovado como compêndio para a escola normal ficará servindo a todas as aulas primárias. Assim, o ensino de Desenho Linear, que constituiu uma proposição do Método Mútuo para a Escola Normal, passa a figurar também como disciplina para o ensino na escola primária.

O regulamento estabelece que o professor deveria procurar casa sadia, com sala grande, bem clara e arejada para dar aula. No centro da sala, ou na entrada, haveria um estrado, com a mesa do professor. As cadeiras dos alunos seriam unidas aos bancos, presas ao chão. Quadros-negros nas paredes. Do mesmo modo o abecedário, algarismos, figuras geométricas e um mapa do Brasil. O Ensino público compreendia: instrução moral e religiosa, leitura, caligrafia, elementos da gramática portuguesa, elementos de *Desenho Linear*. (grifo nosso).²⁶

A iniciativa de estender para as escolas primárias o ensino através do Método Mútuo, que já vinha sendo aplicado na escola normal, parece não ter tido grande impacto na organização do ensino primário para a maioria das escolas da província da Bahia. Sobre a situação precária da instrução pública primária na província, escreve o presidente Moura Magalhaes:

Infelizmente as Aulas elementares da Província ainda não satisfazem suas necessidades e essas mesmas se acham em mal estado. A ignorância, e a negligência dos Professores, a falta de Compêndios e utensílios, de unidade e uniformidade de Ensino (...). Seria conveniente dividir a instrução primária em duas classes: Instrução elementar propriamente tal, a Instrução elementar superior, compreendendo a primeira a leitura, caligrafia, rudimentos da Gramática noções elementares de Aritmética, de Desenho Linear, do Catecismo, e dos deveres morais do homem; e a segunda a Gramática completa da Língua, Aritmética, e noções de Álgebra, a geometria elementar, noções gerais das ciências físicas e naturais, elementos de Geografia, da História pátria, e da História Bíblica.²⁷

²⁵ BAHIA. Regulamento de 20 de janeiro de maio de 1842. **Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1842 a 1847**. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IV, p. 465

²⁶ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Fontes para o Estudo da Educação no Brasil**. 2ª ed. Universidade do Estado da Bahia: UNEB. Salvador, 2001/2002, p. 158

²⁷ MAGALHÃES, João Jose de Moura. [Fala]. 25 março de 1848 na abertura da Assembleia Legislativa da província da Bahia. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104566>> Acesso em 25 de julho de 2014.

A proposta de dividir o currículo primário baiano em elementar e superior, conforme atesta a fala do presidente da província, é uma prescrição inspirada na reforma educacional processada na França em 1833. A predominante influência francesa sobre a organização da instrução pública no Brasil perdurou por todo o século XIX, não só no campo das ideias pedagógicas, mas, sobretudo na adoção de políticas educacionais. A lei promulgada pelo ministro Guizot da França em 1833 é apontada por Moreira (1955); Lorenz (2002); Trinchão (2008) como matriz para a elaboração da legislação das províncias brasileiras até 1854.

Um dos desafios postos ao ensino de Desenho Linear não só para escola normal, mas, também, para as escolas de ensino primário será a ausência de manuais didáticos. Em ampla pesquisa realizada em acervos e bibliotecas da Bahia, Tavares (2001/2002) revela o número relativamente pequeno de obras pedagógicas editadas na Bahia e “mesmo livros de educadores baianos eram editados no estrangeiro”.²⁸ A esse respeito, escreve o presidente da província Gonsalves Martins em 1852:

Não tem a Escola um compêndio de desenho linear em língua nacional. O professor dá uma postila do compêndio de Francoeur, traduzindo-o no ato de explicar as lições, o que muito as retarda, por haverem alunos mui vagarosos em escreverem o que se lhes dita. O Conselho de instrução aprovou um compêndio organizado por Felipe Alberto Junior, mas não tem este professor meios para imprimi-lo sem um socorro do cofre público.²⁹

O conhecimento da língua francesa não é pré-requisito para o ingresso como aluno da escola normal, tampouco o francês constitui matéria de ensino do currículo. Ao aluno, exigem-se, conforme regulamento, ser maior de 16 anos, ter sido aprovado em alguma aula de instrução pública particular e dar provas de bom comportamento. A constatação das dificuldades com a formação dos professores faz com que o diretor de estudos da província proponha em 1857

²⁸ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Fontes para o Estudo da Educação no Brasil**. 2ª ed. Universidade do Estado da Bahia: UNEB. Salvador, 2001/2002, p. 17

²⁹ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasiliana Eletrônica. Disponível na internet <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/89>. Acesso em 23/09/2014.

que os aspirantes à matrícula na escola normal sejam “obrigados a fazer exames, não só da gramática da língua portuguesa, mas de latim e francês”.³⁰

Porta de entrada do Desenho Linear como disciplina escolar para o ensino primário na Bahia, as escolas normais durante todo o século XIX sofrerão mudanças na sua estrutura de funcionamento, nos currículos, no seu valor social etc. Sobre o tema, estudos foram e vêm sendo produzidos (SILVA, 1997); (SOUSA, 2001); (NUNES, 2003); (ROCHA, 2005). Cumpre analisar, no entanto, os desdobramentos para a escola de ensino primário das práticas educacionais para o ensino de Desenho Linear iniciadas no curso de formação de professores primários da escola normal na Bahia.

Frequentemente referenciadas na legislação educacional baiana, as propostas para o ensino de Desenho Linear não serão as mesmas nas diversas reformas da educação que se seguirão na Bahia. Ora expressão do pensamento de um dado grupo hegemônico, ora influenciadas pelo surgimento de correntes pedagógicas, as proposições oficiais para o ensino de Desenho Linear se transformam a cada tempo histórico. Junta-se a isso o fato de que o valor social atribuído ao Desenho Linear também irá se transformar: de conhecimento necessário aos ofícios na segunda metade do século XIX, à estética e trabalhos manuais nas primeiras décadas do século XX. As finalidades atribuídas ao ensino de Desenho Linear em cada tempo histórico é que irão justificar a introdução do seu ensino na escola primária. Sua significação no campo escolar, no entanto, está sujeita não só às intensões institucionais, mas, sobretudo, a fatores sociais e culturais. O Desenho Linear se constituirá como disciplina para a escola de ensino primário na “rede contraditória das utilizações”. (CHARTIER, 1990).

As nuances em que se inscreve o processo de constituição de Desenho Linear como saber escolar para o ensino primário na Bahia são indicativas de que a significação dessa disciplina no contexto baiano apresenta-se como uma construção descontínua. Nomear de “Desenho Linear” o ensino de Desenho

³⁰ Relatório de Abílio Cesar Borges ao presidente da província Álvaro Tibério de Moncorvo. Disponível em : <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000399.html> . Acessado em 23 de janeiro de 2015.

para a escola primária baiana não designará conteúdos e práticas escolares definidas de uma vez por todas, antes, o sentido de Desenho Linear, como disciplina escolar, se constituirá “sob formas diferentes ou contraditórias consoantes as épocas, os saberes e os actos”.³¹

Em 1842 a Diretoria de Instrução Pública na Bahia estende para as escolas do ensino primário a utilização do Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo. Até então este manual era usado apenas para a escola normal. A análise desse manual, desenvolvida no próximo tópico deste trabalho, ajuda a compreender as propostas oficiais para o ensino de Desenho Linear na escola primária na Bahia.

³¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990. p. 65

1.2 O Desenho Linear como método: proposições do Ensino Mútuo e Simultâneo para a escola primária na Bahia

Para compreender o processo de transformação que conduziu as “lições” de Desenho Linear, ministradas na escola normal na Bahia, ao status de disciplina para a escola de ensino primário, adotou-se como marco a publicação do *Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo e Simultâneo*.³² As orientações presentes nesse manual revelam as iniciativas oficiais de introdução do Desenho Linear como saber necessário à escola de ensino primário na Bahia.

Cumprir entender que as noções de “escola” e “disciplina” que se invocam, quando se lança o olhar para a segunda metade do século XIX, não podem ser, senão aquela dentro dos marcos históricos desse período. As finalidades da educação em cada época apresentam-se como possibilidade para entender a intrincada relação entre escola e disciplina. Para Chervel (1990), o estudo das disciplinas escolares não pode se abster de considerar as finalidades educacionais de cada época. De ordem religiosa, sociopolíticas, psicológicas e culturais, o conjunto dessas finalidades consigna à escola sua função educativa. Apenas uma parte entre essas finalidades atribui à escola o papel de promoção da instrução. Às disciplinas escolares caberia “em cada caso colocar um conteúdo de instrução a serviço de uma finalidade educativa”.³³

Embora os dados que revelam a situação da instrução pública primária na província da Bahia dos anos 1830 não sejam precisos,³⁴ é possível depreender, do relatório do presidente provincial do período, Moura Magalhães, a limitada capacidade da escola normal de estender à realidade da

³² Traduzido do francês pelo professor João Alves Portella, o uso do Manual das Escolas Elementares do Ensino Mutuo no curso de formação de professores da Escola Normal, cumpre exigência da Lei provincial de 14 de abril de 1836. A obra aqui analisada corresponde à publicação de 1854, elaborada por M. Sarazin, professor do curso especial de ensino mútuo, fundado pela cidade de Paris.

³³ CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990. p. 188

³⁴ É em atendimento a Lei imperial de 15 de outubro de 1827 que as Assembleias Provinciais fizessem um levantamento da população escolar nas comarcas municipais. Na Bahia a primeira lista solicitada pelo presidente da província em atendimento a determinação legal data de 1830. Há nessa lista, uma relação das vilas mais populosas com crianças em idade escolar, na época com a indicação para que fossem criadas 160 escolas, sendo 30 somente na capital. (CARNEIRO, 2011)

escola de ensino primário da província as práticas e orientações pedagógicas postas em curso na formação de professores. Assim, escreve Moura Magalhães em seu relatório em 1847:

A Escola Normal necessita de medidas para que possa desempenhar os seus encargos e justificar o seu nome. Escola que conta sete anos de exercício nos seus registros de 1842 a 1847, compreende apenas 83 indivíduos matriculados, 68 homens e 15 mulheres; e sendo a matrícula no primeiro ano de 23 alunos, foi em decréscimo tal, que no último apenas se matricularam quatro.³⁵

Não obstante a impossibilidade de assegurar a exigência legal que previa que só a professores formados pela escola normal caberia a função do exercício do magistério na escola primária, em 20 de janeiro 1842 o Manual das Escolas de Ensino Mútuo, aprovado como compêndio da escola normal, fica servindo de regulamento também a todas as aulas primárias.³⁶ O Desenho Linear, prescrição do Método de Ensino Mútuo para a escola normal, estende-se também à escola primária.

Merece destaque a constatação da precariedade da instrução pública na província. Carneiro (2011), ao apresentar dados referentes às aulas de primeiras letras existentes na província da Bahia nos anos 1870, evidencia que, a despeito do aumento do número de Cadeiras no interior, o percentual de iletrados na população da Bahia era em torno de 80%. Tavares (1968) descreve o quadro educacional da Bahia nesse período como uma realidade em que “nada havia, por exemplo, em prédios escolares, a não ser, no máximo a ocupação de muitas residências, muitas delas em ruínas [...] o costume generalizado era o professor custear ele próprio com os seus vencimentos o aluguel da sala.”³⁷ Concentrava-se na capital do estado o maior número de Cadeiras de ensino primário, conforme atestam os dados produzidos por Tavares (1968), os quais evidenciam a inviabilidade da aplicação das orientações educacionais propostas para a

³⁵ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasiliense. Disponível em: <http://www.brasiliense.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/80/texto>, acesso em: 23/09/2014.

³⁶ BAHIA. Regulamento de 20 de janeiro de maio de 1842. **Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1842 a 1847**. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IV, p. 465

³⁷ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **Duas reformas da educação na Bahia: 1895-1925**. Centro Regional de Pesquisas educacionais da Bahia. Salvador - Ba. 1968. p. 22

escola de ensino primário no estado. Para Tavares (1968), a disparidade entre a população livre (excluídos os escravos) e o número de Cadeiras por comarca na Bahia no ano de 1881 revela que a criação de escolas no estado obedecia a um único critério: o político-eleitoral.

QUADRO 1: Número de Cadeiras por população livre na Bahia 1881

Comarca	População	Nº de Cadeiras	Comarca	População	Nº de Cadeiras
Cachoeira	114.209	61	Macaúbas	34.229	9
Salvador	112.641	66	Xique-xique	30.625	8
Santo Amaro	69.870	41	Geremoabo	28.625	15
Rio de Contas	50.920	26	Inhambupe	26.938	12
Feira	48.729	24	Areia	25.325	5
Nazaré	46.222	52	Jacobina	24.493	8
Carinhanha	39.279	22	Caetité	23.411	14
Barra	37.773	5	Vila Nova	21.752	10
Lavras	37.524	15	Amargosa	21.376	12
Campo Largo	36.934	9	Juazeiro	20.611	11
Purificação	36.171	13	Abrantes	19.414	18
Itapicuru	35.274	19	Camamu	18.877	16
Camisão	35.150	12	Conquista	17.019	3

Construído pelo autor; adaptado de Tavares (1968, p. 21).

De fato a criação de Cadeiras, cujos critérios eram menos as demandas reais do que os fatores políticos, já era objeto de críticas mesmo antes. Abílio Cesar Borges, em relatório emitido em 1857 por ocasião do exercício do cargo de Diretor Geral de Estudos da Província da Bahia, escreve “os nossos legisladores movidos talvez de um excessivo zelo pela propagação da instrução primária em todas as classes da sociedade criaram Cadeiras em localidades que não as mereciam”.³⁸

³⁸ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasileira Eletronica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/100/texto>. Acesso: 21 de janeiro de 2015.

Considerar a precariedade da educação no estado da Bahia é relevante para compreender suas implicações para o processo de escolarização de Desenho Linear no estado. Para Chervel (1990), indagar sobre a finalidade dos “ensinos” constitui tarefa imprescindível ao historiador das disciplinas escolares. Imperativo nesse sentido é entender as razões que levaram a província a propor o ensino de Desenho Linear para as escolas primárias em todo o estado.

Pertinente como possibilidade de compreensão desse fato é a aparente contradição entre o relatório emitido por Abílio Cesar Borges³⁹ em 1856 e o texto introdutório do seu livro de Desenho Linear, livro de grande circulação nacional, publicado vinte anos depois. Em seu relatório, Abílio defende que, para Cadeiras no interior com número de alunos matriculados entre 15 e 20 por ano, bastaria a estes “ler, escrever, e contar até as quatro operações; *instrução essencial e suficiente aos camponeses*” (grifo nosso).⁴⁰ Em contradição com esse fato, Abílio, na apresentação da primeira edição do livro em 1878, afirma ter indicado no período em que foi Diretor Geral de Estudos “o ensino de Desenho Linear ou geométrico em *todas as escolas públicas*, tanto das cidades como das vilas e aldeias” (grifo nosso).⁴¹ Contrariamente, o extenso e detalhado relatório de Abílio Cesar Borges⁴² não faz menção à importância do ensino de Desenho Linear na escola primária da época. Antes, Abílio demonstra um grande interesse pela leitura e pelo chamado *método Castilho*,⁴³ o que nos faz supor que

³⁹ Abílio Cesar Borges (1824-1891) nasce na Bahia e, em 1858, troca sua carreira de médico pela atividade educacional ao fundar, nesse ano, o Ginásio Baiano; em 1871, transfere-se para Rio de Janeiro, instalando o Colégio Abílio. Em 1881, ganha de D. Pedro II o título de barão de Macaúbas. Sobre esse personagem, há muitos estudos. Um deles, de autoria de Gondra & Sampaio (2010), resume do seguinte modo sua trajetória: médico, gestor da instrução pública, dono de escola, homem de imprensa, autor de livros de destinação escolar, viajante, conselheiro da instrução, Dr. Abílio César Borges protagonizou algumas iniciativas na esfera pública e privada, como forma de demonstrar princípios educativos que abraçara no que se refere aos métodos de ensino, aprendizagem da leitura e escrita, aritmética e geometria, educação infantil e castigos corporais, por exemplo. (VALENTE, 2012, p. 89)

⁴⁰ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasileira Eletronica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/100/texto>. Acesso: 21 de janeiro de 2015.

⁴¹ BORGES, Abílio Cesar. **Desenho Linear ou Elementos de Geometria Popular**. Livraria Francisco Alves, 24ª edição. São Paulo, 1933, introdução p. VII.

⁴² Relatório na íntegra Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/>

⁴³Inspirado no método de leitura francês de Lemare, era adaptado pelo poeta António Feliciano de Castilho, designado por Método Repentino, ou Método Português, ou, ainda, por Método de

o Desenho Linear não era considerado por ele conhecimento necessário a “todas as escolas públicas”. Tendo em vista que a realidade educacional na Bahia não havia sofrido mudanças significativas nos últimos anos, não sendo muito diferente da realidade nacional, o que levou Abílio Cesar Borges em 1878 a reconsiderar sua posição? Sendo a grande produção didática de Abílio voltada para o ensino de leitura e gramática e, mesmo considerando a polivalência comum aos professores do período, quais fatores o levaram a escrever um livro sobre Desenho Linear e Geometria Prática? É possível que a publicação da obra tenha sido influenciada pelas ideias em circulação nas décadas finais do século XIX, quando engenheiros e técnicos começavam a exercer protagonismo na nova ordem socioeconômica que se desenvolvia na Europa e que começava a ter reflexos no Brasil. Pensar tais questões tem implicações diretas na maneira com que se compreende o ciclo de “produção” e “consumo” cultural e intelectual de um tempo. A popularidade atingida pela obra de Abílio pode ser nessa medida entendida como o sucesso das instituições em propagar um modelo de ensino que, em última instância, buscava disciplinar práticas. Paralelamente, o “consumo cultural” dessa obra não se dá na passividade e na submissão à mensagem a que se deve modelar. Antes, as práticas escolares difusas para o ensino de Desenho e Geometria ou, mesmo, sua negação como saber escolar são uma maneira de “construir um lugar ou instaurar uma coerência própria aos modelos que lhes são impostos, à força ou com sua concordância, pelos grupos ou pelos poderes dominantes”.⁴⁴

Diante do quadro educacional de precariedade do ensino no estado, a proposição do ensino de Desenho Linear apresenta-se mais como uma pretensão idealizada das leis, cujos parâmetros eram as escolas da capital, do

Castilho. Estruturado em 20 lições, iniciava-se com o conhecimento das letras do alfabeto, em quadros, ministradas uma a uma, na forma impressa, maiúscula e minúscula. As letras eram, então, expostas em quadros próprios e associadas a imagens sugestivas que lhes eram adequadas. Assim, a cada letra poderiam corresponder imagens figurativas, humanas, vegetais, animais, objetos vários correntes, etc. Associada à letra e à imagem, apresentava-se uma história imaginativa de modo que, de forma lúdica, a criança pudesse fixar na memória todas as letras do abecedário

<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/705/7/cap%C3%ADtulo-I.pdf>.

Acessado em 28 de janeiro de 2015.

⁴⁴CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990. p. 60

que uma realidade factível. É para esse cenário que se propõe a adoção do Manual das Escolas de Ensino Mútuo para a escola de ensino primário da Bahia. As orientações desse manual nos dão a ideia de como se idealizava o ensino de Desenho Linear pelo Método Mútuo.

Entre os fatores que possibilitam uma disciplina a funcionar e, conseqüentemente, a se instaurar como conhecimento escolar, escreve Chervel (1990, p.202): “o primeiro em ordem cronológica, senão em ordem de importância, é a exposição pelo professor ou pelo manual de um conteúdo de conhecimentos.”. Sua utilização pela escola, no entanto, não é objetiva, posto que, tanto manuais, como leis, estão sujeitos a interpretações e apropriações.

O ensino mútuo de inspiração francesa chega ao Brasil no contexto das iniciativas de expansão internacional do método, iniciadas na França pela “Société pour l’instruction élémentaire (SIE)”,⁴⁵ responsável pela introdução do ensino mútuo na França.⁴⁶ O método tem sua trajetória de utilização no Brasil relacionada a iniciativas de educação com negros escravos⁴⁷ e, gradativamente, irá assumindo conotações oficiais, quando, em 25 de novembro de 1822, o governo imperial cria uma escola de primeiras letras dentro do arsenal do

⁴⁵ SIE: sociedade francesa criada em 1815 por filantropos liberais que ocupa importante papel na difusão do ensino mutuo. (BASTOS, 1997).

⁴⁶ O “*monitorial system*” ou “*méthode mutuelle*”, nome adotado na França, baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos. Todos os alunos da escola, algumas centenas sob a direção de um só mestre, estão reunidos num vasto local que é dominado pela mesa do professor, sob um estrado. Na sala estão enfileiradas classe (grupo de alunos organizados segundo nível de conhecimento), tendo em cada extremidade, o púlpito do monitor e o quadro-negro. A classe tem um ritmo determinado de estudo e um programa a desenvolver. Cada aluno pode pertencer ao mesmo tempo a várias classes diferentes, ele pode estar mais avançado em leitura, que na escrita ou no cálculo. O trabalho em cada classe é dirigido por um instrutor, o monitor, principal agente do método. É um dos alunos da classe que, dentro de uma especialidade determinada, se distingue pelos seus resultados e é colocado à frente da classe. O professor, antes do início da aula, dá uma explicação especial e indicações particulares. Quando os demais alunos chegam à escola e tomam seus lugares, o monitor de cada classe transmite aos seus colegas os conhecimentos que haviam sido dados pelo professor. Com essa organização, o papel do professor é restrito. Ele não tem contato direto com os alunos, a não ser com os monitores, antes da aula. Durante a aula, ele reina em sua mesa, ao fundo da sala, sob um alto e vasto estrado. Para conduzir e avaliar corretamente as centenas de alunos, no interior da escola mútua, o professor emite ordens precisas e de fácil compreensão, através de sineta, apito ou de um bastão. (BASTOS, 1997, p. 119)

⁴⁷ A referência à instrução de negros no Brasil é feita por Bastos (1997) com base na correspondência publicada na revista pedagógica francesa “*Journal d’Education*”, que, em 1818, nela escreve o Conde Scey ao governo Frances: “*Eu me ocupei de comunicar, no Brasil, os benefícios do Ensino mútuo, fazendo principalmente a aplicação em jovens negros, de um e outro sexo, que são trazidos da costa da África nos quais as faculdades morais são praticamente nulas. Eu já obtive resultados que prometem ser venturosos*” (BASTOS, 1997, p. 124).

Exército. A preferência pelos militares “evidencia uma aproximação entre a disciplina e a ordem adotada pelo método, nas duas instituições: militar e escolar”.⁴⁸

Mas é com a Lei Geral do Ensino de 15 de outubro de 1827, primeira lei sobre a instrução pública nacional do império do Brasil, que se estabelece oficialmente a obrigatoriedade de utilização do ensino mútuo como modelo pedagógico para as escolas no Brasil. É nesse contexto que escolas primárias serão criadas nas diversas províncias. Na Bahia, a utilização pelas escolas primárias das prescrições do Método de Ensino Mútuo é anterior a sua utilização no curso de formação de professores da primeira escola normal em 1836. Esta, no entanto, concorrerá para a oficialização do uso do método.

Criada em 1836, a escola normal só viria a funcionar em 1842. A Bahia vivia na segunda metade dos anos 1830 em um contexto de intensas revoltas, entre elas: a Revolta dos Malês (1835)⁴⁹ e a Sabinada (1837)⁵⁰. Para esta última, o envolvimento de professores é apontado como uma das causas para o hiato de seis anos entre a fundação da escola normal no corpo da lei e o seu efetivo funcionamento.

Para dar cumprimento ao programa previsto para o ensino de Desenho Linear, é adotada a obra *Desenho Linear* de Louis Benjamin de Francoeur. Trata-se de uma obra, cujo “pioneirismo é sistematizar os conteúdos de desenho para

⁴⁸ Ibid. p. 12

⁴⁹ O Brasil vivia nos anos 1830 um clima de inquietação política. Com a abdicação de D. Pedro I, as rebeliões federalistas se espalhavam em quase todo país. É neste clima de desconfiança no poder do estado de ordenar a vida pública que a partir do ano de 1834 na Bahia um grupo de negros sudaneses partidários da religião muçulmana, os Malês se insurgem contra a escravidão. Planejam ocupar o governo e instituir um regime monárquico, para o qual já haviam escolhido uma rainha: Luisa Mahim. Com forte contingente militar, o governo baiano dissolveu a rebelião e adotou punições severas contra os negros temendo novas inventivas. Este movimento é considerado por historiadores um marco na luta contra a escravidão, meio século antes da promulgação do seu fim em 1888 nas leis brasileiras. (TAVARES, 1959).

⁵⁰ A revolução sabinada assim batizada em referência a seu líder o médico e professor Faculdade de Medicina Sabino Álvares da Rocha Vieira, se constitui em um levante federalista que exigia maior autonomia para a então província da Bahia. A revolução começou em 7 de novembro de 1837 com a deposição do presidente provincial Francisco de Souza Paraíso. Sabino de Souza e seus companheiros proclamam a República Baiana, que ficaria separada do Rio de Janeiro até que o jovem Pedro II alcançasse a maioria. As dificuldades financeiras aliadas a falta de unidade política bem como a forte ofensiva do governo central levou a dissolução do movimento em 16 de março de 1838. (TAVARES, 1959).

escolas de Ensino Mútuo”,⁵¹ que, em 1829, é adaptada para o ensino primário no Brasil por Holanda Cavalcanti de Albuquerque,⁵² com o título “*Princípios do desenho linear compreendendo os de geometria prática, pelo método do ensino mútuo*”.⁵³ Uma característica da proposta metodológica para o ensino de Desenho da obra de Francoeur é a indicação de atividades de construções geométricas à mão livre, sem o uso de régua e compasso. Assim, as construções geométricas são avaliadas pela habilidade dos alunos em fazê-las “à mão livre” o quanto mais próximo possível das construções realizadas com o auxílio de instrumentos de Desenho. (VALENTE, 2012).

A introdução de Desenho Linear como disciplina escolar no ensino primário está diretamente ligada à difusão da escola mútua na França pós-revolução de 1818. Segundo D’ Enfert,⁵⁴ “indispensável à maioria das profissões este é considerado como o quarto ramo dos conhecimentos primários, equivalente à leitura, à escrita e à aritmética”.

A elaboração de um manual para o ensino de Desenho a alunos das escolas mútuas elementares francesas coube a Louis-Benjamin Francoeur. O método é publicado em 1819 com o título *Le dessin linéaire d’après la methode de l’enseignement mutuel* e popularizado como *Le Dessin Linéaire* de Francoeur. (D’ENFERT, 2007).

Com a expansão do Método de Ensino Mútuo francês por vários países, o ensino de Desenho Linear, que constituiu uma das proposições do método,

⁵¹ VALENTE, Vagner Rodrigues. **Tempos de Império:** a trajetória da geometria como saber escolar para o curso primário. In: Revista Brasileira de História da Educação. v. 12. n. 3(30), p. 83 Set/dez. Campinas- SP. 2012

⁵² Antônio Francisco de Paula de Holanda Cavalcanti de Albuquerque, o visconde de Albuquerque, (1797-1863) inicia-se na carreira militar ainda criança, atingindo o posto de Tenente-Coronel, no qual se reforma, em novembro de 1832. É eleito Deputado por sua província na 1ª legislatura de 1826 a 1829. Conselheiro de Estado ocupa a pasta da Fazenda em quatro Gabinetes. Nos dois primeiros períodos, enfrenta a situação crítica do estado econômico do país. Em 1846, volta ao cargo; nesse período reorganiza as Recebedorias das Rendas Internas, cria as da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e São Pedro do Sul, atual Rio Grande do Sul, com a atribuição de arrecadar tributos, o que até então era feito pelas Alfândegas. No Gabinete do Marquês de Olinda, em 1862, pela quarta e última vez, exerce cargo de Ministro da Fazenda. Chamado para outras pastas ocupa a da Marinha também por quatro períodos; dirige ainda as pastas da Guerra e do Império (BRASIL, 2011 apud VALENTE, 2012, p. 83).

⁵³ As fontes consultadas não nos permitem concluir que esta obra especificamente tenha sido utilizada na primeira escola normal da Bahia.

⁵⁴ D’ENFERT, Renaud. **Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX:** o desenho linear. História da Educação, Pelotas, n. 22 p.35, maio/ago.2007

acompanhou sua implantação, inclusive no Brasil, para onde, em 1824, foi “enviado um exemplar do *Dessin linéaire* de Francoeur para escola mútua que fora aberta no Rio de Janeiro”.⁵⁵

Na Bahia, a introdução do ensino de Desenho Linear no curso de formação de professores da escola normal parece estar relacionada com a compreensão vigente na França, desde 1832, que atribuía aos cursos normais a função privilegiada de formar o professor primário. Esses cursos eram considerados como disseminadores das propostas oficiais. Sobre o papel conferido às escolas normais, escreve D’Enfert (2007):

As escolas normais de professores primários ocupam uma posição estratégica no seio da instituição primária. Assegurando a formação de mestres, elas permitem agir sobre o conjunto do sistema, e se constituem assim como uma alavanca essencial da política oficial.⁵⁶

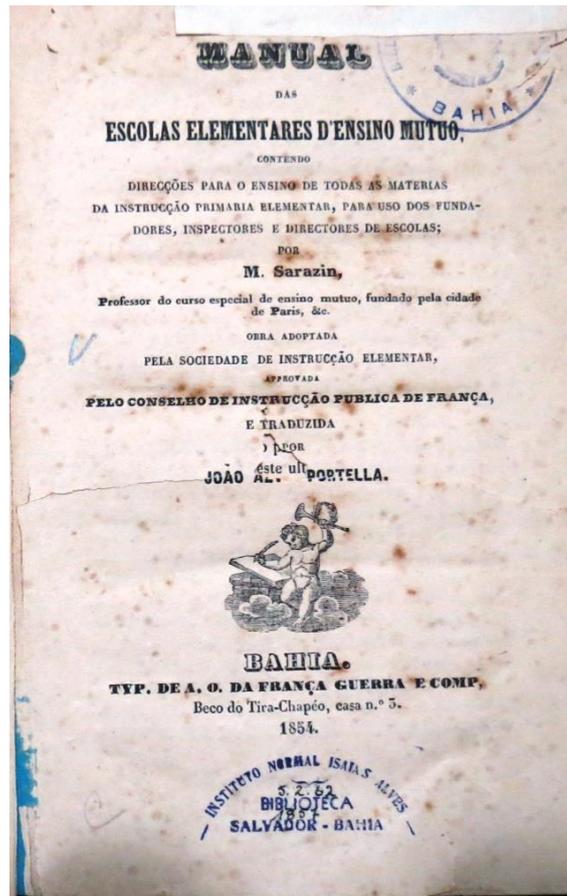
A análise do *Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo*,⁵⁷ de tradução do professor baiano João Alves Portella, por ocasião de sua ida à França em 1842, permite compreender a relação entre os pressupostos que fundam o Método de Ensino Mútuo e as orientações educacionais para o ensino de Desenho Linear na escola primária.

⁵⁵ Ibid. p. 39

⁵⁶ Ibid., p. 40

⁵⁷ Traduzido do francês pelo professor João Alves Portella, o uso do Manual das Escolas Elementares do Ensino Mútuo, no curso de formação de professores da escola normal, cumpre exigência da Lei provincial de 14 de abril de 1936. A obra analisada corresponde à publicação de 1854 elaborada por M. Sarazin, professor do curso especial de ensino mútuo, fundado pela cidade de Paris.

FIGURA 1 : Manual das Escolas elementares D'Ensino Mutuo



Fonte: Biblioteca do Instituto Normal Isaias Alves (ICEIA) – Salvador

O texto analisado trata-se da obra aprovada pelo Conselho de Instrução Pública da França e adotada pela Sociedade de Instrução Elementar daquele país. Em sua tradução para o português, após prefácio do tradutor, que exalta os méritos do método no desenvolvimento da educação na França, o livro segue estruturado em onze capítulos. Em cada um dos capítulos, o autor discorre minuciosamente sobre os cuidados necessários para o êxito do método: desde a organização e estruturação do local e da mobília até as orientações de procedimentos a serem adotados para o treinamento dos monitores.

O capítulo três constitui o núcleo do manual. Nele, são apresentadas as orientações de execução dos comandos e das regras de ensino de cada uma das matérias que compõem o currículo para a escola primária. As rotinas rigorosamente descritas com tempos e ações determinados para cada matéria serão características indeléveis do Método Mútuo. As orientações práticas e a proposição sequencial de conteúdos para o ensino de Desenho Linear, presentes

no manual, irão influenciar a elaboração das leis educacionais na Bahia e orientarão a produção de livros e manuais sobre o assunto. Assim para o ensino do Desenho Linear, Sarazin⁵⁸ propõe a seguinte organização de conteúdos:

QUADRO 2: Distribuição de conteúdos de Desenho Linear pelo Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo

CLASSE ⁵⁹	CONTEÚDO	
1 ^a	Traçado e divisão de linhas retas	Desenho a mão levantada
2 ^a	Traçado e divisão de ângulos	
3 ^a	Triângulos, quadriláteros, polígonos irregulares	
4 ^a	Linhas curvas, círculo e polígonos regulares	
5 ^a	Pirâmides, prismas, cones, cilindros, esfera e poliedros regulares.	Traçado geométrico
6 ^a	Traçado e divisão de linhas retas, de circunferências e de ângulos	
7 ^a	Triângulos, quadriláteros, polígonos regulares	
8 ^a	Tangentes, curvas com diversos centros, secções cônicas e aplicações diversas do Desenho.	

Elaborado pelo autor; adaptado de Sarazin (1854, p.63).

O caráter progressivo dado à organização dos conteúdos constitui uma especificidade do método francês para o ensino de Desenho Linear. Embora não se tenha tido contato direto com a obra *Desenho Linear* de Francouer, é possível depreender do trabalho de D'Enfert (2007) que a descrição dos conteúdos, apresentada no Quadro 02, identifica-se com a proposta de ensino de Desenho da obra de Francouer, segundo a qual o ensino de Desenho Linear começa pelo

⁵⁸SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**. Tradução de João Alves Portella. Typ. De Antônio Olavo da França Guerra e Comp. Bahia, 1854. p.63

⁵⁹ "Chama-se *classe*, (...) ao conjunto de uma carteira, banco e corredor por onde transitão os meninos". (SARAZIN, 1854, p.4). Chervel (1990) analisa que o uso do termo *classe* para designar "divisão" ou "curso" já era usado nas escolas secundárias na França no século XVII e XVIII. "... ainda em 1850 a grande maioria das escolas elementares francesas é ainda de classe única". (CHERVEL, 1990, p.196). Só em 1880, o termo passou a ser utilizado com sentido de organização pedagógica escolar. Na Bahia, o termo "*classe*" na legislação educacional dos anos 1870 é utilizado para distinguir as escolas da capital, dos subúrbios da capital, das freguesias, respectivamente de 1^a, 2^a e 3^a classes.

“estudo dos poliedros dá continuidade ao dos polígonos ao passo que o desenho dos corpos redondos sucede o das linhas circulares”.⁶⁰

A classificação do programa de Desenho Linear em *Desenho à mão levantada* e *Traçado geométrico* parece constituir uma maneira de estabelecer uma lógica na organização dos conteúdos. Os últimos constituem ferramentas necessárias para o aprendizado do primeiro.

A “contenda” entre o papel do Desenho e o da Geometria no currículo para o ensino primário parece ser uma questão sem consenso até as primeiras décadas do século XX. Posteriormente tendeu-se a dar lugar específico no currículo a cada um desses conhecimentos.

O interesse pelos métodos pedagógicos que começam a se instaurar no final do século XIX é que contribuirá para que as propostas para o ensino de Geometria sejam orientadas mais para o desenvolvimento da aprendizagem do que para a aquisição de conteúdos. A tendência, no entanto, nas décadas finais do século XIX é a de valorização do Desenho. Aprender elementos de Geometria constitui assim condição necessária para se desenhar bem. O conhecimento prático do Desenho representa um saber necessário para o desenvolvimento de habilidades, tanto técnicas, como estéticas.

Como método, o ensino mútuo prevê que “os discípulos desenhem conforme ditam sucessivamente os monitores⁶¹ [...] sem o uso de instrumentos.”

⁶² A ação de desenhar sem o uso de instrumentos será identificada no manual pela expressão “desenho à mão levantada”. O uso dos “instrumentos” é autorizado apenas para os monitores quando na ação de avaliação da correção das produções dos alunos. Para que os monitores examinem os resultados das construções dos discípulos, devem proceder como se segue:

⁶⁰ D'ENFERT, Renaud. **Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX: o desenho linear.** História da Educação, Pelotas, n. 22 p.46, maio/ago.2007

⁶¹ O papel dos monitores no método de ensino mútuo foi fundamental. A eles cabia avaliar o desempenho dos alunos e classificá-los em classes por nível de conhecimento. Na prática eles eram responsáveis pela instrução de uma decúria, ou um grupo de 10 alunos. Para o desenvolvimento de suas funções, eram dadas orientações de procedimentos de ensino pelo professor da turma antes do início das aulas. Escolhidos entre os alunos com melhor desempenho eram premiados e homenageados publicamente pelo zelo e dedicação com que desenvolviam suas atividades.

⁶² SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo.** Tradução de João Alves Portella. Typ. De Antônio Olavo da França Guerra e Comp. Bahia, 1854. p.63

[...] tomam seus pequenos instrumentos, régua, esquadria, e compasso, que precedentemente devem ter sidos colocados nos lugares dos monitores, ao mesmo tempo que os pequenos quadros de desenho e as folhas de questões; e, parando á direita de cada discípulo, corrigem algumas figuras, endireitando uma linha por meio da régua, dando a um ângulo reto a abertura conveniente por meio da esquadria, vendo si certo ângulo está bem dividido em partes iguais por meio do compasso. (grifo do autor).⁶³

Como métodos de ensino para o Desenho Linear, o manual prevê três possibilidades:

QUADRO 3: Métodos para o ensino de Desenho Linear pelo Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo

MÉTODO	PROCEDIMENTO
1º	O monitor mostra e nomeia a figura que se deve traçar; um discípulo nomeia e a executa. Todos os outros discípulos a nomeiam e executam; o monitor a desenha por último.
2º	O monitor mostra, sem nomeá-la, a figura que se deve traçar; o discípulo nomeia e a executa. O resto como acima.
3º	O discípulo executa a figura que se lhe ditou e avalia, no todo ou em parte, as suas dimensões em decímetros ou em centímetros. O meio-metro do monitor lhe serve para depois verificar se a execução foi exata.

Elaborado pelo autor; adaptado de Sarazin (1854, p.65).

Para dar execução às ações de ensino previstas pelo Método Mútuo, os monitores recebem, em turno extra, orientações práticas e teóricas sobre os procedimentos a serem adotados em sala. Não há no manual, no entanto, indicação de obra a ser seguida pelos monitores para que eles se apropriem do conteúdo a ser ensinado, as “definições lhes serão ditadas, ou então as aprenderão em um livro de seu uso, e as recitarão”.⁶⁴ Para a escola normal, sabe-se que a obra adotada para o ensino de Desenho Linear foi a de Francouer. Para a escola de ensino primário, não há indicações de obras. O guia a ser seguido para o ensino de Desenho e Geometria pelos professores é tão somente

⁶³SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d’ensino mutuo**. Tradução de João Alves Portella. Typ. De Antônio Olavo da França Guerra e Comp. Bahia, 1854. p.64

⁶⁴ SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d’ensino mutuo**. Tradução de João Alves Portella. Typ. De Antônio Olavo da França Guerra e Comp. Bahia, 1854. p.110

o programa previsto no corpo das leis. As orientações oficiais que regulamentam a utilização do método de ensino definem ainda que “nas paredes, estarão penduradas pedras para os exercícios de desenho e aritmética. Em uma parte dessas paredes, apropriadas ao fim se desenharão o abecedário, o algarismo, figuras geométricas e um mapa do império do Brasil”.⁶⁵

Não demorará muito para que a aplicação do Método de Ensino Mútuo em escolas primárias da Bahia seja alvo de críticas. Em relatório enviado ao presidente da província em 1857, Abílio Cesar Borges escreveu:

O método mútuo que há muitos anos produziu uma espécie de furor, acha-se atualmente sem a mínima voga; pois contra ele se há declarado a experiência e a razão; e na verdade por mais hábil que seja o professor pouco resultado alcançará do ensino mútuo sendo difícil encontrar monitores zelosos, perseverantes.

⁶⁶

Os constrangimentos impostos a professores, que, impelidos por força das determinações legais, eram obrigados à aplicação dos métodos pedagógicos, estão entre os fatores que contribuíram para o surgimento de novas práticas escolares. O surgimento do chamado Método Misto é apontado por Vidal (2005) como fruto da ação inventiva das práticas escolares de professores primários.

As considerações de Abílio a respeito da ineficiência da aplicação do Método de Ensino Mútuo são confirmadas quando assiste às aulas da Cadeira de ensino de métodos, ministradas pelo professor João Alves Portella aos alunos da escola normal. Sobre sua impressão, escreve em seu relatório:

Confesso V. Exa. que assistindo aula de métodos, fiquei penadíssimo de ver que um homem do quilate de Inteligência do Senhor Portela assim se estragasse explicando aos alunos por um ano inteiro o modo como se devem os meninos colocar nas cadeiras, levantar os bancos, qual o lado por onde devem

⁶⁵ BAHIA. Regulamento de 20 de outubro de 1857. **Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1856.** Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IX, p.27

⁶⁶ MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império.** 2º v. Brasiliiana Eletrônica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/112/texto>. Acesso: 21 de janeiro de 2015.

sair das respectivas classes (...) coisas estas que em uma semana qualquer o discípulo aprenderia.⁶⁷

De fato, o Método Mútuo já havia sido quase completamente abandonado na França e em outros países da Europa. Em seu lugar, ganha espaço nos textos legais o Método Simultâneo. Este, por sua vez, como inovação, propõe a organização do ensino em salas de aulas para um grupo de alunos no mesmo nível de conhecimento, regidas por um único professor. Como consequência, permite a organização de classes mais homogêneas, a otimização do tempo escolar e a organização dos conteúdos em diversos níveis. (FARIA FILHO, 2000). É nesse contexto que os conteúdos de Desenho e Geometria ganharão maiores detalhamentos nas legislações educacionais do final do século XIX. As minuciosas determinações de tempo e procedimentos para o ensino de Desenho Linear, prescritas pelo Manual do Ensino Mútuo, darão lugar ao estabelecimento de currículos com programas de ensino sistematicamente organizados em horários escolares semanais. Essas mudanças, no entanto, se processarão de forma lenta. O surgimento do modelo “Grupo Escolar” no início do século XX proverá sua efetivação no corpo das leis.

Mais de cinquenta anos depois de sua primeira menção como disciplina escolar no curso normal de formação de professor, o Desenho Linear ainda figura como conteúdo escolar nos programas oficiais para a escola primária da Bahia republicana.⁶⁸

⁶⁷ Relatório de Abílio Cesar Borges ao presidente da província Álvaro Tibério de Moncorvo. Disponível em : <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000400.html> . Acessado em 23 de janeiro de 2015.

⁶⁸ Entre o regulamento que amplia para o ensino primário o uso do Método Mútuo e Simultâneo em 1842 e a publicação do Ato de 07 de março 1891, que regulamenta a primeira constituição republicana da Bahia. As leis e atos oficiais na Bahia em sua maioria concentraram-se na criação de cadeiras de primeiras letras no interior e na nomeação e exoneração de professores primários. Neste período ocorreram as seguintes reformas educacionais: Regulamento Orgânico da Instrução Pública em 28 dezembro de 1860; Regulamento de ensino em 22 de abril 1862; Ato de 4 março de 1870, que reforma o ensino primário e Ato de 27 de setembro de 1873 de reforma de instrução pública; Ato de 5 de janeiro de 1881, que regulamenta a Instrução Pública. Enquanto nas duas primeiras reformas o Desenho Linear não figura entre as matérias para o ensino primário, nas três últimas, embora componha o programa de ensino para a escola primária, não há descrição de conteúdos. Somente com o Ato de 07 de março 1891, que regulamenta a primeira constituição republicana da Bahia, é que o Desenho Linear ganhará, no teor das leis, uma classificação por níveis de ensino com descrição de conteúdos para cada nível.

Aplicar à escola de ensino primário as orientações do Método de Ensino Mútuo utilizado na escola normal implica em, pelo menos, dois desafios: primeiro, organizar as escolas conforme as recomendações do método; e segundo, prover professores e alunos de manuais e orientações didáticas para o ensino. Em resposta à primeira questão, estabelece o Regulamento de 1842 que o próprio professor “deveria procurar casa sadia, com sala grande, bem clara e arejada, para dar aula”. Quanto à segunda questão, o regulamento esclarece que “compêndios” para uso pela escola primária seriam indicados pela Diretoria de Instrução da província. Para Chervel (1990), é a ação mediadora do professor que concorre para “invenção” da disciplina escolar, uma vez que “a criação, assim como a transformação das disciplinas, tem um só fim: tornar o ensino possível”.⁶⁹

O surgimento de “novas” publicações e a emergência de práticas escolares diversas se inscrevem no longo processo de constituição do Desenho Linear como disciplina escolar, embora muitas dessas publicações se restrinjam ao uso circunstanciado. Elas indicam que, para o ensino de Desenho, concorrem não só as orientações oficiais, mas, também, as interpretações produzidas pelos manuais didáticos a respeito dessas orientações. O Quadro 4 indica as obras de Desenho que foram sendo identificadas ao longo do trabalho de pesquisa. Muitas dessas obras não tiveram circulação expressiva e quase nenhuma notoriedade a não ser para um círculo restrito. A simples constatação de suas existências aponta para a inventividade das práticas escolares desenvolvidas por professores no atendimento às necessidades de ensino. Interessantemente, com exceção da obra de Felipe Alberto, cuja menção está ligada ao ensino de Desenho Linear na escola normal, todas as outras têm edições datadas das últimas décadas do século XIX, momento em que o Desenho começa a ganhar maior importância social.

⁶⁹ CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990. p. 200

QUADRO 4: Manuais para o ensino de Desenho Linear e Geometria catalogados ⁷⁰

OBRA	AUTOR	ANO (aprox.)	CITADO POR
Desenho Linear	Felipe Alberto Junior	1852	MOACYR, Primitivo (1939). A instrução e o Império. 2º v. Brasileira Eletrônica.
Desenho Linear	Nazareth	1881	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889.
Desenho Linear e Geometria Prática	Abílio Cesar Borges	1878	Acervo particular.
Desenho Linear	Maia Bittencourt	1881	Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo - 1823 a 1889.
Desenho Linear	José Maria da Fonseca	188?	FRANÇA, Alípio. Memoria histórica: 1836 - 1936. Bahia: Imprensa Official do Estado, 1936.
Desenho linear das classes elementares.	Manuel Raimundo Querino ¹	1903	NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). Manuel R. Querino : seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 238 p.
Elementos de desenho geométrico	Manuel Raimundo Querino	1911	NASCIMENTO, Jaime; GAMA, Hugo (Org.). Manuel R. Querino : seus artigos na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Salvador: IGHB, 2009. 238 p.
Um passeio à Geometria	Álvaro Zózimo	1959	Acervo particular

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações dos documentos catalogados.

⁷⁰ Das obras catalogadas, apenas as edições dos livros de Álvaro Zózimo e Abílio Cesar Borges foram encontradas. Estas serão objeto de análise no Capítulo 2 deste trabalho

Os desdobramentos que tomou o ensino de Desenho Linear na escola primária na Bahia nas primeiras décadas da República são objeto de análise do Capítulo 2 deste trabalho.

CAPÍTULO 2: O Desenho Linear nos programas oficiais para a escola de ensino primário nas primeiras décadas da Bahia republicana

2.1 O Desenho Linear na reforma educacional da Bahia republicana: currículos e tensões.

A instauração da República na Bahia se dará em um contexto de conturbadas tensões políticas. Entre os anos 1891 e 1895, os debates que se instauram no âmbito da Câmara e Senado estaduais revelam os impasses em fazer passar do texto das leis para a prática do cotidiano as boas intenções e os propósitos dos que pretendiam uma aplicação pronta dos ideais da República em matéria educacional. (SILVA, 1997). Em 1890 havia na Bahia duas escolas normais em regime de externato para homens e para mulheres. Como mudanças, a nova legislação promoverá o aumento de três para quatro anos o período de formação e definirá um currículo extenso para a formação dos chamados professores-mestres. Não obstante, a Geometria e o Desenho continuarão a compor o programa de ensino dos cursos normais. Em 1895 as escolas normais serão fechadas e se inaugurará o Instituto Normal da Bahia para formação de professores de ambos os sexos. Este, por sua vez, servirá de modelo para as escolas normais da cidade de Caetité e Barra no interior do estado, que foram criadas três anos depois.

As primeiras legislações da Bahia republicana dos anos 1891 e 1895 incorporaram aos textos oficiais um detalhado programa para o ensino de Desenho Linear para a escola de ensino primário. Da mesma maneira, novos manuais e livros começam a surgir, alguns de alcance local e edições limitadas, e outros de repercussão nacional circulam pelas escolas primárias da Bahia. A publicação de manuais e livros didáticos se intensifica à medida que os programas de ensino ganham maiores detalhamentos no corpo das leis.

Impulsionados pelas mudanças pedagógicas que se processam no último quartel do século XIX é que, nas legislações educacionais da Bahia, os currículos para a escola normal de formação de professores e para a escola de ensino primário se complexificam. Para os novos tempos republicanos, em que é

imperativa a ampliação da oferta de instrução pública, exigem-se currículos e programas que deem conta de bem formar o indivíduo. Fundamentalmente, a inauguração da escola graduada é que permitirá que os programas passem a se organizar por níveis de ensino. Como consequência se estabelece mais claramente uma hierarquização dos conteúdos. Rompe-se, pelos menos no teor das leis, com as práticas da escola antiga, em que alunos poderiam, durante anos, estudar um mesmo programa de ensino.

Gradativamente começam a figurar, no corpo das leis, prescrições para o ensino, que agregavam, às matérias, programas, métodos pedagógicos e formas de avaliação.

Hamilton (1992), ao analisar as origens do termo *currículum*, aponta para o fato de que a emergência de um “*currículum*” entra na pauta educacional em uma época em que as escolas estavam sendo abertas para uma seção muito mais ampla da sociedade. Como consequência direta, “o ensino e aprendizagem tornaram-se para o mal ou para o bem, mais abertos ao escrutínio e aos controles externos”.⁷¹ Para Chervel (1990), a análise das finalidades pretendidas para o ensino “deve ser conduzida sobre dois planos [...] a dos objetivos fixados e o da realidade pedagógica”.⁷²

O final do século XIX se caracteriza também pela intensificação da circulação dos periódicos educacionais em várias províncias do país. Tais publicações constituem como que “sínteses” dos discursos pedagógicos de seu tempo, seja como veículo de reprodução das representações oficiais para a educação, seja como espaço de contestação. Tomados como fontes, os periódicos educacionais são uma alternativa à dispersão documental possível sobre um determinado fato histórico. Ao reproduzir ou negar discursos produzidos em seu tempo, revelam a natureza dos modelos educacionais em circulação; estabelecem preferências e afinidades intelectuais; indicam a rota de circulação das publicações nacionais e internacionais; constituem possibilidades de explicitação de práticas escolares. Para Catani (1996), os periódicos

⁷¹ HAMILTON, David. **Mudança Social e mudança pedagógica**: a trajetória de uma pesquisa histórica. Porto Alegre: Teoria e Educação, n. 6, 1992, p. 47

⁷² CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990. p. 190

educacionais assumem relevância, sobretudo como “fontes informativas específicas para construção de explicações acerca da história do campo educacional, das práticas escolares, dos saberes pedagógicos, do movimento e das lutas dos professores”.⁷³

Para a história da educação matemática, não diferentemente, o uso documental do acervo de periódicos educacionais pode permitir, entre outras possibilidades, a elaboração de narrativas sobre práticas escolares para o ensino de matemática menos idealizadas. Sua análise possibilita que legislações e teorias educacionais sejam confrontadas com a realidade dos sujeitos, objetos de suas representações. Assim os ecos que nos chegam a partir daqueles que diretamente estiveram envolvidos com os fatos analisados “colorem a compreensão do período, indicam lutas diferenciadas, muitas vezes irrecuperáveis no discurso homogêneo do historiador de grandes quadros”⁷⁴. Em síntese, como possibilidade de investigação do processo de constituição escolar de saberes matemáticos circunstancia práticas escolares, permitindo pensar o seu ensino “como constelações individuais ou mesmo particulares”. CHARTIER (1990).

É no contexto educacional de precariedade da Bahia republicana do início dos anos 1890 que, em novembro de 1892, a primeira edição da *Revista do Ensino Primário* é publicada. Estava em vigor a Constituição de 1890 e o Ato de 07 de março de 1891, que regulamentava a instrução pública. O teor dos artigos será de crítica acirrada às ações do governo. A característica “não oficial” da *Revista do Ensino Primário* revela a realidade do campo educacional como um espaço de luta pela legitimidade dos discursos. Discursos pelos quais a própria realidade é forjada. (CHARTIER, 1990).

A editoração da revista assinada por “Leopoldo dos Reis, Luis Leal e Theotimo de Almeida, antecedidos do título ‘professores’, indica a vinculação

⁷³ CATANI, Denise Barbara. **A imprensa periódica educacional**: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *Revista Educação e Filosofia* v.10, nº20, p. 115-130, jul.- dez. 1996. p.116

⁷⁴ VIDAL, Diana Gonçalves. **A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica**: estudo sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set./dez. 1992. p.408

do periódico aos profissionais da educação e às questões do ensino”.⁷⁵ Como professores, os editores da revista tinham conhecimento amplo da realidade da escola primária na Bahia, o que enriquece as análises.

Entre os anos 1892 e 1893, foram doze edições.⁷⁶ Em cada uma delas, os temas das sessões discutiam o funcionamento da escola primária na Bahia em seus vários aspectos. Assim, assuntos, como obrigatoriedade do ensino primário, organização do jardim de infância, escolas normais, programas de ensino e reforma educacional, são alguns dos temas das sessões. Das doze publicações da revista, em sete delas há artigos cuja temática está ligada ao ensino de Matemática. A Tabela 1 apresenta edição, sessões e autores que trataram temáticas relacionadas ao ensino de Matemática.

Tabela 1 - Revista do Ensino Primário – Conteúdo de Matemática

Nº	SESSÃO	AUTOR ⁷⁷
1	Considerações sobre o ensino de leitura e aritmética	Argemiro Cavalcante
	Considerações sobre o ensino de leitura e aritmética (continuação)	Argemiro Cavalcante
2	Livros para a escola primária	Argemiro Cavalcante
8 - 12	Ensino de Aritmética ⁷⁸	Pedro Celeste

Fonte: Tabela construída pelo autor; adaptada da Revista do Ensino Primário.

Dos artigos relacionados ao ensino de Matemática, as abordagens adotadas pelos autores são de dupla natureza. Se, por um lado, apresentam

⁷⁵ SANTANA, Elisabete Conceição. **A voz dos professores baianos no início da república:** a revista do ensino primário (1892-1893). Revista HISTEDBR On-line. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, nº 36, p. 70-82, dez. 2009. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art06_36.pdf acessado em: 19 de janeiro de 2015.p. 72

⁷⁶ As revistas analisadas estão disponíveis no site do repositório institucional da Universidade Federal de Santa Catarina disponível no endereço eletrônico: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/98963>

⁷⁷ Sobre os autores as revistas não trazem maiores informações sobre suas vinculações profissionais ou mesmo formação. Também não encontramos em outras fontes informações mais detalhadas a respeito de suas biografias.

⁷⁸ Nas cinco últimas edições da revista, a sessão Ensino de Aritmética foi identificada em cada edição por algarismos romanos ao final do título, indicando a continuação do artigo.

críticas às iniciativas governamentais, classificadas de “antipedagógicas” em alguns casos; por outro, assumem uma postura propositiva e apresentam alternativas às determinações legais, no intuito de torná-las mais condizentes com a realidade do ensino primário no estado.

Emblemática neste sentido é a publicação de Argemiro Cavalcante na *Revista do Ensino Primário*, em sessão intitulada “Livros para Escola Primária”. Nesse artigo, A. Cavalcante critica duramente a adoção do livro *Desenho Linear*, de Maia Bittencourt,⁷⁹ adquirido para o ensino de Desenho na escola primária baiana, pela Diretoria de Instrução Pública.⁸⁰ Sobre a inadequação da adoção do livro para o ensino primário, escreve Cavalcante:

Ora um *livreto*, com uma porção, cheio de inúmeras definições, muito erradas, por ter o título de - *Desenho Linear* - deve ser introduzido na escola primária? Não! Pois deve o professor mandar uma criança definições como esta: *Elipse é uma linha curva fechada em que a soma das retas tiradas de cada um de seus pontos para dois pontos fixos, é constante e igual á reta que passa por esses dois pontos [...].* (grifo do autor).⁸¹

O autor aponta ainda a existência de práticas escolares para o ensino de *Desenho Linear*, diferentes das orientações oficiais:

Temos como exemplo nesta Capital (referia-se a Salvador) escola primária onde se ensina desenho sem auxilio de *livretos*, revelando os alunos em exames de conhecimentos nesta disciplina, merecendo honrosas aprovações. (grifo do autor).⁸²

As críticas levantadas pela *Revista do Ensino Primário* instigaram-nos a entender o que levou a Diretoria de Ensino a escolher esta e outras obras sobre o assunto. A análise do contexto social em que se inseriu a reforma educacional em vigor no período apresenta-se como possibilidade de investigação.

⁷⁹ Alexandre Freire Maia Bittencourt foi engenheiro, formou-se na Escola Central do Rio de Janeiro em 1867. Em 1883, assumiu o cargo de engenheiro superintendente e diretor do setor de obras públicas da capital e do estado da Bahia. A partir de então, atuou como professor da primeira cadeira de Arquitetura da Escola Polytechnica da Bahia e dirigiu essa instituição de 1909 a 1913. Sua família, constituída de proprietários de terra da região açucareira, exerceu importante influência política na Bahia do final do século XIX. (BARBOSA, 2010).

⁸⁰ A revista informa a aquisição pela Diretoria de Instrução Pública de 3.000 exemplares do livro *Desenho Linear* de Alexandre Freire Maia Bittencourt para distribuição às escolas de ensino primário do estado.

⁸¹ CAVALCANTE, Argemiro. **Livros para escola primária.** Revista do Ensino Primário. Salvador. n.º. 2, p. 23 a 27, Dez., 1892. p. 24

⁸² Ibid., p.24.

As orientações oficiais para a educação nos anos 1891 foram definidas pelo Ato de 07 de março do mesmo ano. Este ato regulamenta a primeira constituição republicana da Bahia, que organiza o ensino primário elementar em: ensino infantil, escola elementar primária - dividida em três níveis: elementar, médio e superior - e escola primária superior.

Com o desenvolvimento industrial em marcha na Europa, os currículos para a escola primária no período incorporam, às suas orientações, influências das ideias emergentes, entre as quais a compreensão de que a ação do aprendiz ganha importância no processo de formação. Exigia-se que os conhecimentos escolares fossem úteis para a vida. Contrariamente à emergente industrialização da Europa, a realidade social do Brasil e da Bahia do final do século XIX era de uma economia essencialmente agrícola, onde “o trabalho estava todo entregue ao braço escravo”.⁸³ Não obstante essa realidade, as pretensões reformistas do Estado estavam todas voltadas à vida urbana. Na Bahia, não diferentemente do contexto do país, “nas pequenas comunidades e nas áreas rurais havia apenas escolinha isolada de um só professor (...) apenas capaz de iniciar as crianças no domínio da leitura, da escrita e das quatro operações aritméticas, se tanto”.⁸⁴

O contexto socioeconômico baiano no início da República é de disputa pela hegemonia política. Proprietários de terras e comerciantes rivalizavam-se pela disputa do poder político.⁸⁵ Com o fim da escravidão e o cenário de mudanças econômicas internacionais, “os engenheiros e técnicos passaram a ter valor pragmático maior que os cientistas de gabinete, os filósofos e os literatos”.⁸⁶ Nas décadas finais do século XIX, a ascensão dos engenheiros baianos às funções administrativas do Estado configura-se como uma estratégia de disputa hegemônica pelo poder. É atribuição do Conselho

⁸³ MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955, p. 27

⁸⁴ Ibid. p.59

⁸⁵Sobre as disputas entre engenheiros e comerciantes pela hegemonia na política baiana da segunda metade do século XIX, ver Barbosa (2010).

⁸⁶ MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955, p. 43.

Superior de Educação⁸⁷ emitir “parecer sobre a adoção revisão ou substituição de compêndios, livros e objetos do mesmo ensino”.⁸⁸ Ao que tudo indica, é a influência dos engenheiros que compõem o Conselho que contribuirá para que o livro *Desenho Linear*, do também engenheiro Alexandre Maia Bittencourt, tenha sido adotado para o ensino nas escolas primárias no período. Endossa essa tese o fato de que o engenheiro Arlindo Coelho Fragoso,⁸⁹ secretário de Agricultura do Estado e professor de Mecânica e Engenharia da escola Rural Agrícola, órgão com assento no Conselho Superior de Educação na ocasião, e cuja influência de Arlindo Fragoso é patente, tenha pesado a favor da indicação da obra *Desenho Linear* de Bittencourt. Fragoso e Bittencourt ocuparão conjuntamente cargos importantes na Bahia das primeiras décadas da República. Fragoso irá posteriormente fundar o Instituto Politécnico (IP) e a Escola Politécnica na Bahia (EP) e será sucedido pelo engenheiro Alexandre Freire Maia Bittencourt. (BARBOSA, 2010). Curiosamente o livro *Desenho Linear* de Maia Bittencourt já circulava desde os anos 1880, mas em menor escala que outras obras sobre o assunto no período.⁹⁰

A não adaptação da escola primária da Bahia aos objetivos para o ensino

⁸⁷ Compõe o Conselho Superior de Educação nesse período: – O Conselho Superior do Ensino compor-se-á: – Do Diretor Geral, Presidente. – Do Diretor do Liceu. – Dos Diretores das Escolas Normais. – De um Diretor de estabelecimento de ensino particular. – De um professor público primário da capital, eleito por seus colegas anualmente. – Do Intendente da Câmara Municipal da capital. – Do Professor de Higiene da Faculdade de Medicina. – Do Engenheiro Diretor das Obras Públicas. – Do Bibliotecário da Biblioteca Pública. – Do Diretor do Instituto Agrícola. – Do Presidente da Diretoria do Liceu de Artes e Ofícios. Art. 5.º do Ato de 18 de agosto de 1890.

⁸⁸ BAHIA. **Ato de 18 de agosto de 1890**. Actos do governo do estado da Bahia. De 28 de novembro de 1889 a 30 de Junho de 1891. Typographia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1911.

⁸⁹ Nascido em Santo Amaro em 30/10/1865, formou-se engenheiro civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1885. Sua carreira acadêmica começou como catedrático da Imperial Escola Agrícola da Bahia, onde defendeu a tese *Estudo sobre analyse cinemática*. Foi secretário da agricultura do governo Rodrigues Lima (1892-1896) e era diretor da secretaria de agricultura do governo Luiz Viana (1896-1900), quando liderou um grupo de engenheiros na fundação do IP e da EP, dos quais foi respectivamente o primeiro presidente (1896-1899) e o primeiro diretor (1897-1907), além de primeiro catedrático de mecânica aplicada (1897-1926). Secretário geral e homem forte do governo, coordenou a execução das reformas urbanas da capital que marcaram a primeira gestão de J. J. Seabra (1912-1916). Também se destacou na atividade literária local, tendo sido o fundador da Academia de Letras da Bahia em 1917; foi deputado federal (1918-21). (Dias, 2002, p. 234).

⁹⁰ Uma evidência encontrada refere-se ao relatório de entrada e saída de livros do arquivo, publicado pela diretoria de instrução pública da Bahia em 31 de janeiro de 1881. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104601>. Acessado em: 04 de novembro de 2014. A obra de *Desenho Linear* de Abílio Cesar Borges cuja primeira edição havia sido publicada em 1878 já era uma obra de grande circulação na época.

de Desenho Linear presentes no manual didático adotado pelo estado indica que não só questões pedagógicas norteiam as finalidades educacionais impostas à escola, mas também questões políticas e ideológicas. Nesse sentido “Ler, olhar ou escutar são efetivamente uma série de atitudes intelectuais [...] que permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança a resistência”.⁹¹

Se por um lado o manual proposto para o ensino de Desenho Linear encontra resistência para sua aplicação na escola primária, por outro, não parece refletir inteiramente a intenção da legislação educacional de 1891. Esta se caracteriza pela tentativa de propor currículos e conteúdos ordenados segundo critérios de graduação e de dificuldades e organizados em classes por nível de conhecimento. As incongruências entre as determinações legais e os atos administrativos para sua implantação dão a ideia de como as legislações educacionais na República baiana de então representavam tão somente idealizações da realidade.

O programa para o ensino de Desenho Linear para a escola primária elementar, previsto pelo Ato de 07 de março de 1891, fica assim descrito:

Curso Elementar: Linha recta e suas posições. Curso Médio: Linha curva, combinação de linhas e representações de objetos por modelos. Curso superior: Desenho gráfico – por modelos e livre, de acordo com as leis de perspectiva.⁹²

Outra característica do currículo para a escola de ensino primário na legislação educacional de 1891 é o seu caráter enciclopédico.⁹³ Não obstante, o ensino da linguagem falada e escrita, somado ao ensino de Aritmética e Desenho Linear, ocupa grande parte do tempo escolar.

Com relação ao Desenho Linear especificamente chama a atenção a carga horária destinada ao seu ensino (duas horas semanais). Apenas meia hora a

⁹¹ CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990. p. 60

⁹² Programa completo de matérias para a escola de ensino primário, ver Anexo 1 deste trabalho.

⁹³ Compunham o programa de escola de ensino primário: escrita, leitura, língua materna, aritmética, desenho linear, noções de geografia e história (especial da língua pátria), rudimento de ciências naturais, instrução moral e cívica, canto coral, trabalhos manuais (compreendidos os de jardinagem e horticultura) exercícios callisthenicos e militares, trabalhos de agulha e prendas domésticas. Ato de 7 de março de 1891, art. 11, item c

menos da carga horária destinada ao ensino de Aritmética e Sistema Métrico juntos (duas horas e meia semanais), ⁹⁴o que é indicativo da importância que o ensino de Desenho Linear assumia nos programas oficiais para a escola primária na época.

A intenção de dar ao ensino de Desenho Linear uma organização mais sistemática na legislação de 1891 se concretiza na legislação educacional de 1895. A designação do termo “Geometria” pela primeira vez figura nos programas para a escola primária. Ora como suporte para o ensino de Desenho, ora com autonomia em relação a este, busca-se dar à Geometria maior importância nos currículos para o ensino primário das primeiras décadas do século XX.

⁹⁴ Ver ANEXO C deste trabalho.

2.2 Desenho Linear e Geometria como proposta curricular para a escola primária na reforma educacional de 1895

Menos de cinco anos após a reforma educacional implantada em 1891, é promulgada a Lei nº 117 em 24 de agosto de 1895,⁹⁵ e a educação na Bahia ganha “novas” orientações.

As “inovações” presentes na reforma educacional de 1895 estão em sintonia com as mudanças que já vinham se processando em outros estados. Em relação ao Desenho, os programas escolares ganharão corpo. A Geometria parece se consolidar como uma ferramenta para o ensino de Desenho. A proposição do ensino de Geometria no corpo das leis não representa um fato isolado e definitivo; antes, se instaura em longo processo de constituição do próprio Desenho como disciplina escolar. Valente (2012), ao analisar a trajetória de escolarização da Geometria durante o século XIX, aponta para o fato de que o Desenho tenha se instaurado como uma Geometria para o curso primário.

A Lei nº 117, entre outras determinações, prevê pela primeira vez na Bahia o modelo Grupos Escolares⁹⁶ para organização das escolas de ensino primário no estado e reorganiza a instrução pública primária em escolas infantis, elementares e complementares e, para cada um desses níveis de ensino, classifica-os em elementar, médio e superior. O modelo Grupos Escolares marca sobremaneira a especificidade do espaço da escola como lugar por excelência de ensino. Nesse modelo, a escola se organizará em espaços e tempos específicos, exercerá controle sistemático sobre o trabalho dos professores, fará coincidir o calendário escolar com o ano civil, entre outras inovações. (FARIA FILHO, 2011).

⁹⁵ Era na ocasião governador do estado da Bahia Joaquim Rodrigues Lima e Diretor de Instrução Pública do estado Satyro de Oliveira Dias.

⁹⁶ O modelo Grupo Escolar teve seu surgimento associado aos ideais republicanos de educação. Primeiro em São Paulo depois em outros estados foram concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, simultaneamente, todo conjunto de saberes, de projetos político-educativos e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XX: O das escolas seriadas. (VIDAL; FARIA FILHO, 2000, p.25). Na Bahia sua manifestação será discreta. Não sendo revestidos da mesma pompa que as experiências de São Paulo e Rio de Janeiro. ROCHA (2006).

A inspiração para a legislação educacional do final do século XIX na Bahia é a do modelo proposto por Rui Barbosa para a instrução primária no Rio de Janeiro no ano de 1880. A menção ao ensino através das “lições das coisas” ou do seu correlato Método Intuitivo marca as publicações pedagógicas e legislações educacionais do final do século XIX e início do século XX no país. Inspirado no pensamento de Pestalozzi, o ensino intuitivo fundamenta-se na premissa de que, a partir dos objetos do cotidiano, “as coisas” do mundo real, a intuição infantil seria capaz de construir e expressar ideias. Implícita nessas novas concepções educacionais estava a rejeição à memorização como método de ensino; pretendia-se, assim, ao propagar a intuição, relegar a memória à capacidade intelectual inferior. (VIDAL, 2005).

Avaliar o sucesso ou fracasso do Método Intuitivo como proposta pedagógica não é tarefa simples, pois sua investigação não é evidente, posto que é sobre a pressão do presente que se olha o passado.

Seu surgimento, no entanto, como proposição de método para ensino nas escolas elementares indica um movimento de mudança de foco: “partir da criança para o ensino e não vice-versa, isto é, da predeterminação do conteúdo do ensino para a criança.”⁹⁷ Cumpre analisar, no caso do estado da Bahia, como as proposições para o ensino de Matemática e, mais diretamente, para o ensino de Geometria pelo Método Intuitivo figuravam nas legislações, publicações pedagógicas e manuais didáticos do período. E em última instância como estas ideias foram apropriadas pela escola de ensino primário.

É no contexto de valorização da instrução pública, na recém-inaugurada República, que a reforma educacional promovida pela Lei nº 117 na Bahia também incorpora, em seu texto, o discurso pedagógico de valorização da intuição do aluno. Assim define a Lei de 1895, no Capítulo I: “[...] O fim do ensino primário, que deve ser essencialmente intuitivo e prático, não é dar ao aluno tudo quanto é possível saber, mas o que não é possível ignorar: não é ensinar muito, mas ensinar bem.”⁹⁸

⁹⁷ MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955, p. 40.

⁹⁸ Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122520>. Acesso: em

O texto legal teve mais efeito retórico do que prático. Para o ensino do Desenho e Geometria, prevalece a descrição dos conteúdos, com pouca ou nenhuma indicação de procedimentos do Método Intuitivo. A obra *Primeira Lições de Coisas, Manual de Ensino Elementar para uso dos Paes e Professores* de N. A. Calkins, tradução de Rui Barbosa, cuja inscrição na capa indica ter sido “unanimemente aprovada pelo Conselho Superior de Instrução pública da Bahia”, não parece ter tido a mesma influência para organização do currículo baiano que teve na elaboração da proposta para a escola de ensino primário do município do Rio de Janeiro.⁹⁹

Interessantemente o livro *Lições de Coisas* dedica grande parte das suas orientações ao ensino de temas ligados à Matemática: forma, número, tamanho, desenho e tempo correspondem a um percentual de 43% do livro. (GOMES, 2011).

Os princípios do pensamento de Pestalozzi dão a tônica da estruturação da obra de Calkins. A intuição nesta obra é então decomposta em seus elementos constitutivos: os sons falados e cantados; a forma na geometria, na caligrafia e no desenho; e o número na contagem e no cálculo. (MOREIRA, 1955). “Em função desta decomposição da intuição, ficava determinado quase que completamente o programa da escola elementar”.¹⁰⁰

Logo na primeira parte do seu livro, Calkins apresenta os fundamentos que definem o método de ensino pela *lições de coisas*:

Os *sentidos* fornecem ao espírito os meios de comunicação com o mundo exterior. Mediante *sensações* logra o entendimento a *percepção* dos objetos circunjacentes. A *percepção* leva a concepção ou ideias, que a *memoria* retém ou evoca. A *imaginação* apodera-se das *ideias* constituídas mediante a *percepção* combina-as e imprime-lhes novas formas. O *raciocínio* procede ao exame dessas ideias por métodos mais definidos, resultando dessa investigação o *juízo*. [...] Enfim, graças a

25 de julho de 2014.

⁹⁹ A proposta de Rui Barbosa para organização do currículo para a escola primária do Rio de Janeiro serviu de inspiração ou de modelo para as províncias. Nela muitos dos princípios da obra de Calkins estão presentes. Para Ruy na escola primária o intuito fundamental do ensino consistia em prosseguir a cultura dos sentidos e o desenvolvimento das faculdades de observação, apreciação, enunciação e execução. (MOREIRA, 1955).

¹⁰⁰ MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955, p. 40.

observação, a comparação e classificação das experiências e dos fatos alcançamos o conhecimento. (grifo do autor).¹⁰¹

A título de ilustração, apresentam-se a seguir as proposições para o ensino dos elementos de Geometria presentes no tópico “linhas retas, quebradas e curvas”:

Pegando em um cordel, diz o mestre: Que tenho eu na mão? “Um cordel”.¹⁰² Esticando-o entre as duas mãos, pergunta: Em que posição tenho agora o cordel? “Direita”. Aproximando depois as mãos uma a outra, de modo que o cordel afrouxe, e penda, interroga: Que direis agora do cordel? “Não está direito; faz voltas, está bambo, está torto. [...] Então, tomando um goniógrafo,¹⁰³ ou uma régua dobradiça, de modo que todos os membros lhe fiquem em ângulo, dirá o mestre: Que forma tem isso?¹⁰⁴

O propósito da abordagem é que, ao seguir o roteiro de experiências, o professor possa enfim levar os alunos a compreender conceitos e definições:

Agora direis como se chamam os traços direitos. Chamam-se linhas retas. Que nome tem os traços direitos? “Linhas retas”. Que vem a ser linhas retas? “traços direitos”. Repete agora: Traços direitos chamam-se linhas retas.¹⁰⁵

Embora o livro *Lições de coisas* preserve a organização dos conteúdos e o sequenciamento deles por ordem de dificuldade – proposição já presente nas orientações anteriores para o ensino de Desenho Linear pelo Método Mútuo no século XIX –, ao partir das “coisas para os nomes, das ideias para as palavras, dos princípios para as regras”¹⁰⁶ inverte-se a lógica até então presente do primado do conteúdo sobre a aprendizagem.

¹⁰¹ CALKINS, Norman Allison. (1886). *Primeiras Lições de Coisas – Manual de Ensino Elementar para Uso de Paes e Professores*. Traduzido por: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em: 01 de fev. 2015. p. 4

¹⁰² Calkins esclarece no livro que a suposição de respostas dos alunos tem fins didáticos para melhor compreensão dos professores sobre a forma como proceder com a execução do método.

¹⁰³ Espécie de trena rústica utilizada ainda em tempos atuais por trabalhadores da construção civil.

¹⁰⁴ CALKINS, op. cit., p. 64

¹⁰⁵ Ibid., p. 65

¹⁰⁶ CALKINS, Norman Allison. (1886). *Primeiras Lições de Coisas – Manual de Ensino Elementar para Uso de Paes e Professores*. Traduzido por: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em: 01 de fev. 2015. p. 3

Sem pretensão de aprofundar nas proposições para o ensino de Desenho e Geometria pelo Método Intuitivo presentes no livro de Calkins, interessa, sobretudo, compreender como as orientações para o ensino desses conteúdos circularam na Bahia no final do século XIX.

É pela “invasão” da escola, no final do século XIX, por um arsenal de materiais didático-pedagógicos (quadro-negro, lousas individuais, cadernos, livros...) que o Método Intuitivo se instaura como proposta não só de ensino, mas, também, como alternativa para a aprendizagem do aluno. Na Bahia é representativo desses novos tempos para a instrução pública o relato do presidente da província sobre os “aparatos” didáticos presentes na escola anexa à escola normal da capital, destinados aos exercícios práticos dos alunos:

destacam-se as interessantes coleções de mapa para o ensino das ciências naturais, zoologia, botânica e geologia (91 mapas); a coleção de mineralogia com mais de cem espécimes; as caixas de forma das cristalizações (completa e com cores naturais) de cristal um e outro de madeira; as caixas de lições de coisas; uma caixa com o necessário para o traçado de cartas geográficas; um notável órgão intitulado *compendium* com uma série de letras móveis para o ensino da leitura e de ortografia, e mais um numerador mecânico, algarismos móveis e tábua preta para os exercícios de aritmética; *compendium* métrico, desde os mais elementares, como o de Pape Carpentier até o mais completo, e grande atlas métrico; o muito preconizado numerador Chabenat, um microscópio com 50 preparações; barômetro, termômetro, níveis; interessantes ardósias para desenho com as competentes coleções de modelos e para o mesmo mapa atlas, coleções completas de sólidos e instrumentos para traçados geométricos; variadíssimas séries de trabalhos caligráficos dos melhores autores para modelos e copias e ardósias destinadas ao mesmo fim; grandes esferas e de tamanho comum, terrestre, celeste, ardosiada de Copérnico e Ptolomeu, e uma de cristal, todas de grande utilidade para o ensino prático; uma série de 110 assuntos bíblicos para o ensino de religião em quatro grandes mapas coloridos; aparelhos para exercícios musculares; grande cópia de jogos instrutivos pelos sistemas de Pestalozzi e Froebel; finalmente uma mobília pelo sistema Lenoir (aperfeiçoado) para cem alunos.¹⁰⁷

¹⁰⁷ MOACYR, Primitivo (1939). A instrução e o Império. 2º v. Brasileira Eletrônica. [disponível na internet: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii/pagina/180/texto>. Acesso em 11/01/2015.

Evidentemente que, ao Estado republicano recém-implantado, estender a todas as escolas primárias o acesso a essa gama de material didático era quase impossível. Constava como indicação do livro *Lições de Coisas* o uso de caixas¹⁰⁸ para o ensino das cores e formas, gravuras, coleções de peças de madeiras, aros, linhas e papéis etc. Tais exigências eram contrastantes com a pobreza material das escolas primárias baianas.

Seu uso, quando feito, restringia-se ao curso de formação de professores da escola normal. A respeito das incongruências entre a legislação em vigor e os atos do governo direcionados à instrução pública primária, são esclarecedores os artigos produzidos pela *Revista do Ensino Primário*. É sobre a inadequação entre as orientações legais e a aplicação do Método Intuitivo para o ensino de Aritmética que Cavalcante (1892), ao condenar a aquisição de 5000 tabuadas para a escola primária, escreve:

Temos uma lei que determina que o ensino deve ser prático e intuitivo e a adoção destes livros antipedagógicos não satisfaz aos requisitos impostos pela lei. Portanto apelamos para o Diretor da Instrução Pública que deve excluir semelhantes livretos da escola primaria. [...] Se estas e outras considerações de sábios pedagogistas vêm demonstrando que o ensino de aritmética deve ser prático e análogo as lições de coisas, devemos admitir as tabuadas para o ensino nas nossas escolas?¹⁰⁹

Na linha propositiva, Cavalcante sugere:

O ensino de aritmética [...] deve ser feito por meio de exercícios práticos análogos as lições de coisas, por meio de exercícios de cálculo oral com o auxílio de quantidades concretas [...] julgamos mais acertado em vez das tabuadas mandar para cada escola um contador de Chaumeil, Pineaux ou um numerador de Chabenat, Ritt, etc.¹¹⁰

Chama a atenção o fato de que, nas doze edições da *Revista do Ensino*, não há referência específica à obra *Lições de Coisas*, de Calkins, embora o ensino intuitivo ocupe grande parte das temáticas discutidas na revista. A referência à

¹⁰⁸ Sobre o material necessário à realização das atividades, Calkins informa ao leitor, em notas de rodapé, a respeito da fabricação de caixas de figuras sólidas para as lições de coisas e da preparação, pelo autor, de “Cartas de linhas e figuras” a serem comercializadas pelos editores da obra (Harper & Brothers) em Nova York (Calkins, 1886, p. 50).

¹⁰⁹CAVALCANTE, Argemiro. **Considerações sobre o ensino de Leitura e Arithmetica**. Revista do Ensino Primário. Salvador. n.º.1, p. 5-9, 1º Nov., 1892. p. 8

¹¹⁰Ibid., p.8

expressão “lições de coisas”, no teor dos artigos, parece estar ligada ao jargão presente nos textos oficiais e nos discursos pedagógicos da época. Na Bahia a expressão “lição de coisas” já fazia parte do texto legal da reforma educacional desde 1881. É possível que a expressão tenha se popularizado – antes mesmo da publicação da obra em 1886 – pela influência da proposta de Ruy Barbosa de reforma educacional do município do Rio de Janeiro em 1880. É fato que esta proposta serviu de referência para reformas educacionais de vários estados, inclusive da Bahia.

Mesmo na sessão intitulada “Livros para Escola Primária” ou no espaço da contracapa da Revista do Ensino Primário, destinada a anúncios de obras pedagógicas, não há referência a Calkins. A ausência da menção a esse livro, em uma publicação destinada aos professores primários, que circulou durante dois anos no estado, permite supor que sua aprovação pelo Conselho Superior de Instrução Pública, apenas seis anos antes, pode não ter significado de fato que as escolas de ensino primário tenham tido acesso à obra de Calkins. É possível que a obra tenha circulado apenas nos cursos de formação de professores da escola normal, os quais atingiam uma parcela muito pequena dos professores primários do estado.

Da mesma maneira, o livro *Lições de Coisas* de Calkins não é referenciado para tratar o tema da Geometria, muito embora esse assunto ocupe grande parte de suas orientações. Para Gomes (2011), a dificuldade em analisar a influência do livro de Calkins em práticas escolares na escola primária reside, entre outras questões, no fato de que o livro não se constitui em um manual didático de utilização imediata em sala de aula. Apresenta-se, antes, como um guia de orientações práticas aos professores. Para Chervel (1990), mudanças educacionais se processam de forma lenta, e, nesse sentido, as práticas para o ensino de Matemática vigentes em 1892 preservavam ainda aspectos pedagógicos das propostas de ensino anteriores. Nessa direção, os estudos de Trinchão (2008) apontam para o fato de que muitas das orientações do livro de *Lições de Coisas* de Calkins serão retomadas ou reapropriadas para o ensino de Geometria para o chamado “ensino ativo”, anos mais tarde nas primeiras décadas do século XX.

Tais considerações esclarecem em parte a pouca ou nenhuma referência à obra de Calkins. A ausência de menção ao seu nome entre os “pedagogistas” – como eram conhecidos os teóricos em educação da época –, tendo em vista sua indicação para uso nas escolas primárias do estado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, constitui um elemento a mais para compreensão de como se deu a circulação das ideias pedagógicas no período. Pode-se supor, como neste caso em questão, que, entre os discursos materializados pelas leis e práticas escolares, existiam diferentes formas de significar o ato de ensinar. Muitas dessas grandes tendências pedagógicas de seu tempo nunca chegaram de fato a orientar as ações dos professores. Palidamente figuraram apenas como “slogans” de uma educação possível.

Uma vez que a investigação das práticas escolares para o ensino de Geometria pelo método lições das coisas constitui tarefa desafiadora pela própria “volatilidade” em que se encontram as práticas que possam ser identificadas com tais ideias, os escritos autobiográficos apresentam-se como possibilidade de investigação.

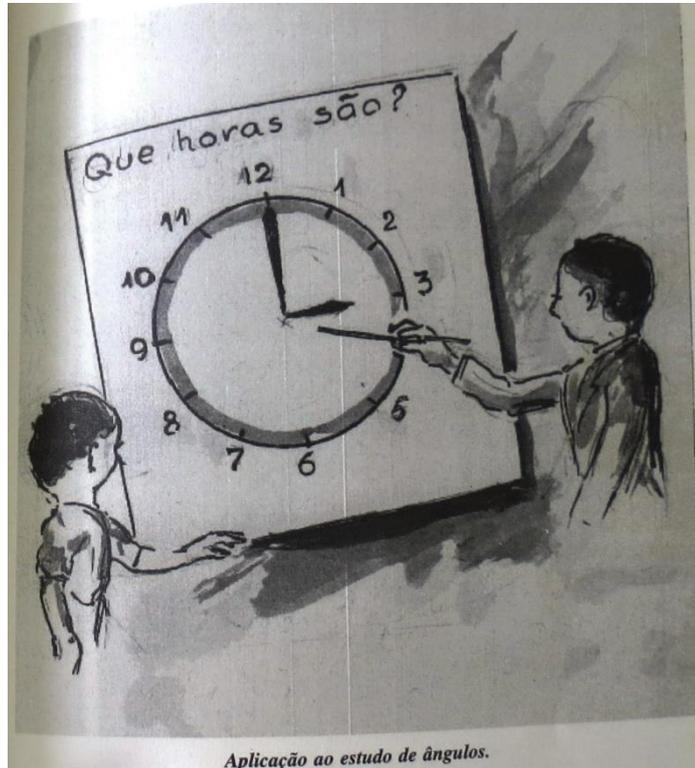
As práticas pedagógicas para o ensino de Desenho e Geometria do professor Álvaro Zózimo da Silva,¹¹¹ descritas no livro autobiográfico intitulado *Sempre a Serviço da Educação*, permitem inferir sobre as possibilidades de estas práticas terem sido influenciadas por proposições do Método Intuitivo. Aluno da escola de ensino primário na Bahia nos anos 1910 e professor graduado pela escola normal nos anos 1931, é possível que Zózimo tenha tido contato com o manual *Lições das Coisas* no período de sua formação. Endossa essa hipótese os estudos feitos por Lorenz e Vechia (2005), ao afirmarem que o manual foi utilizado nas escolas normais da Bahia até 1920.

A habilidade de Álvaro Zózimo com a produção de ilustrações enriquece seu relato sobre as aulas ministradas como professor do ensino primário. A

¹¹¹ Álvaro Zózimo da Silva nasceu em Salvador em 1912. Estudou na primeira Escola Normal da Bahia entre os anos 1929 e 1931, onde se formou professor primário. Atuou como professor de matemática e desenho em escolas primárias de Salvador e, em 1943, foi nomeado para a cadeira de Desenho da Escola Normal de Salvador, o então Instituto Central de Educação Isaias Alves (ICEIA). Foi autor dos Livros: *Um passeio à Geometria* (1958), *Sempre a Serviço da Educação* (1998), *A hora da Criança que eu vivi* (1998). As duas primeiras obras desta relação serão objeto de análise no Capítulo 3 deste trabalho.

Figura 2 foi apresentada pelo autor para ilustrar a abordagem dada ao ensino de ângulos:

FIGURA 2: Ensino de ângulos por Álvaro Zózimo



Fonte: Livro Sempre a Serviço da Educação - Álvaro Zózimo.

Uma das premissas do ensino intuitivo e, conseqüentemente, do Manual *Lições de Coisas* é a de que a criança aprende quando é possível estabelecer relações entre o ensino e os objetos do seu cotidiano. Evidentemente muitas das orientações propostas pelo ensino intuitivo foram incorporadas por modelos pedagógicos posteriores. Chama-se a atenção para o fato de que tais influências, por vezes, passam despercebidas.

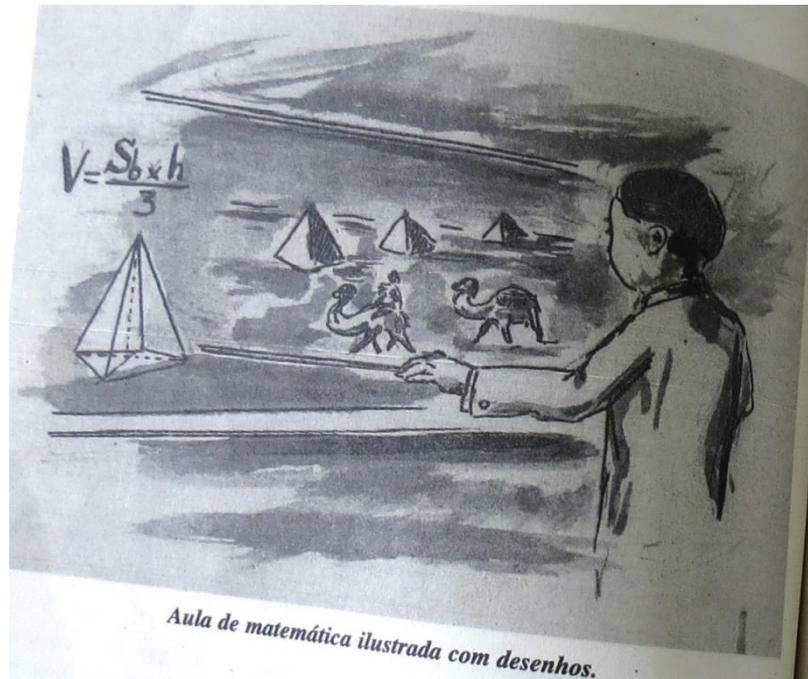
Na sessão “lições para desenvolver a ideia de pirâmides”, as orientações do manual de *Lições de Coisas*, no tópico intitulado “conselho ao mestre”, propõem procedimentos para o ensino que se aproximam das práticas realizadas por Zózimo e ilustradas em seu livro. Escreve Calkins:

Mais atraente tornara o mestre as lições de pirâmides falando aos alunos nas pirâmides do Egito (...) diga, por exemplo, as crianças que ao longo das margens do Nilo, no decurso de setenta léguas se descobrem um grande número de pirâmides construídas de pedra e tijolo. A maioria delas tem perto de oitocentos pés quadrados, e cobre um espaço de mais de doze

geiras¹¹² estando o seu vértice a quatrocentos e oitenta pés de altura. ¹¹³

Ilustração de Zózimo para o ensino desse conteúdo:

FIGURA 3: Ensino de sólidos por Álvaro Zózimo



Fonte: Livro Sempre a Serviço da Educação - Álvaro Zózimo.

O Ato 4 de outubro de 1895 regulamenta a Lei nº 117 desse mesmo ano, definindo currículos e programas para a escola de ensino primário. A organização da escola de ensino primário em elementar, médio e superior é similar à da legislação de 1890. Os programas de Matemática para a escola primária ganham maiores detalhes nessa lei, uma característica dos currículos propostos no final do século XIX. ¹¹⁴

Embora o ensino de Desenho já fizesse parte do currículo escolar para o ensino primário em 1891, é na legislação de 1895 que ele ganha maior significação. Expressões como desenho à mão levantada, princípios de desenho geométrico, noções de desenho geométrico passam a compor o programa de

¹¹² Uma geira mede 44 x 44 metros

¹¹³ CALKINS, Norman Allison. (1886). Primeiras Lições de Coisas - Manual de Ensino Elementar para Uso de Paes e Professores. Traduzido por: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em: 01 fev. 2014. p. 157

¹¹⁴ O programa completo para a escola primária pode ser encontrado em Santana (2011).

ensino para a escola primária. Elementos de Geometria compõem nessa legislação grande parte do programa proposto para Desenho. A Geometria figurará como conteúdo e com programa específico apenas nas escolas complementares - correspondentes aos anos finais da escola primária -, preparatórias para o curso normal. O Quadro 5 reproduz a distribuição do programa de Desenho pelos três níveis da escola de ensino primário:

QUADRO 5: Plano gradual de Desenho pelos três níveis da Escola de Ensino Primário 1895

	CURSO ELEMENTAR	CURSO MÉDIO	CURSO SUPERIOR
ESCOLA ELEMENTAR	Desenho linear. Traçado das linhas retas; sua divisão em partes iguais; ângulos, triângulos e quadriláteros; sua avaliação.	Desenho linear. Representação das superfícies e volumes. Desenho à mão levantada. Princípios de desenho geométrico.	Representação e avaliação dos volumes. Desenho à mão levantada, por modelos e cópias. Noções de desenho geométrico.
ESCOLA COMPLEMENTAR	Desenho geométrico; Desenho à mão levantada, por modelos e de memória. Os objetos serão desenhados na pedra pelo mestre, ou representados por estampas.	Desenho geométrico. Desenho de sólidos e de cópias; perspectiva; cópia aumentada ou reduzida; flores e paisagens.	Desenho geométrico. Continuação dos exercícios precedentes, e representação dos objetos ao natural; sombras; elementos de desenho de ornamentação. Modelagem

Fonte: Elaborado pelo autor; adaptado do Ato de 04 de outubro 1895.

O programa baiano apresenta similaridades com o programa para o ensino público primário do estado de São Paulo, publicado pelo Decreto 248 de 26 de julho de 1894. Em São Paulo, o ensino primário está dividido, segundo esse decreto, em preliminar e complementar. Para o ensino preliminar, prevê-se a duração de quatro anos de curso. Os conteúdos de Desenho, que, para os dois primeiros anos do curso preliminar, contemplam “a divisão de linhas,

ângulos, triângulos, quadrados, quadriláteros e suas construções, quadrados”,¹¹⁵ são similares ao proposto no programa da Bahia para os dois níveis do ensino elementar (curso elementar e curso médio). Peculiar ao programa paulista é o fato de promover, já no segundo ano de curso, a separação entre as matérias Desenho e Geometria, o que ocorrerá na Bahia somente na escola primária complementar (Quadro 6). Ademais, o programa de Desenho e Geometria para as escolas de ensino primário do estado de São Paulo é mais rico no detalhamento dos conteúdos prescritos para cada nível de ensino.

¹¹⁵Para consultar programa completo para o ensino de matemática em São Paulo previsto pelo Decreto 248 de 26 de julho de 1894, ver Valente (2010).

QUADRO 6: Plano gradual de Geometria pelos três níveis da Escola de Ensino Primário Complementa em 1895

Curso elementar	Curso médio	Curso superior
<ul style="list-style-type: none"> • Geometria plana – começando pelo estudo prático e intuitivo dos corpos para daí inferir a ideia abstrata das superfícies, e suas formas geométricas e deduzir-se a da linha e do ponto; • Posição das retas em relação a si e em relação à circunferência; Polígonos e círculo; • Medida comum das retas, dos arcos e dos ângulos; • Retas proporcionais entre si e em relação ao círculo; • Medida dos lados do polígono, de suas áreas, da circunferência e da área do círculo; • Construções e exemplos acomodados às artes e ofícios. Este curso é exclusivamente prático. 	<ul style="list-style-type: none"> • Geometria plana; • Linhas proporcionais; • Semelhança das figuras planas; • Relação numérica entre as linhas do triângulo; • Secantes e tangentes; medida da circunferência e das áreas; seno, cosseno; fórmulas relativas aos triângulos retângulos. • Problemas e construções gráficas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão. • Geometria no espaço; • Do plano e da reta no espaço; • Perpendiculares e oblíquas; retas e planos paralelos; • Ângulos diedros; • Planos perpendiculares; • Ângulos triedros; • Poliedros; • Superfícies e volumes; • Corpos redondos, cilindro, cone, esfera, superfícies e volumes; • Cubagem.

Fonte: Ato de 4 de outubro de 1895.

As várias denominações para Desenho na legislação de 1895 não deixam claro os reais objetivos para o seu ensino na escola primária. Ora parece estar ligado aos Trabalhos Manuais, cuja função é de “dar agilidade, prontidão e segurança de movimentos, precisão e destreza de mãos”,¹¹⁶ ora aproxima-se do ensino estrito de Geometria.

¹¹⁶ Ato de 4 outubro de 1895, título II seção I art. 99. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122519>. Acesso em: 25 de julho de 2014

Sua importância, no entanto, para o currículo da escola de ensino primário do período é inegável. Pode ser avaliada pela quantidade de horas reservadas para o seu ensino, cuja soma iguala-se à carga horária destinada ao ensino dos conteúdos de Matemática.¹¹⁷

Além da introdução do ensino de Geometria, passam também a compor os programas oficiais para o ensino de Matemática nas escolas primárias complementares os conteúdos de Progressões Aritméticas e Geométricas, Juros Compostos e Anuidades, entre outros. Esses conteúdos representam uma tendência presente no final do século XIX de habilitar aqueles que concluíssem o ensino primário ao exercício de atividades profissionais. Essa tendência irá se arrefecer nos programas de Matemática para o ensino primário das primeiras décadas do século XX.

A discussão do “lugar” de Geometria e de Desenho, nos programas baianos para a escola de ensino primário na primeira metade do século XX, tenderá a afirmar para cada um desses saberes um lugar específico no currículo primário. Embora ainda seja comum relacioná-las a um só conhecimento, sua diferenciação no corpo das leis será mais clara. Ao ensino de Desenho se atribuirá a função de desenvolver no aluno o gosto pela estética e pela arte, ao passo que, para a Geometria, se proporrá o ensino das noções elementares.

¹¹⁷Ato de 4 outubro de 1895, seção IV art. 121. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/122519>. Acesso em: 25 de julho de 2014

2.3 Dilemas antigos para tempos novos: currículos e práticas para o ensino de Desenho Linear nas primeiras décadas do século XX

As primeiras décadas do século XX são marcadas mais uma vez pela proposição de “mudanças” nas orientações oficiais. Essa profusão de leis e atos, cuja pretensão última é modelar a realidade e teatralizar a vida social, exerce sobre a sociedade uma dominação simbólica. (CHARTIER, 1990).

No que diz respeito ao ensino primário, de maneira geral haverá uma redução nas matérias propostas. O caráter enciclopédico das propostas anteriores perderá espaço. O ensino primário passará a assumir, nas primeiras legislações do século XX, um sentido estritamente propedêutico e elementar, não pesando sobre ele a função de formar a criança para a vida profissional. Os programas para a escola primária complementar sofrerão as principais mudanças. Desobrigadas de formar a criança para o mundo do trabalho, muitas matérias não mais figuram no programa de ensino da escola primária complementar, entre elas o extenso programa de Geometria proposto pela legislação de 1895.

O Desenho, apesar das mudanças, continua ocupando papel importante no currículo da escola de ensino primário. Para a escola primária elementar, as horas semanais destinadas ao seu ensino são equivalentes às de Cálculo (Aritmética). A Geometria parecia ter encontrado seu lugar nos programas da escola de ensino primário: o de instrumentalizar o ensino de Desenho.

Como identificar o processo de apropriação escolar das orientações oficiais, em um cenário de constantes mudanças legislativas? Investigar apenas os objetivos para o ensino incluídos nas proposições das leis implicaria em “envolver-se na história das políticas educacionais e não das disciplinas escolares”.¹¹⁸

Diante da não perenidade das leis, uma das chaves para compreender os processos de apropriação escolar das orientações oficiais para o ensino de Desenho, nas primeiras décadas do século XX, encontra-se na investigação das práticas desenvolvidas por professores para o ensino dessa disciplina. A

¹¹⁸ CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, 1990. p. 203

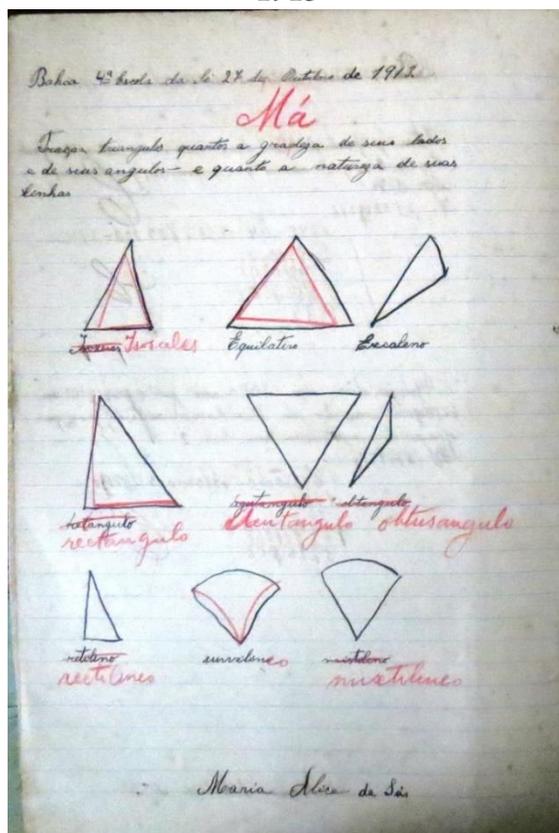
permanência de manuais didáticos para o ensino de Desenho e de práticas escolares a eles associadas é algum dos indícios que podem ajudar a decifrar o cotidiano escolar. Ao fenômeno de permanência por longos períodos de manuais didáticos, Chervel (1990) classifica como “vulgata”. Sua ocorrência se instaura em períodos que se identificam pela estabilização do ensino. Para o autor, nas vulgatas:

Os conceitos ensinados, a terminologia adotada, a coleção de rubricas e capítulos, a organização do *corpus* de conhecimentos, mesmo os exemplos utilizados ou os tipos de exercícios praticados são idênticos, com variações aproximadas.¹¹⁹

É nesse sentido que os exames de Desenho datados de 1913 da 4ª Escola da Sé no município de Salvador, encontrados no Arquivo Histórico Municipal de Salvador, podem ser tomados como representativos das práticas escolares vigentes para o ensino dessa disciplina. Eles expressam formas de apropriação e reinvenção, para fins de ensino, de um manual didático de Desenho de grande circulação no período. Os documentos encontrados são “vestígios” (BLOCH, 1997), sobre os quais é possível elaborar conjecturas plausíveis. A análise dos exames de Desenho encontrados indica que sua inspiração tenha sido o livro *Desenho Linear* ou *Elementos de Geometria Prática Popular* de autoria de Abílio Cesar Borges. A primeira versão do livro foi escrita em 1873, e a obra tomada como parâmetro para análise neste trabalho foi a 24ª reedição do livro, publicada em 1933. São perceptíveis, nos exames dos alunos encontrados, as sequências e seriação dos conteúdos conforme as prescrições do livro, como pode se observar nos exames selecionados para análise, a seguir:

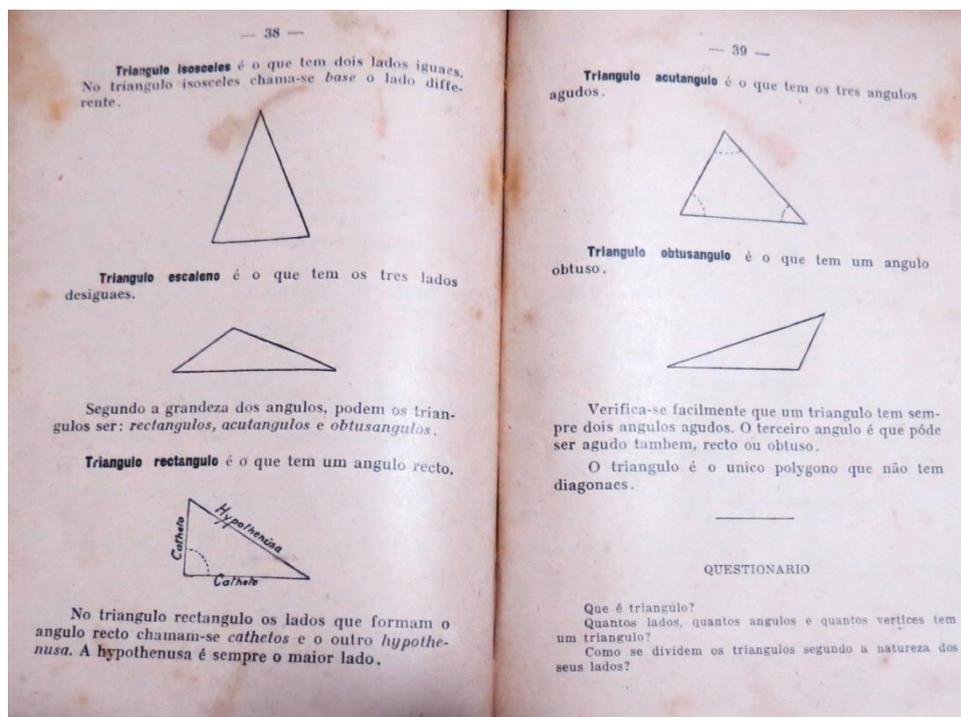
¹¹⁹ Ibid., p. 203

FIGURA 4: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913



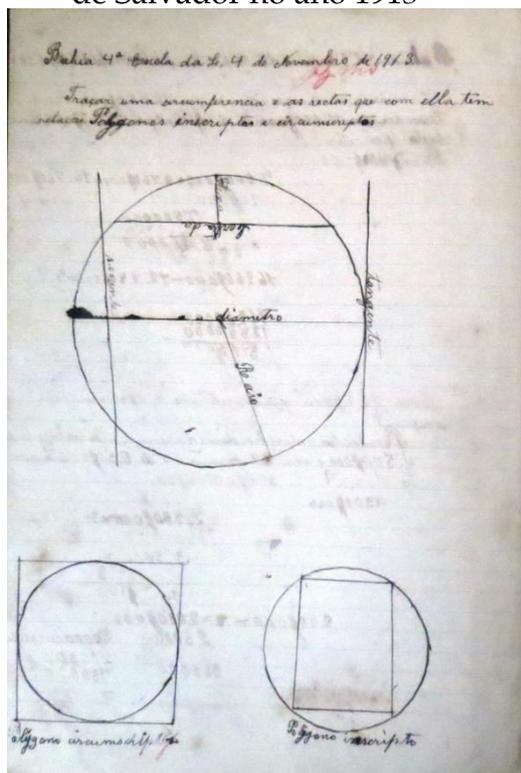
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

FIGURA 5: Capítulo V – Dos triângulos



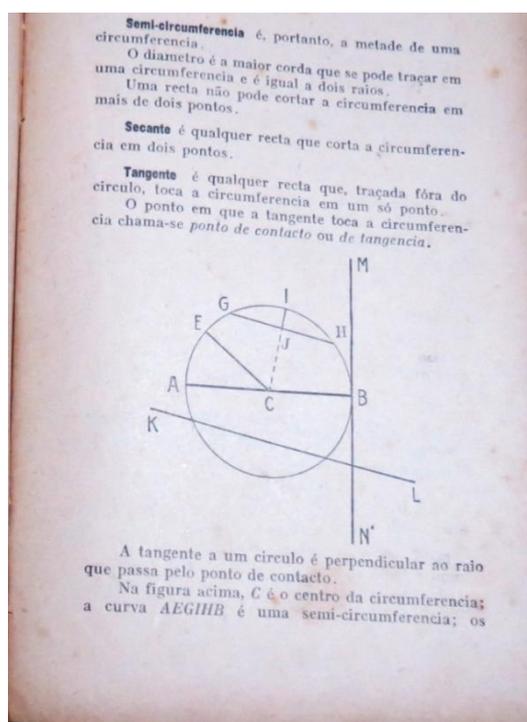
Fonte: Livro Desenho Linear ou Fundamentos de Geometria Pratica de Abílio C. Borges.

FIGURA 6: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913



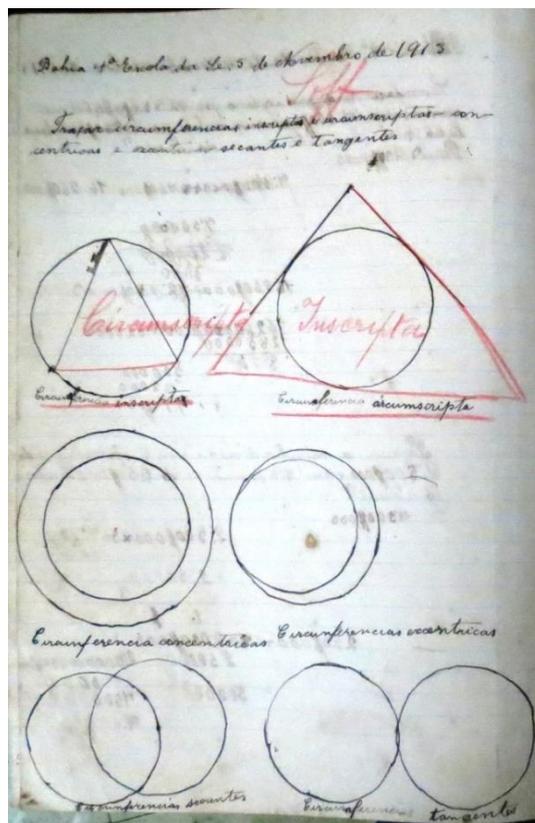
Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

FIGURA 7: Capítulo VII – Das figuras formadas por linhas curvas



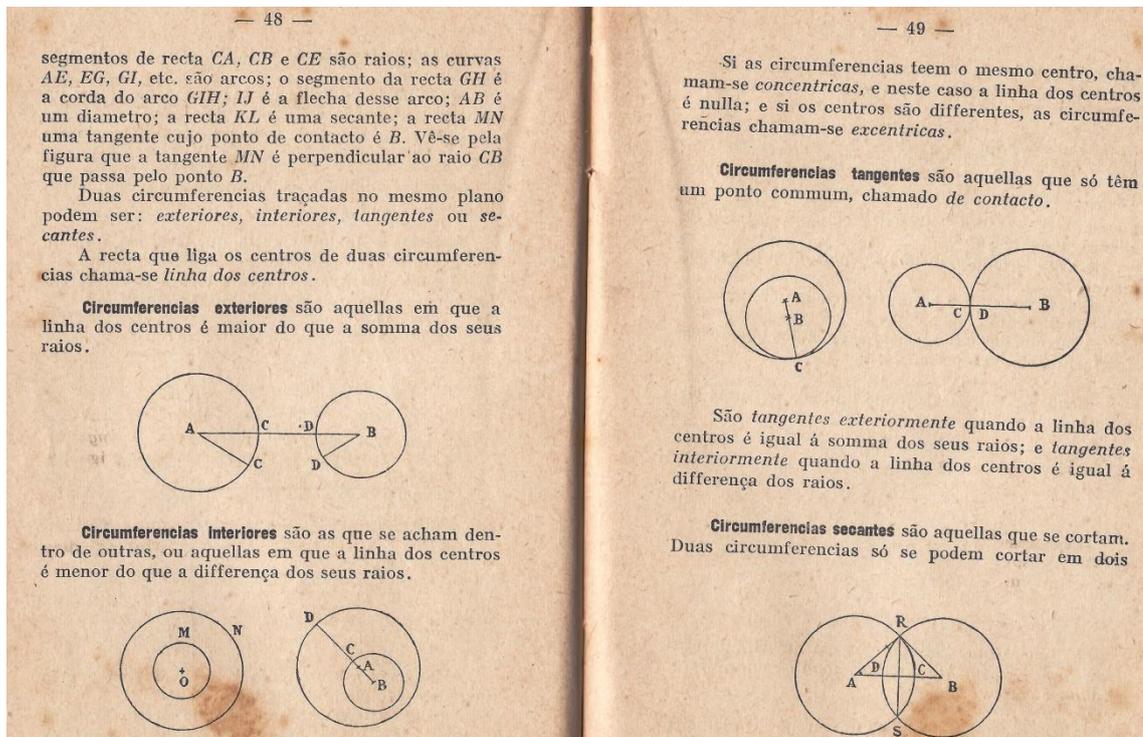
Fonte: Livro Desenho Linear ou Fundamentos de Geometria Pratica de Abílio C. Borges.

FIGURA 8: Prova de Desenho da 4ª Escola da Sé Município de Salvador no ano 1913



Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Salvador.

FIGURA 9: Das figuras formadas por linhas curvas



Fonte: Livro Desenho Linear ou Fundamentos de Geometria Pratica de Abílio C. Borges

Chama a atenção o fato de os procedimentos de avaliação adotados pelo professor não figurarem na obra de Abílio Cesar Borges. A construção feita à “mão livre” pelo aluno e a correção da perfeição dos traços, feita em vermelho nas construções pelo professor, não constam nas orientações pedagógicas do livro, conforme se pôde observar. Este se limita a solicitar do aluno respostas ao questionário apresentado após exposição teórica. As práticas de avaliação identificadas nos exames são heranças das proposições do Manual do Ensino Mútuo e Simultâneo para o ensino de Desenho Linear utilizados na primeira escola normal em 1842. Como não é possível afirmar a partir desse indício de que essa era uma prática comum a todas as escolas primárias do estado, é ao menos plausível pensar a coexistência de sentidos diferentes atribuídos ao ensino de Desenho. Sua permanência mais de meio século depois como forma de ensino, em uma escola localizada na capital do estado, é reveladora de que o Método Intuitivo preconizado na legislação do período, ou não fazia de fato parte de práticas escolares dos professores do ensino primário do estado, ou sua expressão era mínima e convivia com outras formas de ensino de Desenho.

Sobre práticas escolares dos professores primários na Bahia, merece menção a realização das conferências pedagógicas de educação nos anos 1913, 1914 e 1915. A reunião de professores para discussão de temas ligados às práticas pedagógicas remonta à segunda metade do século XIX. Na reforma educacional de 1873, prevê a legislação a ocorrência de, pelo menos, um encontro anual entre professores públicos da capital para tratar, entre outros temas, das “observações que hajam colhidas em sua prática e das leituras de obras que tenham consultado”.¹²⁰ Amplamente divulgadas na imprensa local, as conferências pedagógicas, que atraíam professores de outros estados do país, basicamente consistiam em colóquios públicos feitos por professores sobre temáticas ligadas a práticas escolares para a escola primária. As exposições eram organizadas por apresentação das “teses” dos professores participantes das conferências, as quais eram definidas com base nas temáticas apresentadas

¹²⁰Reforma da Instrução pública de 27 de setembro de 1873. **Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa 1873**, Bahia, Tip. do Correio da Bahia.

nos “quesitos” para os debates, indicados previamente pela coordenação das conferências. Apresentadas em sessões de discussão, as “teses” poderiam sofrer emendas, supressões ou, até mesmo, não ser consideradas relevantes. Para Brandão (2012), a análise das “teses” das conferências ocorridas na Bahia no período indica a existência de práticas heterogêneas no ensino primário baiano. Nestas estão presentes, sobretudo, as impressões dos professores a respeito do método de ensino intuitivo – discurso pedagógico vigente em seu tempo – suas vantagens e os desafios para sua implantação na escola primária.

Os temas relacionados ao ensino de Matemática aparecem em dois “quesitos” – os “quesitos” indicavam as questões norteadoras das teses a serem defendidas pelos professores – propostos pela organização das conferências: *“Para o ensino do sistema métrico quais os meios mecânicos adotáveis: os de mapas murais ou os pesos e medidas, representados sob a sua forma natural?”* e *“Para o desenvolvimento das faculdades inventivas do educando é de grande utilidade o desenho geométrico?”*. BRANDÃO (2012). Embora não se tenha tido acesso às “teses” defendidas pelos professores primários, da questão posta a respeito do Desenho Geométrico, pode-se inferir que o ensino de Geometria ainda ocupava lugar importante nos programas propostos para a escola primária. A preocupação com o *“desenvolvimento das faculdades inventivas”* indica uma concepção diferente de abordagem não mais centrada no ensino dos conceitos, mas na aprendizagem do aluno.

CAPÍTULO 3: Reforma educacional baiana de 1925 e as propostas para o ensino de Desenho e Geometria

3.1 A escola ativa e as proposições para o ensino dos saberes geométricos na reforma educacional de 1925

O processo de escolarização do estado da Bahia nos anos 1920 obedeceu a duas lógicas: por um lado, a necessidade de transição de um modelo socioeconômico eminentemente rural para um modelo de organização social regido pelos ideais da modernização econômica e urbanização do país, e, por outro, os interesses políticos oligárquicos das elites locais.¹²¹

Em 14 de agosto de 1925, no governo do Dr. Francisco Marques de Góes Calmon,¹²² deu-se início a uma ampla reforma educacional no estado, quando era Diretor Geral da Instrução o professor Anísio Spínola Teixeira.¹²³ Merece destaque nesse período a promulgação da Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925 e do Decreto nº 4312 de 30 de dezembro de 1925, a primeira reformando a instrução pública do estado, e o segundo aprovando o Regulamento do Ensino Primário e Normal.

O ensino primário na nova legislação fica organizado em ensino infantil, ensino primário elementar (com duração de quatro anos) e ensino complementar (com duração de dois anos). A conclusão deste último dá ao aluno o direito a ingresso na escola normal.

A reforma educacional em andamento na Bahia entre os anos 1924 e

¹²¹ No período compreendido entre 1924 e 1930, a Bahia passava por uma disputa de duas estruturas oligárquicas (seabristas e calmonistas). Essa estrutura de dicotomização vai se caracterizar por derrubadas, perseguições, perdas de mando, ascensão de valores novos, por mil coisas que vão significar a polarização de forças. (TEIXEIRA, 1998 apud ROCHA, 2005, p. 37).

¹²² Francisco Marques de Góes Calmon, advogado, banqueiro, professor de História do então "Gymnasio da Bahia", governador da Bahia de 1924 a 1928.

¹²³ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, na Bahia, em 12 de julho de 1900. Estudou no Instituto São Luís, na cidade em que nasceu, e no Colégio Antônio Vieira em Salvador, ambos jesuíticos. Bacharel em Direito, Anísio recebe o convite do Governador Góes Calmon para assumir em 1924 a Direção da Instrução Pública do estado da Bahia, cargo que exerce até 1928. Neste período intenta uma ampla reforma na educação baiana: reorganiza sistema escolar urbano e rural, cria e regulamenta o funcionamento das escolas normais no interior do estado, institui cursos de capacitação profissional para o professorado primário. (MENEZES, 2001)

1928 aposta na ação do aluno como fator desencadeador da aprendizagem. Se esta concepção para o ensino já vinha sendo uma tendência educacional desde o final do século XIX, na reforma baiana de 1925, se constitui em diretriz principal que orienta os currículos e programas, determina a escolha de manuais didáticos e publicações pedagógicas e irá inspirar a preparação e o aperfeiçoamento dos professores para a escola de ensino primário. À tendência pedagógica experimentalista de educação, que já era um dos pressupostos do método de ensino intuitivo, novos ramos do conhecimento serão agregados. Para entender as potencialidades infantis de desenvolvimento da aprendizagem, entram em cena a Psicologia, a Sociologia, a Biologia, a Estatística e até a Psicanálise. Monarcha (2009), ao analisar o movimento educacional que começa a se instaurar a partir da segunda década do século XX no país, escreve:

Com a incorporação dos conhecimentos originários da psicologia de base biológica e fisiológica e da estatística, almejava-se melhor caracterização da infância (e conseqüentemente do adulto); ao se estabelecerem as constantes do desenvolvimento, os estágios de maturação e a identificação das diferenças individuais, almejava-se renovar as técnicas de ensino, e por fim, com a incorporação da explicação sociológica, firmava-se a tese da influência da sociedade na formação dos sentimentos e da personalidade humana. Em suma, o alvo privilegiado era o estudo do comportamento humano.¹²⁴

Se para Pedagogia clássica preponderante no século XIX, se educa pela instrução, para o pensamento educacional emergente, é pela ação que se forma a pessoa. As noções de “interesse” e “necessidade” assumem papel desencadeador dos processos de aprendizagem. Para seus pensadores, uma escola que não corresponde a nenhuma necessidade humana não cumpre seu papel social. É em um currículo organizado em torno dos “centros de interesses” que deve fundar a escola. Estes, por sua vez, cumpririam o papel de promover a adaptação do homem à nova ordem social que se instalara com a crescente industrialização dos países.

É nesse cenário de complexificação social que se despontam como

¹²⁴ MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. Editora UNESP, São Paulo, 2009, p. 45

modelo a ser seguido as sociedades europeia e norte-americana. Das iniciativas educacionais dessa última, se encantará Anísio Teixeira. Primeiro a partir do contato com a obra *Méthodes Américaines d'Éducation de Omer Buyse*,¹²⁵ em viagem realizada a Europa em 1925. Depois motivado por essa primeira experiência, em 1927 assistirá aos cursos da *Columbia University* e visitará várias instituições educacionais americanas. Em seu retorno, publica a obra *Aspectos Americanos de Educação*. As duas obras serão distribuídas nas escolas de ensino primário pela Diretoria Geral da Instrução do Estado.

Analisa-se aqui as proposições para o ensino de Geometria da obra *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica*, tradução da obra de Omer Buyse. Essa obra orientou as abordagens dos chamados Cursos de Férias, ministrados para professores do estado e que serão objeto de análise posterior neste trabalho.

Os princípios que norteiam a obra de Buyse estão ancorados nas ideias do movimento da “educação nova”, emergente concepção educacional americana, que, por sua vez, está respaldada nas ideias do filósofo e educador John Dewey (1859-1952).¹²⁶ Deste autor, está presente na obra de Buyse a concepção social da escola como uma instituição capaz levar “a criança a utilizar sua capacidade para fins sociais com recurso à ação moral.”¹²⁷

Não há na obra a indicação de Geometria como disciplina específica para a escola primária, antes seus elementos compõem planos para o ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, tratados no terceiro capítulo. O livro de Buyse não faz referência a conteúdos, ao definir o ensino de Desenho e de Trabalhos Manuais, mas a “ocupações”. Estas, por sua vez, estão agrupadas

¹²⁵ Traduzido em 1927 por Luiz Ribeiro Senna e utilizado nas escolas primárias da Bahia com o título: *Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica*. A tradução corresponde à primeira parte do livro.

¹²⁶ John Dewey nasce em 1859. Sua filosofia exercerá grande influência nos pensadores do movimento chamado Escola Nova no Brasil. É reconhecido como um dos fundadores da escola filosófica de Pragmatismo e representante principal do movimento da educação progressiva. Em linhas gerais os princípios que fundam o pensamento pedagógico de Dewey podem ser sintetizados na ideia de que a educação conduz ao progresso e à reforma social. O professor neste sentido assumiria o papel de servidor social cuja dignidade está em assegurar crescimento do indivíduo na sociedade. (MONARCHA, 2009).

¹²⁷ MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. Editora UNESP, São Paulo, 2009, p. 37

segundo objetivos de ensino, conforme apresentado no Quadro 7:

QUADRO 7: Organização do ensino de desenho e trabalhos manuais

OBJETIVOS DE ENSINO	ATIVIDADES (OCUPAÇÕES)
OS SÓLIDOS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Construção com auxílio de blocos 2. Modelagem com barro 3. Cartonagem
AS SUPERFÍCIES	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dobradura do papel, recorte, colagem 2. Posição das tabletes 3. As cores e sua aplicação
AS LINHAS	<ol style="list-style-type: none"> 1. Posição dos bastonetes 2. Tecedura do papel 3. Bordado 4. Desenho
O PONTO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Jogo de pérolas 2. Combinações 3. Perfuração do papel

Fonte: Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica – Omer Buyse.

A influência das ideias de Froebel para as orientações das atividades pedagógicas americanas é assumida por Buyse. Este, no entanto, salienta que a contribuição americana amplia a aplicação de seus princípios – antes orientados apenas para a educação infantil – à educação de adolescentes.

O livro é enriquecido por relatos de experiências bem-sucedidas nas escolas americanas. “Nele, muitas fotografias punham em foco o dia-a-dia das crianças: seus corpos empenhados em múltiplas atividades, a concentração e a habilidade de seus gestos (...) os instrumentos e os materiais com que trabalhavam.”¹²⁸

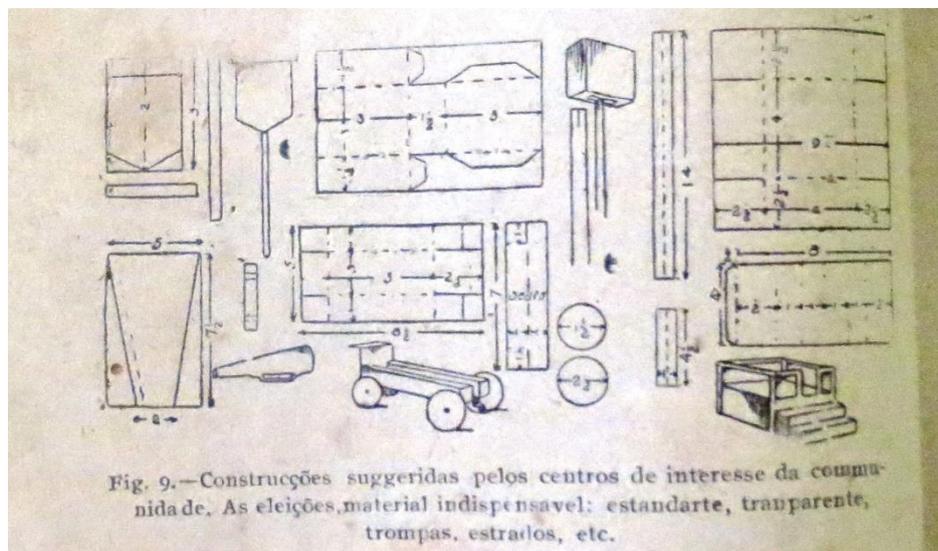
O desenvolvimento das atividades, no entanto, não se daria de forma aleatória. Sua mola propulsora é o interesse infantil. É nesse sentido que a organização do ensino “gravitaria” em torno de ideias fundamentais chamadas “centros de interesse”. Estes, por sua vez, encontram-se no horizonte de observação das crianças. Constituem assim “centros de interesse”: a casa: ocupações, deveres, prazeres de família; a vida da

¹²⁸CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20: o americanismo de Anísio**. In. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. MARIA, Cristina Menezes. Anísio Teixeira (Org.), 1900-2000: provocações em Educação. Campinas, Ed. Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000. (Coleção memória da educação) p. 53

comunidade: meios de transporte, ocupação dos habitantes; a vida escolar, a língua materna, o estudo da natureza etc. (BUYSE, 1927).¹²⁹

A concepção de ensino das disciplinas para a escola primária a partir dos chamados “centros de interesse” irá figurar em muitas propostas no Brasil na década de 1930. As Figuras 10 e 11 retiradas do livro de Buyse ilustram possibilidades de abordagem do ensino de Desenho e Trabalhos Manuais, em que a comunidade é o centro de interesse:

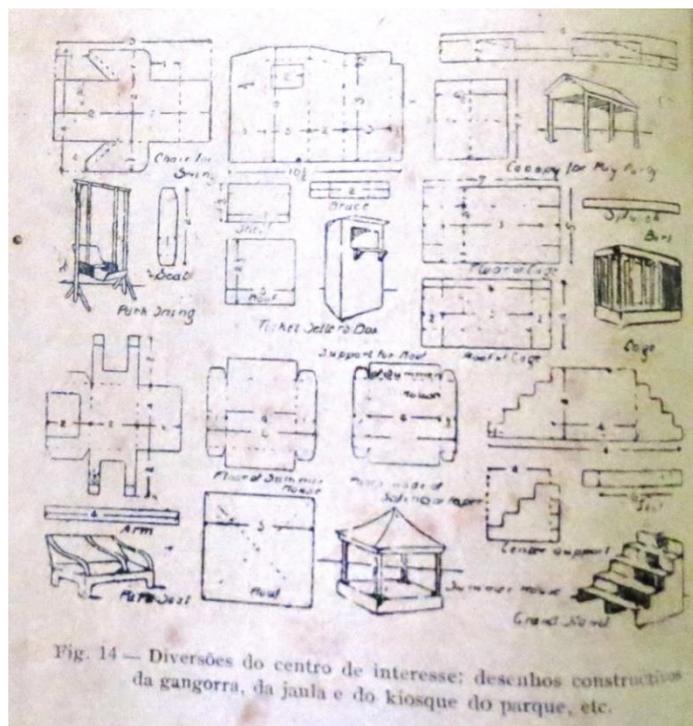
FIGURA 10: Ensino de Desenho e Trabalhos Manuais a partir dos centros de interesse.



Fonte: Livro Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica - Omer Buyse.

¹²⁹ Originalmente publicado em 1909.

FIGURA 11: Ensino de Desenho e trabalhos manuais por dobraduras e recortes.



Fonte: Livro Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica – Omer Buyse.

Para as atividades com crianças nos anos finais da escolarização primária, os elementos de Geometria serão aprendidos por meio da execução de trabalhos manuais construídos em madeira, com auxílio de ferramentas, técnica que ficou conhecida na Bahia por “*sloydismo*”. Essa proposta de ensino concede aos Trabalhos Manuais a mesma importância para o currículo da escola de ensino primário que teriam as Matemáticas, o Desenho, as Ciências Físicas etc. Como instrumento de cultura geral e integral, os Trabalhos Manuais exercitam a atenção, a percepção exata e o raciocínio. (BUYSE, 1927).

Para a realização das atividades, além dos instrumentos comumente utilizados para a realização de desenhos, são acrescentadas ferramentas de uso geral, conforme descreve Buyse:¹³⁰

Compasso, régua, lápis, uma faca e um esquadro. O aluno se serve, a mais de um caderno para esboços, de um bloco de papel de lixa, para o remate das peças, e de uma taboa especial para ser colocada sobre as carteiras. (...) Como instrumentos gerais para o uso do professor, são precisos um serrote, um arco de púa, um furado, uma pedra para

¹³⁰ O processo de realização das atividades proposto pelo livro de Buyse consta no Anexo E deste trabalho.

amolar e azeite, papel de lixa.¹³¹

Para Carvalho (2000), o que está em jogo precisamente nos pressupostos da obra de Buyse é a “transformação sutil nas representações das práticas escolares, pois neles se configura uma nova percepção dos corpos infantis e do potencial educativo de novas modalidades de organização do tempo e do espaço escolares”. Mas, sobretudo implícita nesta proposta está a ideia que marcará as concepções educacionais do período, qual seja: *de reformar a sociedade pela reforma do homem*. A concepção do ensino de Desenho e Trabalhos Manuais como eixos indissociáveis, sobre os quais o aluno desenvolverá seu aprendizado na escola primária, se instala como diretriz orientadora dos discursos pedagógicos na Bahia em 1927. A obra de Buyse é traduzida e distribuída em todas as bibliotecas e escolas públicas do estado. É movido por essa convicção que o então governador Dr. Francisco Marques de Góes Calmon declara entusiasticamente em mensagem à Assembleia Legislativa da Bahia: “na América os trabalhos manuais e desenho têm sido a grande escola de desenvolvimento da personalidade e do cultivo intensivo da vontade e do pensamento”.¹³²

Uma das inovações da reforma implantada foi a disponibilização, para as escolas normais de formação de professores e para as escolas de ensino primário do estado, do documento intitulado *Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia*,¹³³ publicado pelo Conselho Superior do Ensino. Para o ensino de Desenho e Geometria, constam indicações detalhadas dos conteúdos e modos de abordagem. A título de exemplo, para o ensino de Geometria no primeiro ano primário da escola elementar, o programa orienta:

O ensino da geometria deve ser ministrado de um modo intuitivo e pratico. Não existe estudo mais fácil quando seja feito com clareza e logica [...] Conhecimento pratico dos

¹³¹ BUYSE, Omer. (1909). **Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica**. Tradução de Luiz Ribeiro Senna. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927. p. 109 -110

¹³² CALMON, Francisco Marques de Góes. [Mesagem]. 07 de abr. 1925. Assembleia Legislativa da Bahia p. 64. Disponível em: <https://archive.org/details/rpebahia1924> acesso em 14 out. 2014.

¹³³ Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>. Acesso em 09 de out. 2014.

sólidos – cubos, esferas, cilindros, prismas, etc. Do exame pratico dessas figuras retirar intuitivamente com a criança a noção das figuras geométricas – linha, superfície, volume. Depois, explicando que a Geometria já estuda as figuras em um só plano (geometria plana), já em mais de um plano (Geometria no espaço), chegar ás noções concretas de Geometria plana – perímetro, circunferência, círculo, ângulo, triângulo, indicando propriedade e aplicações.¹³⁴

Se nas reformas anteriores, o Desenho se constituía no “lugar” privilegiado para o ensino de Geometria, na reforma de 1925 o Desenho e a Geometria passam a ter programas separados de ensino para cada ano da escola primária.

Além da reforma da escola do ensino primário, foi regulamentado pelo Decreto nº 4312 de 30 de dezembro de 1925 o funcionamento das escolas normais, em cujo currículo as disciplinas Geometria e Desenho ocupam lugares distintos. A Geometria para a escola normal figurava entre os conteúdos de Matemática Elementar.

Às normalistas, como condição necessária à consecução do grau de professor primário, exigia-se o estágio nas escolas primárias anexas às escolas normais. O decreto ainda define número de aulas para as Cadeiras e quantidade de exames necessários a cada matéria, além de discorrer detalhadamente sobre a realização dos exames finais, definindo condutas de professores e alunos, duração, modos, pontuação baseados em um sistema de coeficientes (pesos) por disciplina, entre outras questões.

Além das avaliações bimestrais por disciplina, prevê, por exemplo, na Secção IV, Art. 484, para o exame final de Matemática Elementar, que “haverá somente prova oral, que consistirá na realização de operações, resolução de um problema ou demonstração de theorema no quadro”.¹³⁵ Para as escolas de ensino primário, previa exames finais nos mesmos moldes dos que eram realizados na escola normal.

¹³⁴Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>. Acesso em 09 de out. 2014.

¹³⁵ Decreto nº 4312, de 30 de dezembro de 1925. A Geometria para a Escola Normal figurava entre os conteúdos de matemática elementar.

Para orientar os professores sobre as práticas pedagógicas do currículo proposto para a escola de ensino primário, o governo instituiu os cursos de férias. Em relatório enviado à Assembleia Legislativa, Anísio Teixeira escreve sobre a finalidade desses cursos: “era para as necessidades da hora presente, cursos de modernização do ensino [...] destinados a facilitarem a adaptação do professorado às modernas e justas exigências de reforma da escola pública.”¹³⁶

A análise dos conteúdos das conferências ministradas no curso de férias do ano 1927, publicadas na edição especial da *Revista do Ensino da Bahia*, se não nos autoriza a inferir como o Desenho e a Geometria eram de fato ensinados na escola primária na Bahia, permite-nos ao menos analisar as pretensões reformistas do governo para essas disciplinas. O livro de Buyse é então adotado como guia para organização dos cursos de férias. Suas prescrições irão guiar grande parte das conferências ministradas aos professores primários. Para o ensino de Desenho e Geometria, além da obra de Buyse, também outras influências serão evocadas para a indicação de práticas a serem seguidas pelos professores.

¹³⁶ TEIXEIRA, Anísio Spínola. [Relatório] 20 de fevereiro de 1928. Apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. 123p.

3.2 O Curso de Férias e as propostas para o ensino de Desenho e Geometria

Até as duas primeiras décadas do século XX, a Bahia contava apenas com o instituto normal da capital para a formação do professorado. Como muitos professores formados não se dispunham ao exercício da profissão no interior do estado, a docência no interior era exercida em grande maioria por professores leigos, isto é, sem formação profissional.

É para esta realidade educacional que a Lei nº 1846 instituiu os cursos de férias para professores da capital e do interior do estado. No ano de 1927, quando ocorreu o primeiro curso de férias, participaram apenas professores da capital; a partir de 1928 os professores do interior passaram a participar deles.¹³⁷ Serão analisadas as conferências relacionadas ao ensino de Geometria, ministradas no curso de férias de 1927.

O espírito que orientou as abordagens das conferências ministradas no curso de férias daquele ano pode ser sintetizado na fala de abertura do Diretor de Instrução Pública do Estado:

Nosso ensino deve ser pela ação, ensino ativo, para que a escola seja educativa; para isto os exercícios escolares não devem ser mecânicos ou de simples memorização, mas vivos, experimentais, produtivos; [...] O ensino deve ser prático, concreto e preparador, tanto quanto possível de uma profissão futura para o escolar.¹³⁸

Assim, também estes foram os pressupostos que orientaram as conferências ministradas no curso de férias sobre o ensino de Desenho e de Geometria para a escola primária, quando essas disciplinas foram tratadas em duas conferências, respectivamente: *O Ensino de Desenho na Escola Primária*, ministrada pelo professor Arthur Mendes Aguiar,¹³⁹ e *o Ensino de Matemática*

¹³⁷ O relatório não traz informações sobre o número de professores que participaram do Curso de Férias no ano de 1927. No ano de 1928, segundo o relatório, participaram 311 professores. No segundo ano de realização dos cursos de férias, não foram tratados temas relativos ao ensino de matemática. O conteúdo das conferências ministradas no ano de 1927 foi publicado em edição especial da Revista do Ensino que foi distribuída nas escolas primárias do estado.

¹³⁸ TEIXEIRA, Anísio Spínola. Orientação Moderna do Ensino Primário. **Revista do Ensino**. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, p. 24. 1927.

¹³⁹ Arthur Mendes de Aguiar, lente catedrático efetivo da Escola Normal da Capital, foi nomeado Diretor da Escola Normal de Feira de Santana em 1927, participante efetivo das reformas educacionais ocorridas no período.

na *Escola Primária*, ministrada pela professora Julia Leitão.¹⁴⁰ Ainda tópicos de Geometria foram tratados na conferência *Trabalhos Manuais na Escola primária*, ministrada pela professora Alzira de Assis.¹⁴¹

A conferência do professor Artur Mendes Aguiar sobre Desenho procura definir o lugar dessa disciplina na escola de ensino primário. Para ele, ensina-se Desenho na escola primária porque dele dependeriam outros ramos do saber, entre eles:

a caligrafia pelo traçado das cartas e pela representação dos acidentes naturais; a geometria teórica por dar a inteligência das figuras que devem servir às demonstrações; a geometria prática - pela representação dos sólidos das medidas de capacidade e pelo levantamento dos planos.¹⁴²

Para ele, o Desenho “serve-se” da Geometria para o ensino de seus elementos, mas não poderia reduzir-se ao ensino estrito de Geometria. Sobre essa “confusão”, adverte Arthur:

abro aqui um parêntese para esclarecer uma dúvida que parece muito arraigada entre muitos dos meus colegas do ensino primário: é a confusão entre o ensino do desenho e o da geometria, havendo quem entenda o termo desenho como sinônimo perfeito de geometria prática. Essa confusão precisa ser banida inteiramente da nossa mentalidade pedagógica.¹⁴³

Desvincular o ensino de Desenho do programa de Geometria tem por fim estabelecer um novo campo de atuação para o Desenho: o da técnica e da estética. A expressão “Desenho Linear”, que antes designava o ensino de elementos de Geometria, deixa de figurar nos programas oficiais em 1925.

Ao não compor mais os conteúdos para o ensino do Desenho, a Geometria passa a ocupar lugar, juntamente com outras matérias,¹⁴⁴ no

¹⁴⁰ Julia Leitão, professora primária do Educandário Sagrado Coração de Jesus, colégio religioso baiano só para meninas, equiparado legalmente aos cursos normais. Ministra conferência sobre o ensino de aritmética e geometria no curso de férias a convite do Diretor de Instrução Pública do Estado, Anísio Spínola Teixeira.

¹⁴¹ Não foram encontradas referências sobre a professora Alzira de Assis.

¹⁴² AGUIAR, Arthur Mendes. O ensino de desenho na escola primária. **Revista do Ensino**. Bahia Anno III (número especial) - Curso de Férias, p. 39. 1927.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 53.

¹⁴⁴ Conforme a Lei nº 1.846 de 14 de agosto de 1925 Art. 307º, compunham as matérias para a escola de ensino primário na Bahia: Língua Vernácula, Caligrafia, Aritmética, Geometria, Geografia, História do Brasil, Elementos de Ciências Física e Naturais, Noções de Higiene, Desenho, Trabalhos Manuais, Prendas, Cantos e Música, Educação Moral e Cívica.

conjunto de conhecimentos necessários ao ensino primário.

No entanto, é preciso que o ensino de Geometria se adapte à nova ordem de reformas no estado. Como fazê-lo de forma que atendessem às prescrições da escola ativa postas em andamento para o ensino primário? Em sua conferência aos professores primários no curso de férias, a respeito do caráter essencialmente ativo que deve ser dado ao ensino de Geometria, esclarece a professora Julia Leitão:

Todas as matérias ensinadas na escola primária se prestam ao ensino ativo: mas se alguma delas toma lugar saliente nessa associação bem faceja do estudo e da atividade, tal lugar compete à Geometria. Ensinando-a, devemos auxiliar a representação mental do objeto que constitui o assumpto da aula, pela intuição bem feita e bem compreendida, ao mesmo tempo em que estimulamos a iniciativa pessoal dos alunos, pedindo-lhes que fabriquem sólidos, desenhem planos geométricos [...].¹⁴⁵

É na ênfase nos Trabalhos Manuais, preconizados como eixo orientador das práticas pedagógicas para a escola de ensino primário pela legislação, que se busca dar sentido ao ensino de Geometria.

Mas é, sobretudo, a premissa de que a criança se constituiria o ponto de partida e o fim da educação que outras orientações também serão referenciadas nas conferências sobre o ensino de Geometria. É nesse sentido que a professora Júlia Leitão irá reportar a Leyssenne¹⁴⁶ para justificar a indicação de orientações a serem seguidas para o ensino de Geometria na escola primária:

Permita que eu dê a palavra a um mestre no assumpto e vos cite um pequeno trecho de um artigo de Leyssenne sobre o ensino de Geometria publicado no “Dicionário de Pedagogia: “tomar-se-á sólidos de madeira, de barro de papelão, se os porá nas mãos dos meninos, depois quando estes os tiverem visto bem, tocado bem, virado bem em todos os sentidos, se lhes dirá que isto é uma linha, isto um ângulo, isto um

¹⁴⁵LEITÃO, Julia. O ensino de matemática na escola primária. **Revista do Ensino**. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, p. 319. 1927.

¹⁴⁶ Pierre Leyssenne foi Inspetor Geral de Ensino Primário na França. Publica em 1887 artigo sobre o ensino de geometria no *Dictionnaire de pédagogie et d’instruction primaire*. Neste artigo ele faz uma distinção entre o ensino de geometria na escola elementar e a escola primária superior. Para ele na escola elementar, o ensino de geometria deve estimular os mais jovens com “a sua atenção, sua inteligência e sua sabedoria”, mas apresentar as “vantagens imediatas”. Enquanto que na escola primária superior (ou escola normal primária) a geometria deve “reencontrar todos os seus direitos” e o conjunto dos enunciados são objetos de demonstrações rigorosas e metódicas. (D’ENFERT, 2014).

quadrado, isto é um círculo etc.”¹⁴⁷

E prossegue sugerindo ações aos professores:

Neste ensino elementar pode-se proceder por meio de interrogações [...] Qual o comprimento desse lado? Qual a mais cumprida dessas duas linhas? Quantas vezes o comprimento é maior do que a largura? Eis aí questões as quais toda resposta é susceptível de verificação imediata; nunca, porém, lhes pergunteis que é aresta de um cubo? Que é altura de uma pirâmide? Que é a base de um cone? Que é a geratriz de um cilindro?¹⁴⁸

Não há, nas orientações dadas aos professores, rupturas com as prescrições do ensino intuitivo; elas ainda continuam a ser referenciadas para prescrever práticas a serem seguidas por professores.

Também a indicação da centralidade dos Trabalhos Manuais como a “novidade” dos currículos do período não irá acrescentar muito às práticas existentes para o ensino de Geometria. A fala da professora Alzira de Assis, já no início do seu colóquio aos professores, dá indicação de que os Trabalhos Manuais eram práticas comuns às escolas da capital:

Aprender agindo, aprender trabalhando por si mesmo (...) percebe-se desde logo que muito pouco existe de novo nestas linhas. (...) Alguma coisa já se vinha fazendo com os melhores resultados no município da capital. Trabalhos em cera, em pedra lume, em madeira em cimento, em papel argamassado (...) o que é novo é a sua extensão a toda cultura, especialmente a cultura intelectual.¹⁴⁹

Sobre a utilização dos Trabalhos Manuais para o ensino de Geometria, a autora limita-se a fazer referência a sua indicação para construção de cubos, prismas, hexaedros, paralelepípedos, pirâmides. É fato que os Trabalhos Manuais ocuparam papel importante nos currículos de formação de professores das escolas normais. Há registros de exposições de construções produzidas pelos alunos e relatos sobre o desenvolvimento dessas atividades em sala de aula. Mas, contrariamente às orientações pedagógicas do livro de

¹⁴⁷ LEITÃO, Julia. O ensino de matemática na escola primária. **Revista do Ensino**. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, p. 320. 1927.

¹⁴⁸ Ibid. p. 320.

¹⁴⁹ ASSIS, Alzira. **Trabalhos Manuais na Escola primária**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) – Curso de Férias, 1927, p. 365 e 367.

Buyse, eram realizadas atividades diferentes para meninos e meninas. Os Trabalhos Manuais para aqueles se destinavam à construção de modelos em madeira; a estas, dirigiam-se os trabalhos com costura, bordados etc. O ensino de Geometria não constituía o foco de ensino. Há indícios de que estas práticas pouco se estenderam para a escola de ensino primário.

As reformas que se processaram na Bahia dos anos 1924 a 1928 não representam fato isolado no país. Reformas curriculares que se orientaram por ideias similares ocorreram no Ceará (1922-1923), Minas (1928-1930), Pernambuco (1933-1935), Maranhão (1935). (MOREIRA, 1955).

Os princípios que regeram os currículos para a escola primária nesse período fundamentaram-se na concepção de que “na escola primária, não há propriamente matérias de ensino, mas principalmente processos de desenvolvimento da criança que a escola deve estimular por todos os meios possíveis”.¹⁵⁰ Essa premissa orientadora da reforma na Bahia de 1925 representa um desafio a mais para as investigações sobre as práticas escolares para o ensino de Geometria no estado. Uma primeira constatação nesse sentido é que não há indicação de obra didática para o ensino de Geometria no período.¹⁵¹ Certamente a indicação de manuais didáticos não garantiria seu uso na escola de ensino primário, por outro lado, sua ausência permite inferir que, tanto pode estar relacionada com o não ensino de Geometria na escola primária, como com a existência de práticas pedagógicas diversas para o seu ensino. Parece que as duas hipóteses são válidas.

Outro fato a ser considerado se refere à utilização de obras didáticas de circulação nacional, as quais foram adotadas por professores das escolas do ensino primário à revelia das orientações oficiais.

Tais hipóteses não o são, senão algumas, entre as possibilidades de elaboração de narrativas sobre o ensino da Geometria nesse período, já que não definem de uma vez por todas como era realizado o seu ensino. É possível que

¹⁵⁰ MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955, p. 87

¹⁵¹ O Diário Oficial de 12 de dezembro de 1926, em atendimento ao regulamento do Ensino Primário e Normal, indica, entre outras obras para o uso nas escolas de ensino primário, apenas o livro de Arithmetica Elementar de George August Buchler. Não há indicação de livro para o ensino de Desenho ou de Geometria.

práticas diversas tenham se desenvolvido, sem que se possa escrutá-las. Identificadas ou não, estas práticas de ensino participam do longo processo de constituição da Geometria como saber escolar. Em última instância, é a liberdade pedagógica do professor que define como a instrução será realizada, e esta, por sua vez, se estabelece no atendimento às demandas reais dos alunos. Só é possível penetrar nesse universo escolar com a análise das ações desenvolvidas no interior da escola. Os relatos dos professores analisados no próximo tópico são indícios de práticas desenvolvidas no ensino de Geometria em sala de aula.

3.3 O ensino de Desenho e Geometria na escola primária na Bahia na primeira metade do século XX: análise de um relato

Os relatos autobiográficos de Álvaro Zózimo revelam nuances do ensino de Desenho e Geometria vividos no cotidiano da primeira escola normal da Bahia, que nos dão pistas sobre as práticas pedagógicas vigentes na primeira metade do século XX. Sobre a relevância dos relatos autobiográficos, escreve Bolívar (2001):

A narrativa autobiográfica permite explorar os modos como se concebe o presente, se divisa o futuro e, sobretudo, como se conceitualizam as dimensões intuitivas, pessoais, sociais e políticas da experiência educativa.¹⁵²

No livro *Sempre a Serviço da Educação*, de sua autoria, o professor Álvaro Zózimo descreve com detalhes sua experiência como aluno e, posteriormente, como professor de Desenho do Instituto de Educação Isaias Alves (ICEA), antiga Escola Normal de Salvador. As descrições dos sentimentos e impressões guardados na memória encontram na narrativa a força necessária para torná-los reais e inteligíveis. Analisá-las implica aceitar que, para aquele que narra, “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado [...] de um projeto”.¹⁵³ A “ilusão” que se pode criar a respeito dos fatos do passado não diminui a importância das descrições feitas por Álvaro Zózimo sobre a realidade da escola primária do início do século XX. Seus relatos fornecem informações sobre práticas pedagógicas, livros, materiais didáticos e processos avaliativos do período, promovidos pela força das narrativas autobiográficas. São assim os relatos a respeito do cotidiano escolar descrito por Álvaro Zózimo sobre o seu ensino primário nos anos 1910:

Não havia uma vasta bibliografia como ocorre hoje. Naquela escola era adotada a Gramática de Educado Carlos Pereira, a Aritmética Elementar e a Progressiva de Antônio Trajano¹⁵⁴ (...)

¹⁵² BOLIVAR, A., DOMINGO, J., FERNANDEZ, M. **La investigación biográfico-narrativa em educacion**: enfoque y metodologia. Madrid: La Muralla, 2001. p.19

¹⁵³ BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.184

¹⁵⁴ Antônio Trajano escreveu para escola primária a obra *Aritmética Elementar Ilustrada* com a primeira edição em 1879 e teve sua 136ª edição posta a circular em 1958. Para o ensino

o material escolar que o aluno transportava para escola era mínimo: o livro de leitura, a gramática, a aritmética, caderno (quase sempre feito em casa com papel pautado, cortado e costurado à mão ou a máquina) lápis, caneta com a saudosa pena nº 12 (com a qual se podia escrever letras belíssimas), lousa com lápis, também de pedra, para os cálculos para aritmética. [...] Algumas escolas tinham nas carteiras pequenos tinteiros, onde era colocada a tinta azul ou roxa. Mas muitas vezes faltava tinta e o aluno tinha que levar de casa o seu tinteiro amarrado no cordão pendurado no dedo.¹⁵⁵

Não há, em seu relato, menção ao ensino de Desenho ou de Geometria para a escola primária. O que não é prova de sua inexistência, há nesse relato no entanto, indícios de que sua presença na escola primária ocupava posição secundária em relação aos outros conhecimentos escolares, contrariamente ao que prescreviam as leis do período, que atribuíam ao ensino de Desenho importância similar ao de Aritmética.

Também são indícios do papel ocupado pelo ensino de Desenho e Geometria na escola de ensino primário os relatos de Álvaro Zózimo sobre os exames realizados no final dos cinco anos do curso primário:

O exame final era realizado na Intendência Municipal [...] com uma banca examinadora composta por três professores, designados pela Diretoria de Instrução. Perante aquela banca, crianças com 10 e 11 anos eram submetidas a prova escrita de português (ditado, análise e composição) e de matemática (cálculos simples e pequenos problemas). Nas demais matérias, somente havia prova oral. [...] Os examinadores, alguns já idosos, trajas severos, muitas vezes faziam o examinando tremer.¹⁵⁶

Uma referência simples ao ensino de Geometria só será feita por ele ao tornar-se aluno da escola normal. Ao citar o engenheiro Solon Nelson Guimarães, professor de Geometria e Trigonometria, elogia seu empenho em

secundário, Trajano escreveu *Aritmética progressiva* com a primeira edição em 1880 e que em 1954 alcançou sua 84ª edição. Seus livros são verdadeiros *best sellers*. O grande diferencial dos livros de Trajano situa-se na forma didática do texto. (VALENTE, 2002). Consta na Revista do Ensino Primário nº 12 de 1º de outubro de 1893 a indicação da obra de *Aritmética Elementar Ilustrada* de Antônio Trajano tenha sido adotada para uso nas escolas primárias no estado da Bahia no mesmo ano. Uma cópia do livro *Aritmética Progressiva* pode ser encontrada em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104079>. Acesso em: 14 de outubro de 2014.

¹⁵⁵ ZÓZIMO, Álvaro. *Sempre a serviço da educação: Uma experiência de vida de mais de oitenta anos*. Salvador- BA, 1998. p. 27 -28.

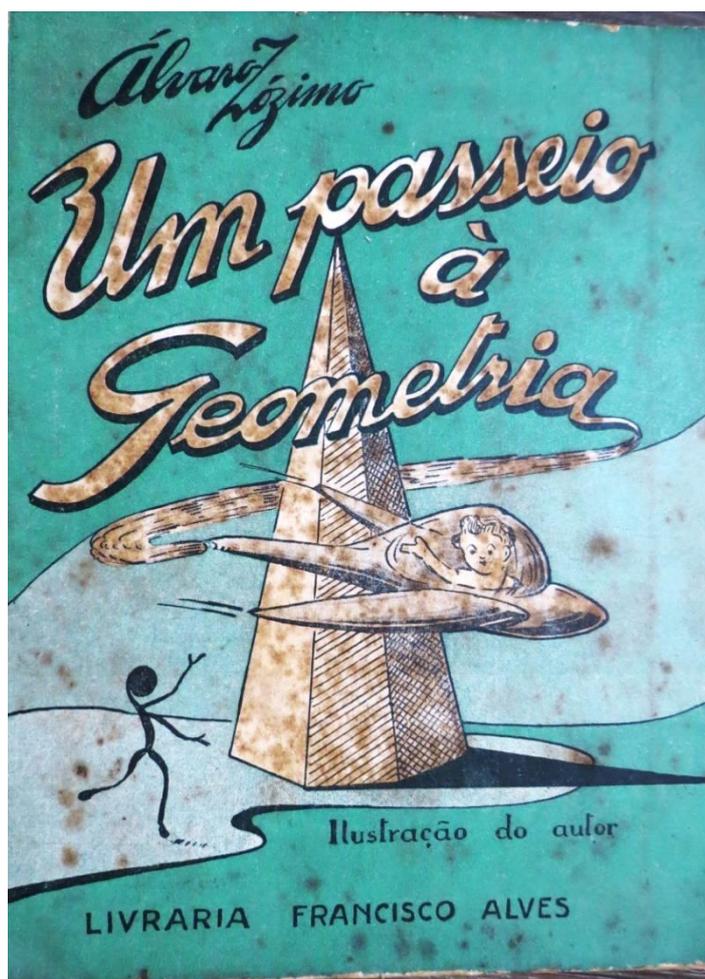
¹⁵⁶ Ibid. p. 25

dar-lhe aulas extras de álgebra, “o que muito auxiliou nas aulas de geometria”.

157

Em 1958 Álvaro Zózimo irá publicar, pela livraria Francisco Alves, o livro *Um Passeio à geometria*.¹⁵⁸ Trata-se de uma obra destinada ao ensino de Geometria para o curso primário.

FIGURA 12: Capa do Livro Um passeio à geometria de Álvaro Zózimo



Fonte: Acervo particular.

Retrata a aventura do garoto *Juca*, que passeia pelo reino da Matemática no país da Geometria, acompanhado do seu amigo *Ponto*. O livro, segundo Zózimo, seria:

¹⁵⁷ Ibid. p. 53

¹⁵⁸ Embora a obra *Um Passeio à geometria* de Álvaro Zózimo tenha sido publicada em 1958, e, portanto, fora do recorte temporal da pesquisa, sua análise justifica-se pelo fato de que o autor tenha sido aluno da escola de ensino primário e do Instituto Normal da Bahia nos anos 1910 e 1920, respectivamente, período em que na Bahia se processaram reformas educacionais que constituem objeto de pesquisa deste trabalho.

Fruto de observações e experiências com crianças e adolescentes, e um esforço no sentido de permitir que sejam transmitidos à infância os conhecimentos gerais da Geometria, seguindo-se a sequência matemática partindo-se do abstrato, o ponto, para o concreto, o corpo.¹⁵⁹

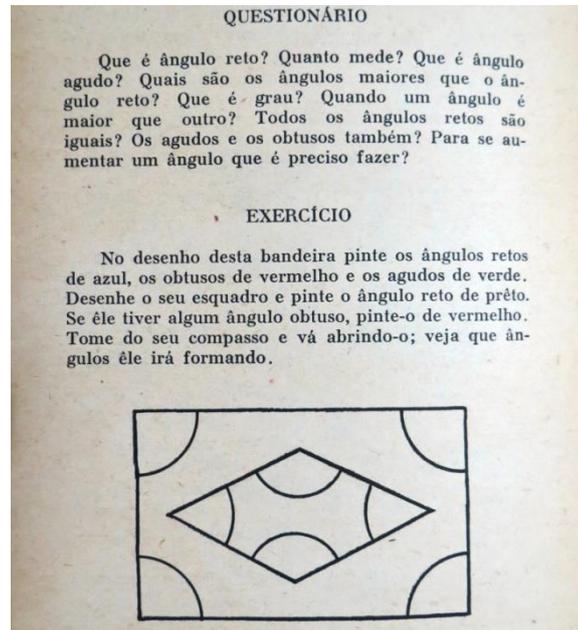
A singular importância que assume a publicação de Zózimo reside no fato de que seu livro talvez seja a única obra na Bahia escrita por um ex-aluno da escola normal para o ensino de Geometria na escola primária. Tendo em vista que grande parte de sua formação se dá entre os dois grandes movimentos educacionais, a saber, o ensino intuitivo e o ensino ativo, sua obra potencialmente reflete sua trajetória educacional. Relevante também é o fato de sua obra ser fruto de suas experiências como professor do ensino primário, em um tempo em que grande parte das publicações na área, até aquele momento, era produzida por engenheiros.

Sua obra busca conciliar sua preocupação com a aprendizagem com a herança recebida de sua formação. É possível então identificar ao mesmo tempo, no final de cada tópico ensinado, questionários de pergunta e respostas – semelhantes às aquelas presentes no livro de *Desenho Linear* de Abílio – aliados a exercícios de pintura, recortes e modelagens, comuns ao ensino intuitivo e aos Trabalhos Manuais.

A Figura 13 retirada do livro de Zózimo indica como o livro trata, por exemplo, o ensino de ângulos. É interessante observar que o autor encontrou sua maneira de avaliar a aprendizagem do aluno. Define como questionário as atividades relacionadas à teoria e, como exercícios, as atividades voltadas à prática. Nesta última, o foco é a criança; na primeira, o conteúdo:

¹⁵⁹ ZOZIMO, Álvaro. Um passeio à geometria. (Ilustrações do próprio autor), Livraria Francisco Alves, São Paulo, 1958. Introdução aos professores.

FIGURA 13: Ângulos quanto a sua abertura:
Questionários e exercícios



Fonte: Livro Um passeio à Geometria.

Além da organização sequencial dos conteúdos – parte-se das noções mais elementares às mais complexas – similar a outros livros de geometria já publicados, a obra de Zózimo herda ainda de seu tempo, como professor e estudante, a preocupação com a definição sistemática dos conceitos. Assim são definidos, por exemplo, *cones oblíquos* como aqueles em que a “altura cai fora do centro da base”, ou, ainda, *fusos esféricos* como “porções da superfície da esfera compreendida entre dois círculos máximos”. Não obstante a abordagem teórica, esta é sempre posterior à identificação das figuras com o contexto da criança. Os cones são “árvores em forma de funil”, a esfera são “grandes bolas”. Na Figura 14, ao tratar do ensino das propriedades do cone, Zózimo apresenta, na sessão dos exercícios, passos para construção do modelo de cone. Essa será uma prática presente em todo o livro.

Figura 14: Cone



Fonte: Livro Um passeio à Geometria.

Não há informação sobre o número de edições publicadas da obra do professor Álvaro Zózimo. Há indícios de que tenha circulado em outros estados do país, como São Paulo e Rio Grande do Sul. Não há documentos que evidenciem sua indicação para as escolas primárias no estado da Bahia. Sua importância como produção pedagógica é resultante da singularidade como ele atribui sentido à prática do ensino de Geometria para a escola primária.

As inúmeras reformas curriculares da escola primária na Bahia e os caminhos percorridos pelo processo de apropriação escolar do currículo prescrito implicaram na coexistência de práticas escolares diversas. As consequências das iniciativas oficiais para a escola primária, personificadas nas legislações e manuais didáticos de Geometria, só são possíveis de ser avaliadas por meio da análise da complexa rede de práticas existentes para o ensino dessa disciplina.

Ao considerar que os saberes geométricos se constroem historicamente, assume-se que seu sentido para a escola primária só se constitui através da diversidade de interpretações. Os atores escolares cumprem papel fundamental na significação desses saberes. Pensando nesses termos, não há uma evolução linear para o ensino de Geometria que conduziria ao aperfeiçoamento os saberes elementares dos tempos remotos. Estes, como todo conhecimento, são expressão do pensamento sociocultural de cada tempo.

Considerações Finais

Ao pretender elaborar uma narrativa da trajetória da constituição dos conhecimentos de Geometria para o ensino primário na Bahia, uma primeira questão posta à inventiva foi a de estabelecer um ponto de partida. Tal escolha, não sendo simples, implica no risco de tomar as “origens” dos fatos históricos como um começo, que, por si só, bastaria para explicar. (BLOCH 2001). Alertado por tal premissa, adotar como marco inicial de pesquisa a instalação das Assembleias Provinciais na Bahia em 1835 se deu porque, relacionado a esse fato histórico, está a conseqüente introdução da obra *Desenho Linear* de Francoeur, obra oficialmente indicada para as aulas de Desenho Linear na escola normal da capital da Bahia em 1836. Não se pretende indicar o início, mas um marco para o desenvolvimento da pesquisa.

Dito dessa maneira, definiu-se como meta inicial investigar os desdobramentos desse fato para o ensino de Geometria na escola primária na Bahia, estabelecendo sua relação com o contexto cultural, social e político da província, posteriormente República. Ver-se-á posteriormente que esse acontecimento histórico é apenas um dos fatores, talvez nem mesmo seja mais importante, que concorrerá para que a Geometria se instale como saber para a escola primária na Bahia. Legislações educacionais, pensamentos pedagógicos, interesses políticos, contexto econômico-cultural e, sobretudo práticas escolares, contribuirão para que a Geometria assuma maior ou menor importância nos currículos para a escola de ensino primário no estado.

A primeira tentativa legal de inserção de Desenho Linear como disciplina para a escola primária na Bahia se deu em um momento político de expansão da instrução pública pelas províncias. Pedagogicamente, o modelo adotado foi o do Método do Ensino Mútuo. Oficialmente regulamentado para as escolas primárias em 20 de janeiro de 1842, esse método, entre outras determinações, estende para a escola de ensino primário da província a aplicação do *Manual das Escolas Elementares D’Ensino Mutuo e Simultâneo*, utilizado pela escola normal. A obra, traduzida do francês, acresce, ao tradicional ensino do saber ler, escrever e contar, o ensino de Desenho Linear, considerado como quarto saber a ser

ensinado no curso primário das escolas francesas. O contexto educacional de inclusão de Desenho Linear no rol dos conhecimentos disciplinares para o ensino primário na Bahia demonstrou que as iniciativas do Estado tiveram efeitos mais retóricos do que práticos. Não demorará muito para que se julguem ineficientes as ações oficiais.

O regulamento que autoriza a aplicação do Método de Ensino Mútuo e Simultâneo em escolas primárias não indica manuais para o ensino de Desenho Linear. Tampouco havia opções de manuais didáticos em circulação para que se pudesse cumprir a determinação oficial que atribuía ao professor a “liberdade” de escolha do manual que melhor lhe conviesse. Para que as escolas se adaptassem à aplicação do método, previa-se ainda que elas fossem estruturadas conforme as prescrições de número mínimo de alunos, organização da estrutura física, confecção de mobília, incluindo carteiras e estrado para o professor, existência de pedras (quadros) para os alunos, entre outras exigências, o que se apresentava inviável para a realidade educacional da província. A estas razões, acresce-se o fato de que, diferentemente dos outros saberes da escola primária, o ensino de Desenho Linear não gozava da experiência prática de ensino dos professores. A simples menção, nos termos da lei, ao Desenho Linear como conhecimento a ser ensinado na escola primária não garantiu sua inserção como disciplina de ensino. Tudo indica que sua prática tenha se limitado a umas poucas escolas da capital, quando muito. Essa hipótese se torna ainda mais razoável quando se constata que, na reforma educacional de 22 de dezembro de 1873, o Desenho Linear não mais irá figurar no programa de ensino da escola primária, embora ainda permanecesse entre as matérias de ensino da escola normal.

Somente nas décadas finais do século XIX é que o Desenho Linear volta a ser incluído entre os conhecimentos necessários para o ensino na escola primária conforme a legislação baiana. Dentre os fatores que promoveram essa “recondução” do Desenho Linear, destaca-se a intensificação das discussões pedagógicas, que culminarão no reconhecimento da importância do papel social da escola como espaço por excelência de formação e a consequente

instalação do sistema graduado de organização do ensino personificado no modelo Grupos Escolares.

Relacionam-se, à renovação pedagógica do final do século XIX, os condicionamentos socioeconômicos dos novos tempos, em que a ciência e a técnica despontam como os fins últimos de todo o processo instrucional. O capitalismo industrial que começa a agigantar-se na Europa e nos Estados Unidos povoará o imaginário social de uma escola que precisa dar respostas às novas exigências que se instauram.

O ensino de Desenho e Geometria para as novas exigências impostas à escola ganha um tratamento diferenciado nas legislações das primeiras décadas da República. A instauração da escola graduada, organizada em níveis de ensino - diferentemente das legislações anteriores - exige que se determinem sistematicamente currículos e modelos pedagógicos a serem seguidos. É nesse contexto que a reforma educacional implantada pelo Ato de 07 de março de 1891 determina um “lugar” no currículo para o ensino de Geometria que não mais o de suporte para o ensino de Desenho. O método a ser seguido é o Método Intuitivo, cujo princípio baseia-se nas “lições de coisas”. Esta concepção de ensino irá inspirar discursos pedagógicos do período, influenciando a realização de conferências pedagógicas e a elaboração de manuais didáticos. Seus princípios serão discutidos em periódicos educacionais, que expõem as incongruências das intensões reformistas do governo baiano.

A obra *Lições de Coisas* de Calkins, principal referência para o ensino intuitivo, aprovada no estado em 1886 para uso nas escolas públicas, não parece ter tido influência nas práticas de ensino de Desenho e Geometria. A contar pelos relatos descritos na *Revista do Ensino Primário* nos anos 1892 e 1893 e pela análise de práticas escolares de ensino em 1913, o ensino de Desenho e Geometria, ou acontecia à revelia das orientações oficiais, ou preservava modelos educacionais ainda do início do século XIX.

A virada do século XIX para o século XX será marcada pela estabilização do Desenho e da Geometria como saberes para a escola de ensino primário. Os métodos de ensino ganham mais ainda a centralidade nas discussões educacionais. Para Desenho e Geometria, as abordagens estritamente voltadas

para o ensino das definições e do treino de habilidades do século XIX tenderão a se voltar para os processos de aprendizagem. Importa menos a instrução do que o desenvolvimento das potencialidades do aprendiz.

Os anos 1920 serão marcados pelas teorias pedagógicas que pretendem investigar os processos de desenvolvimento das potencialidades da aprendizagem infantil. Para tanto às teorias educacionais serão incorporadas novas ciências que se despontam: Biologia, Psicologia, Fisiologia e Estatística. É na reforma educacional, instaurada pela Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925 e pelo Decreto nº 4312 de 30 de dezembro de 1925, que esses pensamentos pedagógicos emergentes virão a cabo na Bahia. Para o ensino de Desenho e Geometria, agora claramente descritos como saberes com fins distintos, se prevê uma sistematização dos conteúdos por cada série da escola primária. Não há, no entanto, para o seu ensino mudanças efetivas. Os pressupostos do Método Intuitivo, agora enriquecidos pela expressão “escola ativa”, continuarão a reger as orientações para o ensino de Geometria e Desenho. A noção de “centro de interesse”, cara ao novo pensamento pedagógico, não implicará em mudanças efetivas para as práticas de ensino na escola primária já existente.

Para o ensino nas escolas normais de formação de professor primário, algumas das inovações teóricas serão incorporadas às aulas. Inaugura-se um importante movimento em direção ao estudo da condição infantil. Não obstante a incorporação dos Trabalhos Manuais para o ensino dos elementos de Geometria na escola normal, esta prática, via de regra, não se estende para a escola primária. O ensino de Geometria na escola primária se instaurará a partir de práticas diversas dos professores. A opção por seu ensino em maior ou menor grau, em última instância, será uma decisão dos professores a partir dos alunos a ensinar.

Constata-se que os livros didáticos para o ensino de Geometria na escola primária na Bahia na primeira metade do século XX não alcançaram sucesso. Não foi identificado um só compêndio que tenha tido grande circulação entre as escolas primárias do estado nesse período. A exceção se dá apenas para os conteúdos de Geometria relacionados com a Aritmética. Neste caso, o livro *Aritmética Progressiva*, de Antônio Trajano, aparece como referência. A

abordagem de Geometria, no entanto, só figura na parte final do livro. Resguardadas algumas poucas mudanças, é possível supor que os "novos" manuais didáticos identificados para o ensino de Desenho e Geometria poderiam ter sido publicados e utilizados pela escola de ensino primário na Bahia em uma década qualquer do século XIX.

Sem a pretensão de analisar o sucesso de uma determinada tendência pedagógica ou mesmo julgar a eficiência das políticas educacionais propostas para inclusão da Geometria entre as disciplinas para a escola de ensino primário na Bahia, importou, antes, considerar a singularidade do espaço escolar como lugar de apropriação e ressignificação das finalidades para o ensino de Geometria impostas à escola.

Não houve, como foi possível depreender dos fatos analisados, uma evolução linear para o ensino de Geometria. A história da constituição escolar da Geometria apresenta-se como uma construção descontínua. Legislações, movimentos educacionais e práticas de ensino se amalgamam em uma intrincada relação só possível de ser decifrada, se considerada a temporalidade dos fatos.

A análise da complexa rede de fatores que contribuíram para que o conhecimento de Geometria se estabilizasse como saber disciplinar na escola primária na Bahia representa, ao mesmo tempo, possibilidade de compreensão do seu aparente refluxo na escola básica nos dias atuais. A história das disciplinas escolares poderá ajudar a refletir se de fato a Geometria encontrou um estatuto escolar sólido para escola atual, ou ainda pensar sobre as necessárias renovações do seu ensino. Ouvir os ecos das vozes que nos chegam das práticas escolares apresenta-se como um bom ponto de partida.

Bibliografia

BARBOSA, Emiliano Cortes. **Escola Politécnica da Bahia: poder, política e educação na Bahia republicana. (1896-1920).** 2010. 272f. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2010.

BASTOS, Maria Helena Câmara. **A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida.** História da Educação. ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas (1): 115-133, abr. 1997.

BOLIVAR, A., DOMINGO, J., FERNANDEZ, M. **La investigacion biográfico-narrativa en educacion: enfoque y metodologia.** Madrid: La Muralla, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica.** In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (org.). Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício de Historiador,** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BRANDÃO, Verônica de Jesus. **Práticas curriculares nas escolas públicas primárias: um estudo das teses apresentadas nas Conferências Pedagógicas em Salvador (1913-1915).** 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2012.

CARNEIRO, Zoraide de Oliveira Novais Carneiro et al. **A Criação de Escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: Uma viagem ao interior.** In: ERIVALDO, Fagundes Neves (org.). Sertões da Bahia: formação

social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Editora Arcádia, 2011.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20**: o americanismo de Anísio. In. SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. MARIA, Cristina Menezes. (org.). Anísio Teixeira 1900-2000: provocações em Educação. Campinas, Ed. Autores Associados, Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

CATANI, Denise Barbara. **A imprensa periódica educacional**: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. Revista Educação e Filosofia v.10, nº20, p. 115-130, jul.- dez. 1996.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria & Educação, Porto Alegre, v. 2, p. 177-229, 1990.

D'ENFERT, Renaud. **Uma nova forma de ensino de desenho na França no início do século XIX**: o desenho linear. História da Educação, Pelotas, n. 22, maio/ago. 2007.

_____. **O ensino de matemática nas escolas primárias na França (1880 - 1960)**: implicações socioculturais de uma escola de massas. Tradução de Maria Célia Leme da Silva e Maria Cristina de Araújo Oliveira. Caminhos da Educação em Matemática em Revista v. 1, nº1, 2014.

DIAS, André Mattedi. **Engenheiros, Mulheres, Matemáticos**: Interesses e disputas na profissionalização da Matemática na Bahia (1896-1968). 2002. 310 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FARIA FILHO, Luciano. **Instrução Elementar no Século XIX**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive, 500 anos de educação no Brasil. Autêntica, Belo Horizonte, 2011.

GOMES, Maria Laura Magalhaes. **Lições de coisas**: apontamentos acerca da geometria no manual de Norman Allison Calkins (Brasil, final do século XIX e início do XX). Revista Brasileira de História da Educação. Campinas-SP, v. 11, nº 2 (26), p. 53-80, maio/ago. 2011.

HAMILTON, David. **Mudança Social e mudança pedagógica**: a trajetória de uma pesquisa histórica. Porto Alegre: Teoria e Educação, n. 6, 1992.

LORENZ, Karl Michael et al. **A influência francesa no ensino de ciências e matemática na escola secundária brasileira do século XX**. II Congresso Brasileiro de História da Educação. 2002. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congresso/cbhe2/pdfs/Temas3/0306.pdf>> Acesso em: 02 de agosto de 2014.

MENEZES. Jaci Maria Ferraz de. **Anísio Teixeira, Secretário da Educação na Bahia Educação na Bahia**. In.: MENEZES. Jaci Maria Ferraz de. (Org.). Coletânea de textos. Projeto memória da educação na Bahia. Ed. da UNEB, Salvador, 2001.

MOACYR, Primitivo (1939). **A instrução e o Império**. 2º v. Brasileira Eletronica. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/a-instrucao-e-as-provincias-vol-ii>. Acesso: em 23 de setembro de 2014.

MONARCHA, Carlos. **Brasil arcaico, Escola Nova**: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930. Editora UNESP, São Paulo, 2009.

MOREIRA, J. Roberto. **Introdução ao estudo do currículo da escola primária**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. INEP, Rio de Janeiro, 1955.

NÓVOA, António. **O passado e o presente dos professores.** In LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive, 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte, Autêntica, p. 95-134. 2000

NUNES, Antonieta d' Aguiar. **Fundamentos e políticas educacionais:** história, memória e trajetória da educação na Bahia. Publicatio Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes. UFPG, 2008. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/637/620>. Acessado em: 15 de julho de 2014.

_____. Manuel Raimundo Querino: seus artigos na revista do instituto geográfico e histórico da Bahia. Revista Faced, Salvador, n.14, p.169-174, jul./dez.2008 Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/3353>. Acessado em: 05 de fevereiro de 2015.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca; BARROS, Maria Lêda Ribeiro. **A Educação Primária Baiana:** grupos escolares na Penumbra. In: VIDAL, Diana Gonçalves (org). Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971). Campinas/SP: Mercado das Letras, p. 173-192, 2006.

LORENZ, Karl Michael. VECHIA, Ariclê. **First experiences with object lessons in nineteenth-century Brazil:** origins of a progressive pedagogy for the Brazilian primary school. Revista Diálogo Educacional, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 125-134, jan.-abr. 2005

SANTANA, Elisabete Conceição et al. **A construção da escola primária na Bahia:** guia de referências temáticas nas leis de reforma e regulamento (1890-1930). vol. 1. Salvador. EDUFBA, 2011.

_____. **A voz dos professores baianos no início da república:** a revista do ensino primário (1892-1893). Revista HISTEDBR On-line.

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, nº 36, p. 70-82, dez. 2009. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/36/art06_36.pdf.
Acessado em: 19 de janeiro de 2015

SILVA, Maria Conceição Barbosa da Costa. **O ensino primário na Bahia: 1889-1930**. 1997. 147 f. Tese (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA), Salvador, 1997.

SANT'ANA, Claudinei de Camargo et al. GEEM; na diversidade, também se constrói com qualidade. In: SANT'ANA, Claudinei de Camargo; NUNES, Célia, Barros; SANTANA, Eurivalda Ribeiro dos Santos (orgs.). Educação Matemática na Bahia: panorama atual e perspectivas. Vitória da Conquista: Edições UESB; Itabuna: Via Litteratum Editora, 2012.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **História da Bahia**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1959.

_____. **Duas reformas da educação na Bahia: 1895-1925**. Centro Regional de Pesquisas educacionais da Bahia. Salvador - BA. 1968.

_____. **Fontes para o Estudo da Educação no Brasil**. 2ª ed. Universidade do Estado da Bahia: UNEB. Salvador, 2001/2002

TRINCHAO, Glaucia Maria Costa. **O desenho como objeto de ensino: história de uma disciplina a partir dos livros didáticos luso-brasileiros oitocentistas**. 2008. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.

VALENTE, Wagner Rodrigues. SILVA, Maria Célia Leme da. (Orgs.). **A geometria nos primeiros anos escolares: História e Perspectivas Atuais**. Editora Papirus, Campinas, SP, 2014.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Tempos de Império**: a trajetória da geometria como saber escolar para o curso primário. In: Revista Brasileira de História da Educação. v. 12. n. 3(30), p. 83 Set/dez. Campinas- SP. 2012.

_____. **A educação matemática na escola de primeiras letras 1850-1960**: Um inventário de fontes. São Paulo: Ghemat/Fapesp, 2010. (DVD).

_____. **Uma história da matemática escolar no Brasil (1730-1930)**. São Paulo, Annablume: FAPESP, 2002.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre as práticas de leitura e escrita na escola primária (Brasil e França, final do século XIX). Autores Associados, Campinas, SP: 2005.

_____. **A imprensa periódica especializada e a pesquisa histórica**: estudo sobre o Boletim de Educação Pública e a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.73, nº 175, p. 407-430, set./dez. 1992.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. Mai./Jun./Jul./Ago. nº 14. 2000.

VILLELA, Heloísa de Oliveira Santos. **O mestre-escola e a professora**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes e VEIGA, Cynthia Greive, 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 95-134. 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, V.14, nº 40, Jan/Abr. 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ZÓZIMO, Álvaro. **Sempre a serviço da educação**: Uma experiência de vida de mais de oitenta anos. Salvador- BA, 1998.

LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS:

BAHIA. **Lei nº 37 de 14 de abril de 1836**. Colleção das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1835 a 1838. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. I

BAHIA. **Regulamento de 20 de janeiro de maio de 1842**. Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia sancionadas e publicadas nos annos de 1842 a 1847. Bahia, Tip. De Antônio Olavo da França vol. IV.

BAHIA. **Reforma da Instrução pública de 27 de setembro de 1873**. Colleção de Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa 1873. Bahia, Tip. do Correio da Bahia.

BAHIA. **Ato de 18 de agosto de 1890**. Actos do governo do estado da Bahia. De 28 de novembro de 1889 a 30 de Junho de 1891. Typographia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1911.

BAHIA. **Ato de 04 de outubro 1895**. Actos do governo do estado da Bahia. De 04 de julho de 1891 a 20 de abril de 1896. Typographia Bahiana, de Cincinnato Melchiades, 1912.

BAHIA. **Lei nº 1846 de 14 de agosto de 1925**. Leis do Estado da Bahia dos annos de 1924 e 1925. Bahia Imprensa Official do Estado, 1925.

BORGES, Abílio Cesar. [Relatório]. 30 de abril de 1856. Disponível em : <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/119/000399.html> . Acessado em 23 de janeiro de 2015.

CALMON, Francisco Marques de Goes. [Mensagem]. 07 de abr. 1925. Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <https://archive.org/details/rpebahia1924>. Acesso em: 14 outubro de 2014.

MAGALHÃES, João Jose de Moura. [Fala]. 25 março de 1848 na abertura da Assembleia Legislativa da província da Bahia. Bahia, Typ. de João Alves Portella, 1848. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104566>. Acesso em 25 de julho de 2014.

Programa do Ensino da Escola Elementar Urbana do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/programa.html>. Acesso em 09 de out. 2014.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. [Relatório] 20 de fevereiro de 1928. Apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Salvador, Imprensa Oficial do Estado, 1928. 123p. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/summario.html>. Acesso: 14 out. 2014.

LIVROS RAROS E OBRAS ANTIGAS

AGUIAR, Arthur Mendes. **O ensino de desenho na escola primária.** Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) - Curso de Férias, 1927.

ASSIS, Alzira. **Trabalhos Manuais na Escola primária.** Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) - Curso de Férias, 1927, p. 365 e 367.

BUYSE, Omer. (1909). **Métodos Americanos de Educação Geral e Técnica**. Tradução de Luiz Ribeiro Senna. Bahia, Imprensa Oficial do Estado, 1927.

Calkins, Norman Allison. (1886). **Primeiras Lições de Coisas** - Manual de Ensino Elementar para Uso de Paes e Professores. Traduzido por: Ruy Barbosa. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/227357>>. Acesso em: 30 mai. 2014.

CAVALCANTE, Argemiro. **Considerações sobre o ensino de Leitura e Arithmetica**. Revista do Ensino Primário. Salvador. nº.1, p. 5-9, 1º Nov., 1892.

FRANÇA, Alípio. **Memoria histórica: 1836 - 1936**. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1936.

LEITÃO, Julia. **O ensino de matemática na escola primária**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) - Curso de Férias, Bahia, 1927.

SARAZIN, M. **Manual das escolas elementares d'ensino mutuo**. Tradução de João Alves Portella. Typ. De A. O. da França Guerra e Comp. Bahia, 1854.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Orientação Moderna do Ensino Primário**. Revista do Ensino. Bahia Anno III (número especial) - Curso de Férias, 1927.

LIVROS DIDÁTICOS ANALISADOS

BORGES, Abílio Cesar. **Desenho Linear ou Elementos de Geometria Popular**. Livraria Francisco Alves, 24ª edição. São Paulo, 1933.

ZOZIMO, Álvaro. **Um passeio à geometria**. Livraria Francisco Alves, São Paulo, 1958.

ANEXOS

DIARIO DA BAHIA.

POLITICO, LITTERARIO, E MERCHANTIL.

Quand on ne veut pas écouter la raison, elle ne manque jamais de se faire sentir. Franklin.

DIAS DA SEMANA.

- 1. Seg. (abat. de curar nos 7 dias) S. Gregorio Nazianzeno R. S. Gregorio B. Ladainha.
- 2. Terç. S. Antonio Arc. Inl. ossi Conv. de S. Dom. Fest. no Colleg. do Patrocinio de S. Fran. Xavier com Proc. pelo Secado. Lad.
- 3. Quart. pp. S. Anastacio M. S. Fabia e Seziao Min. Lad.
- 4. Quint. N.ª Assençao do Sr. S. Joana Princesa V.ª Aba. Fest. do Sr. dos Martyros na Ier. da Barroq. com Proc.
- 5. Sext. N.ª Sra. dos Martyros, S. Pedro Regalado F.
- 6. Sab. S. Gil S. Bonifacio M. O. B. Franciscan. do Fab. F.
- 7. Dom. S. Isidro Lector. L. nos. da IIA. e 16 m. d'ora.

CAMBIOS.

Londres	21 d. à cobre; 3/4 à pap.
Paris	285 por 1 franco.
Lisboa	80 por olo.
Pernambuco	15 à 20 por olo.
Rio de Janeiro	18 à 20 do.
Dobros Hespanhoes	28,500 à 29,500.
Moidas de 42,000	162,500
Prata	57,500.
Pezos Hespanhoes	85 por olo procurado.
Desconto	85 p. olo procurado.
Cobre	14 a 2 p. c. ao mez.
Moida papel	15 à 20 por olo.
	20 a 25 por olo

PHASES DA LUA NO MEZ DE MAIO.

- Lua cheia a 1, às 5 horas e 7 min. da tarde.
- Quarto minguante a 7, às 7 horas e 55 min. da tarde.
- Lua nova a 15, às 11 horas e 16 min. da manhã.
- Quarto cresc. a 23, às 3 hor., e 5 min. da tarde.
- Lua cheia a 30, a 1 hora e 9 min. da tarde.

DIAS SANTOS NO MEZ DE MAIO.

- Dispensados: Dias 3, e 24.
- Guardas: Dias 12, e 23.

SEXTA FEIRA 13 DE MAIO DE 1836.

BAHIA TYP. DE G. J. BIZERRA, E COMP. — RUA DO TUVOLO, N.º 34.

ASSEMBLEA PROVINCIAL.

Lei de 14 de Abril de 1836.

N.º 37.

Francisco de Souza Paraiso, Presidente da Provincia da Bahia. Faço saber a todos os seus Habitantes, que a Assemblèa Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Lei seguinte:

Art. 1. Haverá na Capital desta Provincia uma Escolla Normal; onde se habilitem as pessoas, que se destinarem ao magisterio da Instrucção Primaria.

Art. 2. Esta Escolla comprehenderá duas Cadeiras, uma de Ensino Mutuo, na qual se ensinará praticamente o methodo do Ensino Mutuo; outra em que se tratará da leitura da Caligrafia, Arithmetica, Desenho linear, principios da Religião Christã, Grammatica Filosofica da Lingua Portugueza, com exercicios de analyse, e imitação dos nossos Classicos.

Art. 3. A primeira Cadeira, de que trata o artigo antecedente, será exercida por um Professor, e um Monitor Geral, que tambem será o Substituto d'aquelle, a segunda por um só Professor.

Art. 4. Para prover a primeira Cadeira, fica authorisado o Presidente da Provincia a mandar á França dous individuos, que saibam o Francez, e escolhidos em concurso, á fim de que aprendam perfectamente, na Escolla Normal de Paris, o methodo theorico, e pratico do Ensino Mutuo, recomendando-os á Missão Brasileira naquelle Corte, para que sejam considerados como alumnos Francezes.

Art. 5. Os escolhidos, conforme o art. antecedente, deverão ter a idade de 20 á 35 annos, e prestarão fiança idonea, á fim de restituirem as despesas que fizerem á Fazenda Publica: 1.º no caso de não serem approvados na referida Escolla dentro de 6 mezes, sendo que essa falta proceda de omissao, ou negligencia propria. 2.º Se regressando á Provincia se não quizerem prestar ao exercicio da Cadeira de Ensino Mutuo, ou em qualidade de Pro-

fessor, outro de Monitor Geral, por espaço de cinco annos. 3.º Se antes mesmo de findo este prazo forem dimittidos pelo Governo, e só então far-se-ha na quantia total despendida o abatimento de dez mil rs. por cada mez; que tiverem ensinado.

Art. 6. A Cadeira Complementar será dada em concurso ao Candidato; que, provando haver frequentado com proveito as Anlas de Francez, Latin, Rhetorica, Filosofia Racional e Moral, e Geometria, se mostrar mais habilitado para este magisterio.

Art. 7. Os dous Professores da Escolla Normal, vencerão o ordenado de um conto de rs., e o Monitor o de oitocentos mil rs., além de qualquer gratificação, de que se fizerem dignos por seu zelo, e pelo aproveitamento, e numero de seus alumnos.

Art. 8. O Presidente da Provincia fará construir, ou designará no lugar, que julgar conveniente, um Edificio para a Escolla Normal.

Art. 9. Esta Escolla estará debaixo de sua immediata inspecção, e será obrigada a dar-lhe conta todos os mezes do adiantamento, e conducta de seus ouvintes.

Art. 10. Para ser admittido á matricula na Escolla Normal, requer se ser maior de 16 annos, ter sido approvado em alguma Aula de Instrucção Primaria publica, ou particular, e dar provas de bom comportamento; na conformidade das Leis, e estils.

Art. 11. Os actuaes Professores de primeiras Letras, serão obrigados a frequentar a Escolla Normal, quando chamados pelo Presidente da Provincia, em presença do qual farão depois exame publico, á proporção que a Escolla os achar sufficientemente instruidos.

Art. 12. Os Professores que sahirem approvados, tomarão a regencia, de suas Cadeiras.

Art. 13. Os Alumnos da Escolla Normal, que houverem sido approvados, serão mandados a substituir os Professores chamados a frequentar essa Escolla.

Art. 14. Os Professores substituidos, em quanto frequentarem a Escolla Normal, terão opção entre o ordenado de suas Cadeiras, e uma pensão mensal de 300 rs., e os Alumnos habilitados, que os forem substituir, vencerão; durante a substituição, o ordenado que por Lei competir á Cadeira substituida.

Art. 15. Os Professores que recusarem frequentar a Escolla Normal, no tempo marcado pelo Presidente, ou que tendo frequentado; forem reprovados no exame, serão aposentados com metade do ordenado, que perceberem, se tiverem mais de vinte annos de magisterio; com dous terços, tendo mais de vinte seis; e finalmente com todo o ordenado, quando tiverem servido de trinta annos para cima.

Art. 16. As Mastras de Instrucção Primaria serão admittidas a um curso especial da Escolla Normal.

Art. 17. O Curso Normal para as Mastras, limitar-se-ha ás materias do ensino primario, ajuntando-se o Desenho linear, e as prendas; que servem á economia domestica.

Art. 18. As Aulas de Instrucção Primaria, em toda a Provincia, continuarão a ser de Ensino Mutuo naquelles lugares, que prometterem uma affluencia de 100 a maior numero de discipulos; e de Ensino Simultaneo, onde se esperer menor concurrencia.

Art. 19. Os Professores destas Anlas ensinarão a ler; e escrever as quatro operações de Arithmetica pratica; de quebra-dos; decimaes, e proporções; elementos do Grammatica Portugueza, principios de Desenho linear; e Doutrina Christã.

Art. 20. Ninguem será admittido á concurso das Cadeiras de Instrucção Primaria, sem que tenha frequentado a Escolla Normal; e nella sido approvado.

Art. 21. O Presidente da Provincia dará um Regulamento; que marque os Compêndios, que mais methodicos, e de melhor doutrina forem para uso das lições, tempo das mesmas, a duração do curso, as ferias, e todas as mais medidas conducentes ao progresso das Aulas, e ao seu bom regimen interno, e economico.

ANEXO B: Plano gradual das matérias do ensino distribuídas pelos três cursos da escola primaria – acto de 7 de março de 1891

Materias de ensino	CURSO ELEMENTAR	CURSO MÉDIO	CURSO SUPERIOR
Arithmetica e systema metrico	Exercicios praticos de numeração sobre os 1.000 primeiros numeros, sommando, diminuindo, multiplicando e dividindo. Conhecimento pratico das medidas metricas.	Exercicios praticos e gradativos de numeração, sommando, diminuindo, multiplicando, dividindo, sobre inteiros e decimaes. Exercicios praticos relativos ás medidas metricas.	Exercicios praticos e gradativos, consoante ao fim das operações fundamentaes, das fracções e da regra de tres. Estudo completo do systema metrico.
Escripta	Escripta em lousas - letras, palavras e algarismos.	Bastardo e bastardinho em papel.	Cursivo, diversos caracteres de letra.
Grammatica	Exercicios de pronuncia.	Conhecimento pratico e gradativo do substantivo, do adjectivo, do verbo e da oração.	Idem de todas as especies de palavras, de seu papel na oração e analyse.
Geographia	Exercicios de intuição e linguagem (pontos cardeaes, descripção da localidade, começando pela escola, com auxilio da pedra).	Continuação dos exercicios intuitivos, obedecendo ao seguinte plano: estudo da freguezia, do solo, suas aguas, seu clima, suas produções; estuda da cidade, do Estado e conhecimento geral do mappa-mundi.	Geographia physica do Brasil e da America; conhecimento geral das outras partes do mundo; geographia politica da America; idem, idem, ligeiramente da Europa, e particularmente do Brazil.
Desenho	Linha recta e suas posições.	Linha curva, combinação de linhas e representações de objectos por modelos.	Desenho graphico - por modelos e livre, de accordo com as leis de perspectiva
Leitura	Começo de leitura.	Leitura corrente.	Leitura de manuscritos; leitura expressiva. Exercicios de declamação.
Historia	Factos relativos á historia da familia, da escola, da localidade, sempre intuitivados	Factos mais notaveis da historia do Estado	Factos mais notaveis da historia do Brazil e desenvolvimento da do Estado
Sciencias naturaes	Designação das varias partes do corpo humano. Noções sobre os animaes mais conhecidos.	Os tres reinos: ensinando-se a origem, os habitos e a utilidade dos seres mais conhecidos pelo menino, preferidos os oriundos da propria localidade.	Idem, idem, e descripção dos phenomenos naturaes mais communs.
Exercicios militares e callisthenicos	Jogos gymnasticos.	Jogos gymnasticos, marchas e evoluções militares sem armamento.	jogos gymnásticos, marchas e evoluções militares, com armas e equipamento apropriado.
Jardinagem e horticultura	Exercicios práticos.	Idem.	Idem.
Educação moral e direito civico	Deveres para com a familia, para o mestre e para com os semelhantes.	Direitos civicos.	Direitos e deveres civicos.
Costuras e prendas domesticas	Tricot.	Costura	Costuras, cortes e prendas.
Canto	Pratica em acompanhamento aos outros cursos.	Educação pratica do canto.	Educação theorica e pratica.

ANEXO C: Horário para as escolas primárias - ato 07 de março 1891

HORAS	MANHÃ					HORAS	TARDE				
	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Sexta-feira	Sabbado		Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Sexta-feira	Sabbado
De 8 ás 8-15m...	Revista e canto	De 2 ás 2-15m...	Revista e canto
De 8-15m ás 8-50m...	Aritmethica	Systema métrico	Arithmetica	Systema metrico	Aritmethica	De 2-15m ás 2-5m	Sciencias naturaes	Instrucção moral e civica	Sciencias naturaes	Instrucção moral e civica	Sciencias naturaes
De 8-50m ás 9-20m..	Escripta	De 2-45m ás 3-5m	Jardinagem e horticultura
De 9-20m ás 9-30m..	Recreio	De 3-15m ás 3-5m	Exercicios callisthenicos	Exercicios militares	Exercícios Callisthenicos	Exercicios militares	Exercicios Callisthenicos
De 9-30 ás 10hs...	Lingua materna	De 3-45m ás 4hs...	Canto chamada despedida
De 10 ás 10-30m...	Geographia	Historia do Brazil	Geographia	Hitoria do Brazil	Geographia	<p>N. B. -Como se vê d'este horario são dispensadas as quintas-feiras; excepto uma de cada mez em que o Professor é obrigado a fazer uma excursão pedagogica com seus alumnos. Nas escolas do sexo feminino a jardinagem e a horticultura serão substituídas pelos trabalhos de agulha, cortes, prendas, e de 3 horas e 15 minutos ás 3 horas e 45 minutos haverá callisthenia.</p>					
De 10-30m ás 10-40m	Recreio						
De 10-40m ás 11-10m	Desenho						
De 11-10m ás 11-50m	Leitura						
De 11-50m ás 12hs...	Canto chamada despedida						

ANEXO D: Horário para escolas elementares de uma sessão - ato 4 de outubro de 1895

HORAS	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira	Sabbado
9-00 ás 9-15 m	Revista e canto					
9-15 ás 9-45 m	Calculo	Systema metrico	Calculo	Calculo	Systema metrico	Calculo
9-45 ás 10-15 m	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta	Escripta
10-15 ás 10-30 m	Lingua	Lingua	Lingua	Lingua	Lingua	Lingua
10-30 ás10-50 m	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
10-50 ás11-05 m	Geographia	Historia	Geographia	Historia	Geographia	Historia
11-05 ás 11-20 m	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho	Desenho
11-20 ás 11-50 m	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura	Leitura
11-50 ás12-05 m	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio	Recreio
12-05 ás12-20 m	Noções de sciencias	Ensino moral e civico	Noções de sciencias	Ensino moral e civico	Noções de sciencias	Ensino moral e civico
12-20 ás 12-35 m	Gymnastica	Exercicios militares	Gymnastica	Exercicios militares	Gymnastica	Exercicios militares
12-35 ás 12-50 m	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto	Canto
12-50 á 1-20 m	Trabalhos manuaes					
1-20 á 1-35 m	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura	Agricultura
1-35 ás 02-00...	Cantico, chamada e despedida					

ANEXO E – Descrição de Atividades de desenho e trabalhos manuais.

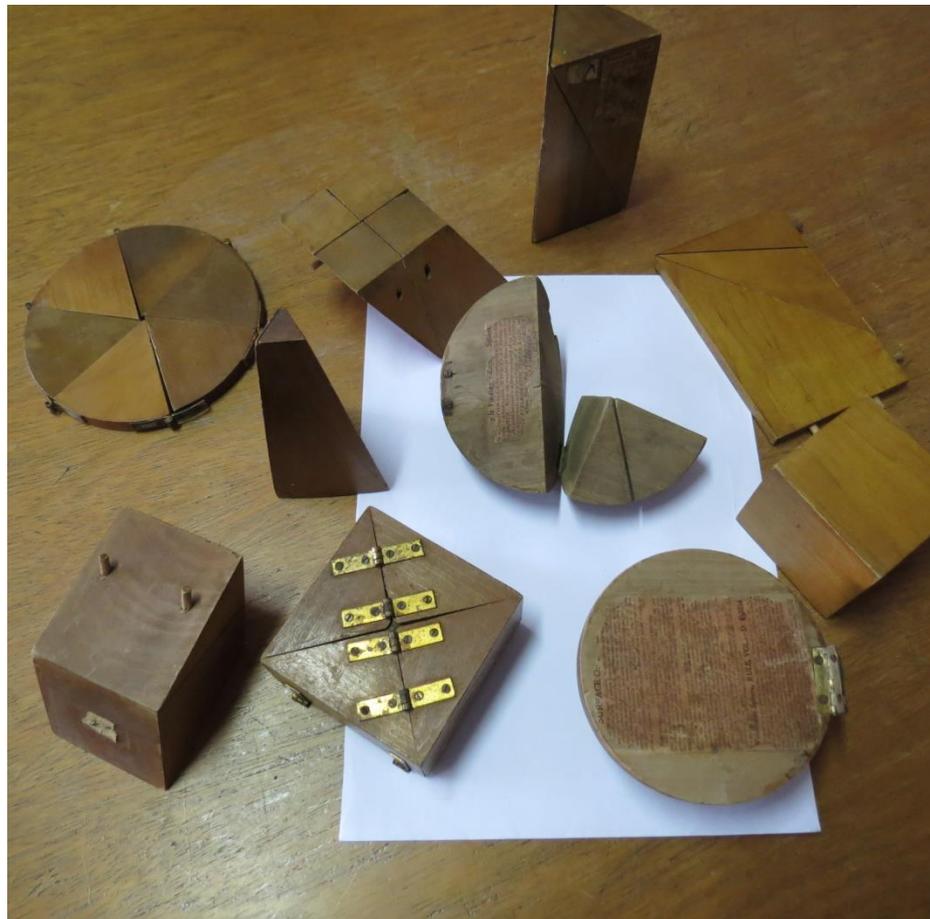
Desenho preliminar a execução	Novos exercícios	Novas ferramentas	Num.	Modelos representados por exercícios	Qualidade da madeira	Dimensões em polegadas
Emprego da régua, do lápis, do esquadro para traçamento de linhas paralelas	Medir e riscar, serrar e nivelar com a terra	Regua, lápis, esquadro, serrote, serra, garlopa pequena e plaina, barrilete.	A	Preparando os números 1,2,3	Madeira branca	7 X 5 X ¼
Retângulo, linhas de dimensões determinadas	Aplainar no sentido das fibras e no sentido transversal	Lixa	1	Régua	Idem	6 x 1 x ¼
Linhas oblíquas, divisão dos comprimentos	Emprego da lixa	Mesmas ferramentas	2	Placa para etiqueta	Idem	5 x 1 x ¼
Círculo; Semicírculo por medidas	Aplainar obliquamente as fibras	Compasso	3	Placa	Idem	A vontade
Traçado de diâmetro - medida	Furar e limar	Limo chata				

Continuação

Esquadro	Furar, serrar, trabalhar com a plaina de volta	Serra de volta, plaina	5	Descansa prato redondo	Cerejeira	3 ½ X 1 ¼ X 3 3/16
Triângulos retângulos	Limar ângulos retos e salientes aplinar sem faz uso do barvilete		6	Dobadeira	Madeira branca	6 X 6 X 3 3/16
Curvas composta, Elipse			9	Dobadeira	Madeira Branca	6 X 1 ¼ X ¼
Encontrar o centro de uma arco de raio dado	Modelar com plaina redonda, limar curvas simétricas	Limatão pequeno, plaina redonda	10	Taboa para recortar	Pinho	11 ¼ X 8 X ¼
Pentágono	Emprego da suta		11	Suporte de vaso	Madeira Branca	ILEGÍVEL
Arcos e ângulos	Parafusar escápulas	Prego	13	Porta chaves	Cerejeira	ILEGÍVEL
Desenho de detalhes, elevação e perfil	Pregar	Martelo, ferramentas conhecidas	11	Prateleira	Madeira Branca	ILEGÍVEL
Desenho segundo uma descrição	Serrar por um traço feito a compasso	Serra	15	Moldura	Cerejeira	ILEGÍVEL

APÊNDICE

APÊNDICE A - Sólidos geométricos pertencentes à Escola Normal de Caetité - BA



Fonte: Arquivo Público Municipal de Caetité.